

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nºs 15/2014, da reunião de câmara de 2014/07/09, e 16/2014, da reunião de câmara de 2014/07/23			Aprovação
2	5ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014			Aprovação
3	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 3 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional (área de Canalizador) - Recrutamento excecional	SMAS de Vila Franca de Xira		Aprovação
4	Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional (área de Varejador) - Recrutamento excecional	SMAS de Vila Franca de Xira		Aprovação
5	Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de Engenharia Civil) - Reserva de recrutamento - Recrutamento excecional	SMAS de Vila Franca de Xira		Aprovação
6	Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para Assistente Técnico (área Administrativa) - 2 lugares - Recrutamento excecional			Aprovação
7	Reservatório R2 - Quinta da Piedade (C.79,8) - Abertura de procedimento de concurso público e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	SMAS de Vila Franca de Xira	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
8	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana das instalações do Porto da Areia - Concurso público - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	SMAS de Vila Franca de Xira	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
9	Concessão da exploração do Parque Linear Ribeirinho-Estuário do Tejo - Praia dos Pescadores e Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem - Remessa à assembleia municipal para autorização da celebração do contrato de concessão			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Fornecimento em contínuo de consumíveis para as multifuncionais dos agrupamentos escolares do concelho - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
11	Fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento das viaturas afetas à frota ambiente do município, durante os anos de 2015 e 2016 - Início do procedimento e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
12	Contratação de serviços e assistência técnica da porta rotativa da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
13	Contratação de serviços de assistência técnica aos elevadores instalados na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem superior - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
14	Contratação de serviços de assistência técnica para o sistema de ar condicionado da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
15	Contratação de serviços de limpeza da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem superior - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
16	Contratação de serviços para manutenção do sistema AVAC do Museu do Neo-Realismo - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
17	Fornecimento em contínuo de café, descafeinado, açúcar e adoçante para o Setor de Restaurante e Bares - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
18	Fornecimento em contínuo de pastelaria para o Setor de Restaurante e Bares - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
19	Fornecimento em contínuo de pão para o Setor de Restaurante e Bares - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
20	Comparticipação municipal na obra de requalificação da nova sede da junta de freguesia	Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa		Aprovação
21	Cedência em direito de superfície	Associação de Promoção Social da Castanheira	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
22	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
23	Projeto de loteamento sito no Casal da Aboboreira - Deserção de processo	Américo Gaspar	Vialonga	Aprovação
24	Alteração ao loteamento sito na rua da Igreja - Alvará de loteamento nº 10/81, de 09/03 - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Lino Norberto Avelar	Calhandriz	Aprovação
25	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A37 do loteamento Casal da Espardela	Maria de Jesus Ramos Antunes Marques	Alverca do Ribatejo	Aprovação
26	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A38 do loteamento Casal da Espardela	Maria de Jesus Ramos Antunes Marques	Alverca do Ribatejo	Aprovação
27	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A41 do loteamento Casal da Espardela	Maria de Jesus Ramos Antunes Marques	Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
28	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 38 do loteamento Terra da Pastoria	Carlos Alberto Alves Fernandes	Forte da Casa	Aprovação
29	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 146 do loteamento Casal do Álamo	Manuel Gomes Oliveirinha	S. João dos Montes	Aprovação
30	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 150 do loteamento Casal do Álamo	José da Silva	S. João dos Montes	Aprovação
31	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 33 do loteamento Baltares	António Augusto Mesquita Júnior	Sobralinho	Aprovação
32	Aumento de comproprietários - Casal da Palhoça - Badalinho	Francisco Paulo Viana Lima da Costa	S. João dos Montes	Ratificação
33	Obras de conservação coercivas - Calçada da Costa Branca, nº 58, r/c Dtº - Restituição de verba	Mário Rui Simões Alves	Vila Franca de Xira	Aprovação
34	Obras de conservação coercivas - Calçada da Costa Branca, nº 58, r/c Esqº - Restituição de verba	Abílio Caldeira Ladislau	Vila Franca de Xira	Aprovação
OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
35	Requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. Vasco Moniz - Conta final	Luseca, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
36	Estabilização e contenção da Encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro - Conta final	Alves Ribeiro, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
37	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Revisão de preços	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
38	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Projeto de alteração para o tratamento do terreno e contenção das margens no troço do rio sob as pontes ferroviárias	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Ratificação
39	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Plano de prevenção específica de segurança para os trabalhos a realizar nas pontes ferroviárias	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Ratificação
40	Execução do parque urbano da Quinta da Flamengo - Fase 4A - Revogação da nomeação do coordenador de segurança em obra e nomeação de novo coordenador de segurança em obra	PMT - Engenharia e Consultadoria, Lda	Vialonga	Aprovação
41	Execução da passagem superior pedonal - Jardins do Arroz - Acionamento da caução para correção de deficiências da obra	Obriverca II - Construções, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
42	Requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente - Conta final	Construções Pragosa, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA				
. Assuntos apresentados para conhecimento				
Da competência do Presidente da C.M.				
43	Relação dos despachos do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, em substituição do Sr. Presidente, na área de pessoal			Conhecimento
44	Legislação síntese			Conhecimento
45	Pagamentos autorizados			Conhecimento
46	Balancetes			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	. Outros assuntos			
47	Prestação de serviços por avença - Engenheiro Civil - Revogação da deliberação de 2013/12/27	Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe		Aprovação
48	Prestação de serviços na área de Engenharia Civil - Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana - Parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento por ajuste direto do regime geral			Aprovação
49	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Ana Sofia Saraiva Gomes		Aprovação
50	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	António José Jesus Carvalho		Aprovação
51	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Maria Helena Duarte Monteiro		Aprovação
52	Protocolo - Formação em contexto de trabalho	Centro de Formação Tecliform		Aprovação
53	QREN-E - OPERAÇÃO LISBOA-02-0741-FEDER-000753 - Núcleo Museológico - Comunidade Avieira/Barcos do Tejo/Arranjos exteriores e recinto de espetáculos - 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável celebrado em 2011/12/07			Aprovação
54	Eleição para o Parlamento Europeu 2014 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia			Aprovação
55	Exercício do direito de preferência sobre a fração "L", sita no lote 2, nº 1 da rua Fernando Pessoa	CHASA, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
56	Empreitada da obra de recargas de pavimentos 2014 - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA		Aprovação
57	Hasta pública - Regulamento de alienação referente à sala 109 do Edifício Cinema e nomeação da comissão		Alverca do Ribatejo	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
58	Doação de obra da autoria do pintor Nuno San-Payo, por Helena San-Payo			Aceitação
59	Curso "Cultura Contemporânea - Práticas Críticas, Artísticas e Curatoriais"			Aprovação
60	III Salão Automóvel e Motociclos Clássicos de Vila Franca de Xira - Constituição de fundo de maneio			Aprovação
61	Evocações do Centenário da Grande Guerra - Protocolos a celebrar com a Direção de História e Cultura do Exército Português, Liga dos Combatentes, ISCTE e Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa			Aprovação
62	Feira Anual de Outubro 2014 - Alteração na listagem da seleção de candidatos com lugar atribuído - Talhão A (pista de automóveis)			Aprovação
63	Feira Anual de Outubro 2014 - Alteração da finalidade do espaço D (pavilhão temático) para terrado			Aprovação
64	Horários das bibliotecas municipais			Aprovação
65	Atribuição de apoio financeiro - Participação nos Jogos Equestres Mundiais	Ana Cristina da Silva Guerreiro		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/08/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
66	Plano Municipal do Ambiente			Aprovação
67	Candidatura ao projeto "Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas"			Conhecimento
68	Orçamento Participativo 2014 - Resultado das votações			Conhecimento
69	Projeto de alteração ao Regulamento de Habitação Municipal - Discussão pública			Aprovação
70	Prossecução do Projeto "Jardim Observado" - Protocolo de colaboração	CASBA - Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena		Aprovação
71	Espaços verdes do concelho - Ponto de situação			Análise
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
72	Ata em minuta da reunião			Aprovação



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/08/27

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Fernando Paulo Ferreira, Vice-Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Marina Estevão Tiago; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Margarida Dinis Cavaleiro; -----
. Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. João Pedro Pinto Baião.-----

Estiveram ausentes os Srs.: Presidente, Alberto Simões Maia Mesquita, e Vereadores, José António da Silva de Oliveira, Ana Lídia Alves Cardoso, Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, João Manuel Correia Pires de Carvalho e Rui Ribeiro Rei, tendo as respetivas vagas sido preenchidas pelos Srs.: Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira, João Pedro Pinto Baião, Margarida Dinis Cavaleiro, Ernesto Simões Ferreira, Vítor Manuel Jorge da Silva e Ana Paula Lourenço Bayer. -----

Entrou no decurso da reunião, a Srª Vereadora Ana Paula Lourenço Bayer, pelas 9h35, durante o período antes da ordem do dia.-----

Saiu no decurso da reunião, após votação do ponto 66 da ordem do dia, pelas 13h30, o Sr. Vereador Aurélio dos Santos Marques. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Mário Nuno Duarte -----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO -----

. Adjunto -----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

Drª Susana Santos-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra -----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Assistente Técnica-----

Catarina Fonseca-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA -----

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos -----

Dr. Paulo Alenquer-----

. Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

. Técnicos Superiores -----

Dr. Miguel Falcão-----

Drª Cristina Pereira-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Luís Marques -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística-----

Arqtª Teresa Laranjeira -----



. Técnica Superior-----

Urbª Rita Campos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas-----

Engº José Fernandes-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus-----

Drª Maria João Carraça-----

. Técnicas Superiores-----

Drª Maria João Martinho-----

Drª Adelaide Ferreira-----

Drª Helena Gonçalves-----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao
Movimento Associativo e Juventude-----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação-----

Dr. Vítor Figueiredo-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

. Técnico Superior-----

Dr. Ricardo Lucas-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe de Equipa-----

Urbª Luís Matas de Sousa-----

. Consultor na área de projetos-----

Engº Artur Peixe-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

_____, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira -----

Dr^a Teresa Botelho -----

. Técnico Superior-----

Engº António Novais -----

OUTRAS PRESENCAS-----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria
e Forte da Casa-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

OBRA DA ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

O Sr. Vice-Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, fazendo uma saudação em seu nome e no do Sr. Presidente da Câmara, que não se encontra no concelho hoje, mas não quis deixar que transmitisse os seus cumprimentos a todos presentes.-----

Uma saudação especial aos Srs. Vereadores que, tal como o próprio, estão a substituir eleitos que normalmente se encontram na mesa, e um cumprimento a todos os dirigentes, senhoras e senhores e jornalistas que vêm assistir à reunião de câmara. -----

A reunião hoje tem 72 pontos, o ponto 63 da ordem do dia é retirado a pedido dos serviços, passando a ter 71 pontos, 21 dos quais têm necessidade de remessa à assembleia municipal. -----

Como não houve reunião de câmara durante um certo período de tempo, pede-se a todos um esforço de eficácia grande, pedindo desde já a ajuda dos Srs. Vereadores na condução da reunião. -----

Disse pretender dar apenas duas informações breves, antes de passar a palavra aos Srs. Vereadores da CDU.-----

Foi recebida a informação de que, na melhor das hipóteses, qualquer desenvolvimento em termos de obra da Escola Secundária Gago Coutinho apenas acontecerá a partir de 2016, não é propriamente uma situação que surpreenda a câmara municipal, mas contraria o anúncio muito esperançado que o Sr. Ministro da Educação fez na véspera das eleições europeias, em que deu conta que aquela escola, a par de outras, seria intervencionada com a maior brevidade.-----

De qualquer maneira não quis deixar de transmitir esta informação a todos os eleitos e dar conta que o Sr. Presidente já pediu uma reunião à Parque Escolar, não só para abordar esta situação e perceber exatamente os seus contornos, mas também para falar sobre o conjunto de obras que as outras escolas secundárias também necessitam, sendo preciso então perceber o que é que o Ministério/Parque Escolar conta fazer sobre esta matéria.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que o Sr. Vice-Presidente deu uma má notícia, particularmente para a



população de Alverca do Ribatejo e para a comunidade educativa do concelho de Vila Franca de Xira. -----

É uma reiterada prova da falta de respeito do Governo para com o Município de Vila Franca de Xira, relativamente a uma obra que transita de um governo para outro, numa situação absolutamente inaceitável, que põe em perigo inclusivamente as condições de segurança e de atividade da própria comunidade escolar, e que, muito provavelmente, nem sobre o prazo agora adiantado poderá garantir a boa execução e conclusão das obras. -----

É lamentável, e da parte dos membros da CDU, quer através do município, quer através das representações institucionais onde estão, tudo farão para que esta obra seja retomada o mais urgentemente possível. Aliás, queria dar nota que, na sequência da interpelação na Assembleia da República da deslocação do Grupo Parlamentar do PCP, foram dadas informações que preanunciavam a retoma dos trabalhos no mais curto espaço de tempo. Infelizmente não foi bem assim, e aquilo que se constata é uma continuada e deliberada falta de respeito para com todos aqueles que, sendo profissionais ou utilizadores do equipamento, se veem impedidos de desenvolver as suas atividades em condições normais. -----

É absolutamente lamentável, e foi de facto uma má notícia para o início deste novo ciclo autárquico. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes e dizendo que espera que todos tenham tido férias e que possam estar retemperados para continuarem toda esta vivência de luta, que é a as suas vidas. -----

Ficou surpreendido com a notícia que o Sr. Vice-Presidente transmitiu sobre a obra da Escola Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo. Espera que efetivamente essa situação possa ser alterada, se se confirmar, pois tudo levava a crer que, ultrapassadas que estavam as dificuldades sentidas, pudessem ser recomeçadas as obras brevemente. -----

Pensa que da parte do Governo, enfim, e pelo menos da parte dos membros da Coligação Novo Rumo vão também ajudar e colaborar junto das instâncias superiores para que efetivamente possa ser ultrapassada qualquer situação de impasse que possa estar a acontecer, e pensam realmente que esta situação pode ser ultrapassada. -----



Fl. Ata 1007

Reunião de 2014/08/27

Proc⁹

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ATL NA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo ter presente um complemento à informação que foi dada na última reunião de câmara, sobre um recurso hierárquico relativamente ao ATL na Póvoa de Santa Iria, e que passará a distribuir às diversas bancadas.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Por isso pede que esse assunto até ao final da semana possa ficar resolvido.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TEATRO SALVADOR MARQUES - ALHANDRA -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, cumprimentando todos os presentes, e referindo-se ao Cineteatro Salvador Marques, em Alhandra, dizendo pretender constatar, e lamentar que a situação continue aquela que se constata no local, que é a degradação do edifício, e recordar e reiterar um objetivo que aos membros da CDU parece muito merecido para aquele edifício, que seria ser instruído o processo para ser reconhecido como imóvel de interesse municipal, e claro, a consequente recuperação, garantindo a preservação da memória daquilo que interessa preservar patrimonialmente, que ali é muito. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que esta semana que passou teve ocasião de ir pessoalmente ao espaço, e, no fundo, vai resumir um pouco o que é a posição da câmara municipal sobre esta matéria, que é conhecida porque tem vindo a ser deliberada em reuniões da câmara municipal. -----

O município tem uma preocupação de preservação daquele património e daquele edifício, razão pela qual procedeu à sua aquisição, sem a qual provavelmente não estaria em condições de poder vir a ser reabilitado. -----

Adquiriu-se o edifício e retirou-se tudo o que era património integrado que pudesse vir a ser preservado externamente, que está à guarda da câmara municipal e à guarda da Junta de Freguesia de Alhandra. -----

No processo de requalificação daquele edifício, cujas características em termos de projetos têm que ser devidamente cuidadas para que se consiga falar mais em restauro do que em reconstrução muito diferente, tendo em conta também a história que entretanto se passou, nestes últimos anos, sobre esta matéria, e a reflexão que tem vindo a ser feita com os serviços de património da câmara municipal, com os serviços de engenharia e de obras, que são os responsáveis por este processo. -----

O Teatro Salvador Marques foi reaberto, em termos do acesso, para fazer um novo estudo sobre as situações de segurança estrutural do edifício, portanto, um trabalho de avaliação mais de engenharia do que de arquitetura, uma vez que é preciso perceber, no âmbito da reconstrução que puder vir a ser feita e da requalificação que vier a ser feita, qual será o método construtivo, e em termos



físicos o que é que consegue ser aproveitado ou não, em termos da presença. -----
Esse levantamento foi então efetuado, e neste momento, depois da nova visita do executivo municipal e dos técnicos dos serviços de obras ao local, conviria voltar a fechar aquela primeira porta da fachada, de maneira a impedir em absoluto a entrada, e deixa essa nota aos serviços de obras, na sequência da última visita. -----
Tem havido da parte da população de Alhandra um respeito relativamente àquele património, e não tem havido, sob o ponto de vista da intervenção externa na própria fachada, ou no próprio edifício, nenhum tipo de sujidade e de pinturas, pelo que também era importante, e pedia, nomeadamente ao Sr. Vereador Nuno Libório, que depois de passado o período do início de setembro, pudessem ser retirados os cartazes que neste momento cobrem a fachada do Teatro Salvador Marques, e que também têm dado uma ajuda nesse processo. -----
De qualquer maneira, era importante fechar a porta, de modo a que as pessoas não possam entrar com facilidade lá para dentro, embora tudo o que era patrimonial já tenha sido retirado e salvaguardado pela câmara municipal. -----
Interveio de novo a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que é infeliz ter que recordar que aquilo que contribuiu para uma grande degradação do edifício foi o desaparedamento das janelas em 2005, cujo motivo se desconhece, ou pelo menos a própria desconhece, e que veio a acelerar grandemente a degradação daquele património. -----
Este foi um ato praticado por quem era proprietário, nem sequer foi o tal vandalismo que tantas vezes é referido noutras circunstâncias. -----
De facto, aquele edifício merece outra atenção, foi vandalizado em 2005 pelo seu proprietário, desconhecendo-se os motivos, e espera que o interesse municipal seja efetivamente reconhecido e que a salva guarda do edifício seja breve. -----
Preocupa os membros da CDU evidentemente esta história de se ter aberto um acesso, que ficou aberto. Enfim, vai-se ver então se se consegue realmente ter outra mão no património. -----
Infelizmente este é um exemplo entre muitos que poderiam dar, mas que não deixa de dar uma apreciação muito negativa e lamentável. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que quanto a esta questão, remete para o que já tinha dito antes. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

VAGAS NA REDE PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se às inscrições na rede pré-escolar, com o arranque deste ano letivo que em breve começará. -----

Em Alverca do Ribatejo, e porque os resultados estão disponíveis através da internet, verificou que o Agrupamento Pedro Jacques Magalhães regista 41 crianças em lista de espera, 11 delas farão os 3 anos até 15 de setembro, portanto deveriam ter acesso a uma vaga normal, as restantes já estarão em vaga condicional, mas não deixa de ser uma situação que preocupa os membros da CDU. -----

Gostariam também de saber qual o ponto de situação no resto dos agrupamentos do concelho, se existem muitas crianças em lista de espera na rede pré-escolar, contrariamente ao expectável, admitindo que existiriam menos crianças no geral, devido à infeliz taxa de natalidade, que continua a reduzir. -----

Em todo o caso, há muitas crianças que estão a transitar das instituições privadas e das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social para a rede pública, preocupando-os o facto de existirem depois muitas delas que não têm acesso à vaga. -----

Gostariam também de tentar perceber qual é o critério para haver salas com 20 crianças e outras com 25, pese embora seja um número elevado, tratando-se duma faixa etária com tantas exigências, no entanto, verificam por exemplo que em Alverca houve uma transição de números de vagas de umas escolas para as outras, e no global há menos 8 vagas disponíveis. -----

Gostariam de perceber realmente que critério é este que preside a esta lotação estabelecida, sendo que, estando dado o exemplo de Alverca, a pergunta refere-se aos agrupamentos de todo o concelho. -----

Tomou a palavra do Sr. Vice-Presidente, dizendo não ter de momento disponíveis os números totais atualizados relativamente às inscrições na rede pré-escolar no conjunto do concelho, de qualquer forma a tendência tem sido de diminuição nos escalões etários mais baixos do primeiro ciclo. -----

Relativamente ao pré-escolar, e nalgumas freguesias, tem havido, como a Srª Vereadora referiu, uma inscrição prévia no ensino público, e depois, quando não há



vaga, há então a inscrição nas instituições de um determinado número de crianças, que nunca se consegue avaliar, porque depende da vontade dos próprios pais. -----
De qualquer maneira, recorda que a preocupação de alargamento da capacidade do pré-escolar deu origem a que o último investimento feito pela câmara municipal foi exatamente de alargamento do jardim-de-infância em Alverca do Ribatejo, no sentido de criar mais vagas. -----

Porquê 20 e não 25 crianças, e qual o critério? O número máximo de crianças por sala passa para 20 quando se aceita, e não é a câmara municipal, mas quando os agrupamentos aceitam a integração de crianças com necessidades educativas especiais. -----

É assim no pré-escolar, e também no 1º ciclo, no 2º, 3º e por aí fora, quando as turmas têm crianças ou jovens com necessidades educativas especiais, o Ministério prevê uma redução do número de crianças, por causa depois do acompanhamento que é dado por parte dos professores e dos educadores. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que realmente focou apenas o exemplo de Alverca dos Ribatejo, mas após saber o resultado de todo o concelho, os membros da CDU não podem deixar de manifestar a sua preocupação perante uma resposta que é “bom, se não têm vaga na rede pública, eles logo se encaminharão para a rede privada”. -----

Naturalmente que é isso que acontece, mas acontece sobrecarregando um orçamento familiar de muitas famílias. Todas as crianças, pelo menos aquelas que têm os 3 anos completos até 15 de setembro, já não falando das vagas condicionais, neste agrupamento são 11, noutros quantas serão? Não sabem, mas preocupa-os, e esperam que a câmara municipal consiga realmente ter outra abordagem para este assunto, para conseguir enquadrar estas crianças nas melhores condições possíveis. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, lembrando que o alargamento do pré-escolar público tem sido feito paulatinamente e estruturadamente pelas gestões da câmara municipal. Talvez a Srª Vereadora não tenha essa noção exata, mas o crescimento do número de vagas no pré-escolar público, através de intervenção direta da câmara municipal, nos últimos anos tem sido enorme, poderá até, se quiser, fazer alguma comparação com anos anteriores, ficando com a ideia que, de



Fl. Ata - 013

Reunião de 2014/08/27

Proc[®]

Deliberação nº _____

facto, o Partido Socialista e a câmara municipal, com o apoio das restantes forças sempre que entendiam votar a favor, tem vindo a fazer um alargamento muito sério e muito estruturado do pré-escolar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PASSAGEM SUPERIOR DA ESTAÇÃO DA CP DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, referindo que gostaria de colocar uma questão que já foi colocada por si há alguns anos, mas pensa que quem vive em Vila Franca de Xira, ou quem tem que passar de um lado para o outro na estação da CP, já se deparou mais do que uma vez com situações como aquela com que se voltou a deparar recentemente. -----

Já levantou esta questão há muitos anos, aquando da construção daquela passagem superior, o facto de não haver nenhuma alternativa aos elevadores e às escadas. Há dias houve alguém que subiu num dos elevadores, em cadeira de rodas, chegou ao outro lado e o elevador estava avariado. Algumas pessoas tiveram que agarrar na cadeira de rodas com a pessoa em questão, e levá-la pela escada, enquanto os responsáveis da REFER e os vigilantes nada fizeram para resolver o problema.-----

A câmara municipal tem responsabilidades nesta matéria, na altura em que se chamou a atenção para o facto de não haver uma alternativa, seja em passadeira, seja num outro tipo de acesso, o argumento dado pelo então Vice-Presidente, atual Presidente da Câmara Municipal foi que não havia espaço.-----

Aquilo que os membros CDU continuam a dizer, e disseram na altura, por si próprio, é que não é assim, tanto que se construíram dois parques, um de cada lado, mais recentemente um parque de estacionamento do lado de lá da linha do comboio.-----

Chamam a atenção para que a câmara municipal tente verificar com a REFER alternativas para evitar que estas situações aconteçam. -----

A câmara municipal apela a que as pessoas vão ao jardim e se aproximem do Tejo, mas tem uma barreira criada, e a alternativa é a que se sabe, os elevadores estão avariados e as pessoas que têm dificuldade em passar não passam.-----

É um alerta, mais uma vez, para esta situação, para que se encare, de facto, com algum querer resolver, porque a intervenção que fez já não foi no mandato anterior, porque não esteve em substituição, já terá sido há dois mandatos atrás, aquando da construção desta estrutura. -----

Apela mais uma vez a esta alteração, que pensa ser necessária para quem reside e




para quem vem a Vila Franca de Xira.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o Sr. Vereador levantou, e já não é a primeira vez, uma preocupação que é uma preocupação também séria da câmara municipal.-----

Tem-se vindo sistematicamente a falar com a REFER, não só por essa razão específica, mas a verdade é que, e isso de vez em quando é discutido na câmara municipal, a avaria sistemática acontece às vezes por vandalismo, e a paragem dos elevadores, nomeadamente na passagem superior da estação de Vila Franca de Xira, causa sérios incómodos a toda a gente. Tanto mais que o que se prevê, e é o que estava definido nas intenções da própria REFER, é que aquela passagem significava, e se inseria, no programa de eliminação das passagens de nível, portanto não serve exclusivamente sequer só os clientes da CP, serve toda a população que quer passar para o lado de lá. -----

Como se sabe, a câmara municipal está neste momento praticamente a abrir uma nova passagem superior sobre a linha de caminho-de-ferro, na zona da nova biblioteca, já executada pela câmara municipal, e prevê-se lá o mesmo, portanto é mais uma passagem com elevador e com acesso pedonal por escada. -----

Quanto à questão do espaço, é verdade que o espaço ali não é muito, a REFER, ao que se sabe, está com muitas dificuldades financeiras, tendo em conta o estado de degradação das suas infraestruturas, uma vez que a câmara municipal, regra geral, está sistematicamente a fazer-lhe reclamações do conjunto das estações do concelho de Vila Franca de Xira, e a REFER está em franca redução de investimento, para não dizer que não está a fazer investimento nesta área. -----

No entanto, regista mais uma vez este assunto, e como é provável que vá haver uma reunião com responsáveis da REFER dentro em breve, certamente haverá de se voltar a abordar, portanto agradece a chamada de atenção que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira fez, e crê que todos também se revêm nesta preocupação.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata 016

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

URBANIZAÇÃO MALVA ROSA – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU gostariam de abordar, uma vez mais, o papel da câmara municipal na falta de cumprimento dos acordos urbanísticos para a urbanização Malva Rosa.-----

Desde já gostariam de dizer que leram com toda a atenção o memorando que lhes foi remetido em meados de julho, após 15 semanas de atraso, mas lá apareceu, e voltaram a confrontar-se com situações que já conheciam no terreno, e por outro lado, com incumprimentos admitidos pela câmara municipal. -----

Nesse memorando, de julho deste ano, dizia-se que tudo indicava que a câmara municipal, para a presente reunião de 27 de agosto, apresentaria uma eventual proposta de receção de áreas construídas em condições de serem rececionadas. Uma vez mais é a própria câmara a errar com prazos. -----

Há aqui uma questão de fundo, é que o alvará, sendo de 2002, nos termos do contrato de urbanização, autorizava o promotor no prazo de 360 dias a realizar e efetuar as obras dependentes desse mesmo contrato de urbanização. Onde é que já vão esses 360 dias? -----

Uma vez que a receção da área 4A, que é uma das mais densas e ocupadas áreas de urbanização, continua a não estar recepcionada, perguntam qual é a justificação de agora, por que razão se relativizam os sucessivos incumprimentos, mesmo sabendo a câmara municipal que assim está a prejudicar a população da Malva Rosa.-----

Muito recentemente os membros da CDU estiveram na urbanização, aliás ontem mesmo voltaram a falar com bastantes moradores, e não obstante promessas por parte do executivo municipal, não se notam melhorias assinaláveis na conservação dos espaços verdes, e ainda há muito para fazer.-----

Sabendo os membros da CDU que se tratam de áreas de competência, ou descentralizadas para as autarquias de freguesia, ou concessionadas para empresas, deve esta câmara municipal insistir pela boa verificação dos trabalhos em curso, e garantir que os meios públicos são, efetivamente, utilizados em proveito das respetivas populações. -----

Mas, quando falam do espaço público aproveitam para relembrar à câmara



municipal que há um conjunto de equipamentos coletivos que ainda não estão construídos, designadamente os equipamentos de lazer e de desporto, que muita falta fazem àquelas populações.-----

Têm dúvidas em relação à verificação, ou à consideração da câmara municipal de que a estrada que está neste momento a ser construída, com uma pendente superior a 10%, conforme admite a própria câmara municipal, que entroncará na rotunda do Alambique, no acesso ao ramo “J” para a autoestrada, cumpre as condições de segurança de tráfego.-----

No entanto, aquilo que gostariam de perguntar, além disso, é por que razão é que esta obra avança, se a própria câmara municipal, nesse memorando que fez o favor de lhes dar a conhecer, admite que há problemas de projeto que não estão suficientemente esclarecidos, designadamente de drenagem pluvial, e a necessidade de novos elementos informativos em relação aos métodos de construção e dos próprios aterros.-----

Os membros da CDU questionam, de uma forma simples, a câmara municipal, com a seguinte pergunta: Como é que é possível uma obra desta envergadura avançar, quando é a própria câmara municipal, e licenciadora desta obra, a admitir que há elementos fundamentais para a verificação das condições de segurança que continua em falta?-----

Das duas uma, ou a obra para e repõe-se a normalidade processual de tudo isto, ou a câmara municipal é cúmplice de toda e qualquer situação que possa neste momento estar a acontecer. Perguntam qual é o papel da câmara municipal no meio disto tudo. -----

Por fim, pretendiam referir o que está neste momento a ser construído. Todos sabem que a Malva Rosa foi uma urbanização que suscitou muitas polémicas. Do ponto de vista comercial, foram anunciados vários investimentos públicos para aquela urbanização, mas fundamentalmente privados, mas não é isso agora que move os membros da CDU. -----

Em função daquilo que constatarem no terreno, queriam chamar a atenção da câmara municipal para o seguinte: Em relação à obra que está em curso, que se supõe ser para um McDonald's, passa a publicidade, pelo menos até à semana passada não constava informação obrigatória que conferia a legalidade daquela



operação urbanística. -----

Consideram que esta é daquelas situações que devem ser imediatamente reparadas. Se é uma obra que está licenciada deve publicamente explicitar o aviso, porque é obrigatório nos termos do alvará supostamente existente. -----

Mencionou ainda que parte do passeio está neste momento a servir para a construção de um muro de betão, para além do forte impacto paisagístico que constituirá, caso nada venha a ser feito no sentido de reparar o que está neste momento em curso, quando por sucessivas vezes a própria câmara municipal admitiu a necessidade de reperfilar as entradas, de aumentar as áreas de passeio, e conferir segurança rodoviária e pedonal em todas as entradas e saídas da urbanização da Malva Rosa.-----

Se este estabelecimento comercial avançar nos termos da construção em que neste momento está a acontecer, toda e qualquer intenção fica desde já comprometida. -----

Perguntam se, nesse passeio, e tendo presente fotografias que farão o favor de fazer chegar à câmara municipal, que constarão da presente ata, estão ou não respeitados os princípios orientadores do decreto-lei das acessibilidades.-----

Na empírica e modesta opinião dos membros da CDU, não estão, e tratando-se de uma obra, não sendo nova, mas no sentido de requalificar o existente, parece-lhes grave que essa situação não esteja minimamente acautelada.-----

Também gostariam de saber, relativamente aos impactos deste empreendimento, o que é que a câmara municipal pensa, no sentido de garantir que a integração de mais uma superfície comercial com estas características é harmonizadora do ambiente urbano que já hoje existe, e que é saudável, na urbanização da Malva Rosa.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando duas ou três informações que talvez possam esclarecer o Sr. Vereador, começando pela sua última referência relativamente à Malva Rosa, que é exatamente o que a câmara municipal também pretende, quando diz que o ambiente urbano é saudável na Malva Rosa, e é verdade. Sob o ponto de vista urbanístico é um bairro de qualidade, e a câmara municipal pretende que seja um bairro de ainda maior qualidade. -----

Quando o Sr. Vereador referiu, e bem, que o executivo municipal não trouxe ainda



a reunião de câmara, ao contrário do que tinha expetativas, a receção de mais zonas verdes, e há cerca de duas zonas públicas que ainda não foram recepcionadas pela câmara municipal, a receção não é proposta nesta reunião de câmara exatamente porque aquelas zonas ainda não estão em condições de ser recepcionadas, apesar, e o próprio esteve na Malva Rosa esta semana a avaliar esta situação, de haver um grande esforço relativamente à reparação e de intervenção nalgumas zonas verdes.-----

As fotografias que os Srs. Vereadores da CDU colocaram a ilustrar o seu comunicado sobre estas matérias demonstram duas coisas, ou lotes privados, no quais a câmara municipal não tem uma intervenção direta, ou as folhas das palmeiras que foram esta semana todas podadas, e que estavam para ser recolhidas. À partida, se não foram recolhidas ontem, estão a ser recolhidas hoje, mas essas fotos demonstram o trabalho que está a ser feito na Malva Rosa, na melhoria das suas zonas verdes, e por essa razão é que ainda não foi recepcionada essa nova área.-----

Não leu o documento que o Sr. Vereador referiu, de qualquer maneira, tendo em conta o esforço que está a ser feito, pensa que estará para breve a receção final. Aliás, não queria deixar de realçar que a diferença de qualidade a partir do momento em que a zona verde passou para a câmara municipal tem sido relevada por toda a gente, porque efetivamente quando a câmara municipal começou a pegar naquelas zonas, elas começaram a ser mantidas com regularidade, e tem-se vindo a fazer um esforço nesse sentido.-----

Deu uma nota suplementar, uma vez que o Sr. Vereador Nuno Libório também fez comentários ao conjunto das zonas verdes, há um ponto sobre essa matéria onde poderão, eventualmente, abordar, mas tal como lá está definido, já nestes últimos 15 dias foram reforçados, quer os meios materiais, quer os meios humanos, da fiscalização da câmara municipal sobre as zonas verdes, não só das suas, mas também das juntas de freguesia, uma vez que também levantou essa questão, e as juntas de freguesia, sobretudo as que tiveram união de freguesias, ainda estão, nalguns casos, a organizar os seus serviços, no entanto a câmara municipal está já a responder a essas preocupações. -----

Relativamente às duas questões mais técnicas sob o ponto de vista urbanístico,




que dizem respeito à nova estrada de ligação da Malva Rosa à rotunda do Alambique, na zona para Vialonga, e à intervenção que está a ser feita junto à estrada nacional por parte da McDonald's, pedia à Arqtª Teresa Laranjeira que pudesse dar alguns esclarecimentos, que possam ajudar nestas duas questões que foram colocadas.-----

Tomou a palavra a Arquiteta Teresa Laranjeira, referindo, relativamente à questão do acesso do arruamento que foi falado, foi uma situação que veio a reunião de câmara na última alteração que houve ao loteamento da Malva Rosa. -----

Na altura, e nas informações técnicas que acompanharam os elementos que vieram a reunião de câmara, já se fazia uma explicação ao traçado dessa via. Aquela via sempre existiu, desde a primeira aprovação do loteamento da Malva Rosa, e o que esta alteração veio tentar fazer foi ajustar o traçado e arranjar um traçado em que fosse reduzida a tal inclinação que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu, que realmente era bastante elevada. -----

Este traçado procura reduzir, mas não consegue baixar dos 10%, como foi dito, mas veio reduzir aquilo que inicialmente teria sido aprovado. -----

Relativamente à questão do McDonald's, também veio a alteração da parte da criação de lotes na Malva Rosa, a subdivisão de lotes já aprovados. Na altura também foi colocado em reunião de câmara se haveria algum lote destinado a uma atividade de restauração e bebidas, e foi informado que sim. -----

Uma das questões que também foi colocada na altura era se se mantinha, em termos de áreas de construção, o que estava destinado a atividades económicas e a serviços. Pensa que nessa altura ficou tudo esclarecido, os serviços fizeram até uma resposta à Coligação Novo Rumo, pelo que pensa que todos estes assuntos foram debatidos e ficaram justificados. -----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se calhar só se deu essa resposta à Coligação Novo Rumo. -----

Respondeu a Arqtª Teresa Laranjeira que não, que veio a reunião de câmara para conhecimento. -----

Relativamente ao que se está a passar na obra, que pensa que também foi uma das questões colocadas, seria a execução de um muro e de se estar a fazer intervenção no passeio público. Foi feita uma visita ao local, e o que está a ser feito



é uma fundação de um muro de vedação do lote, em que vai ser respeitada exatamente a dimensão do passeio inicialmente aprovado, que pensa que são 2,10m, podendo depois aferir-se se será esta a dimensão ou não. -----

O que acontece é que para se fazer a fundação teve que se abrir mais, e acabou por se ocupar parte do passeio, mas essa situação será reposta, de acordo com o projeto aprovado do loteamento, e será mantida a circulação pedonal, sem qualquer redução da dimensão do passeio.-----

Neste momento, quando se olha e se está no local, parece que o passeio reduziu de dimensão, mas não será essa a solução final. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo a questão que o Sr. Vereador Nuno Libório levantou, e que diz respeito ao facto de, aparentemente, não constar no local da obra o licenciamento. -----

Respondeu a Arqtª Teresa Laranjeira que terá que verificar. -----

Disse o Sr. Vice-Presidente que, nesse caso, a Srª Arqtª deve mandar a fiscalização municipal ao local, porque se tiver que lá estar, e não está, é uma situação que está mal e têm que se levantar os autos que sejam necessários. -----

Acrescentou a Arqtª Teresa Laranjeiro, relativamente à questão da receção das zonas da Malva Rosa, está agendada para sexta-feira uma vistoria. A informação que os serviços têm é que o promotor tem andado a trabalhar, faltarão ainda pôr alguns dos equipamentos, mas conta-se que até sexta-feira haja condições. A vistoria vai ser feita, e logo se saberá o resultado. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que, de facto, quando os membros da CDU falam da Malva Rosa, querem falar dela, e da situação em concreto, baseados na maior quantidade de conhecimento disponível sobre essa matéria. -----

Muito lhes apraz registar que a câmara municipal, não obstante o tempo despendido para lhes fazer chegar uma resposta a uma pergunta, e que demorou semanas e semanas, lá acabou por responder. Mas as respostas não são dos membros da CDU, são da câmara municipal, assinadas pelo Sr. Presidente, e há questões que diriam que já não vale a pena serem mais esclarecidas. -----

A câmara municipal tem que se definir, de uma vez por todas, se está do lado do promotor, ou se está do lado das populações. Isto tem que ser mesmo visto desta

A

maneira, e não é por uma questão de embirração, é porque a câmara municipal, numa reunião de junho de 2013, deliberou, aliás, até com a correção da então Srª Presidente da Câmara, uma proposta de ativação das garantias bancárias, que os membros da CDU propunham num prazo de um ano, e que foi reduzido para 6 meses sob proposta do Partido Socialista. Haver a imediata ativação das garantias bancárias, sob pena do processo de receção das áreas de urbanização não construídas, ou com deficiência, nunca mais virem à posse da câmara municipal para a correspondente conservação de meios. -----

Estava-se em 2013, portanto, não é por este pequeno pormenor, de uma reunião de câmara para a outra, que os membros da CDU ficarão a pensar que é desta que isto se vai resolver, porque não vai. -----

Estão a falar da área 4A e da área 5A, que são neste momento das áreas mais densamente povoadas, por um lado, e por outro lado, nas áreas onde estão previstos equipamentos coletivos de lazer, de entretenimento, de desporto, que não vão ser executados de hoje para amanhã. -----

Os membros da CDU já sabem o que vai acontecer. Quanto muito vai ser feito um auto para rececionar aquilo que é possível rececionar, mas ficará ainda muito por rececionar, com deliberado incumprimento por parte do promotor, e com a cumplicidade da câmara municipal. -----

Dizem, e afirmam, que a câmara municipal tem que se definir de uma vez por todas, se está do lado dos moradores, ou se está do lado do promotor, e se é respeitadora das suas próprias deliberações de 2013, que tomou de forma clara, e o próprio tem presente a ata. -----

Relativamente às construções em curso, os membros da CDU querem admitir que está tudo a ser muito bem acompanhado pela câmara municipal, mas esperam que aquilo que está neste momento a construir-se, de ligação à estrada municipal da Alfarrobeira, não seja um caso parecido àquele que acabou mal em relação ao viaduto dos Caniços, e das suas pendentes de inclinação. -----

De facto, não podem garantir que a obra não venha a ser executada, mas que não cumpre as condições de tráfego rodoviário, não cumpre, porque os limites admitidos no Código da Estrada são de 8%, e há ali troços, como a câmara municipal reconhece, que têm uma inclinação de, pelo menos, 10%. -----



Na opinião dos membros da CDU, no âmbito de uma obra desta natureza, deveriam ser esgotados todos os meios, no sentido de evitar que isto acontecesse, porque é a própria câmara municipal que admite que há problemas que têm que ser resolvidos, ou esclarecidos, no âmbito do projeto de drenagens, no projeto de construção, nos metros de construção, e dos próprios aterros. E não obstante reconhecer isto tudo, por escrito, deixa que a obra avance. -----

Os membros da CDU querem, sinceramente, acreditar que quando a obra se der como concluída e rececionada para a infraestrutura rodoviária do município, não apresentará as inconformidades que hoje apresenta. -----

Em relação às fotos, são estas as que apresentaram, mas o Sr. Vice-Presidente não deve ter ficado muito confortável com as mesmas, porque são das áreas 4A e 5A, exatamente das áreas não rececionadas, que invadem o espaço público pelo estado devoluto a que as mesmas estão sujeitas há anos. -----

Se nada for feito no sentido de reparar a situação de abandono destes lotes, com as primeiras águas de inverno, tornam-se charcos de insalubridade pública, como tem acontecido nos últimos anos. Esta deveria ser uma preocupação da câmara municipal, porque é, de facto, um problema que afeta particularmente os moradores da Malva Rosa. -----

Para terminar, os membros da CDU fazem um apelo para que nos termos da construção da superfície comercial em curso, McDonald's, porque a obra ainda está a tempo de poder ser corrigida, e não há nada que não possa ser alterado a bem da segurança rodoviária e pedonal, se olhe para a obra em curso, se perceba dos impactos mais que previsíveis que a mesma constituirá para o atual tráfego, e se perceba se é ou não possível corrigir aquilo que ainda deve ser corrigido, não obstante a verificação das condições de acessibilidade. -----

Está prometida para esta área um reperfilamento profundo das entradas e saídas de todo aquele cruzamento, que hoje é um ponto de sinistros bastante registado pelas autoridades de polícia. -----

Por fim, os membros da CDU chamam também a atenção para os impactos da atividade deste estabelecimento comercial junto do bom ambiente urbano. Quando queriam falar do bom ambiente urbano, é porque uma atividade deste tipo é suscetível de perturbar o que hoje lá existe. -----



Não se sabe se este McDonald's vai funcionar das 9h00 às 5h00, se vai ser um prolongamento de funcionamento para além do que já existe a 200m à frente, mas isso é só um pequeno pormenor.-----

Há aqui todo um conjunto de questões que deve ser muito bem acompanhado pela câmara municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, a câmara municipal não tem nenhum tipo de dúvidas relativamente à sua atuação, ela é a favor dos munícipes e dos cidadãos, e é nisso que tem vindo a trabalhar. Aliás, comprova-se, mais uma vez, que as questões que o Sr. Vereador levanta e as fotografias que mostra são exatamente zonas que não estão à guarda da câmara municipal, não estão na sua propriedade e não estão na sua intervenção, e sobre esse ponto de vista apenas remete para o que já disse anteriormente, para não gastar mais tempo, uma vez que já se ultrapassou o período antes da ordem do dia.-----

Relativamente à questão da via em causa, como o Sr. Vereador sabe, e foi afirmado pela Arqtª Teresa Laranjeira, também como a construção que está a ser feita junto à Estrada Nacional 10, elas correspondem exatamente ao que foi aprovado relativamente ao alvará, no caso da via inclusivamente têm a informação de que nas alterações que foram feitas e que vieram à câmara municipal, onde todos estão sentados, a alteração à via teve exatamente a ver com questões de segurança, nomeadamente de entroncamento com a estrada que vai dar à rotunda da Alambique, portanto, as perspetivas e o que motivou a alteração do traçado foram exatamente questões de segurança. No que toca à parte técnica não se meterá a fazer considerações, ficaram ditas, a Arqtª Teresa Laranjeira refletirá sobre elas, mas a justificação que foi dada foi exatamente esta. -----

Relativamente à questão da construção junto à Estrada Nacional 10, mais uma vez corresponde exatamente ao que veio a reunião de câmara, a preocupação manifestada inicialmente pelo Sr. Vereador, e que também é do executivo municipal, de que a zona pública possa vir a ser melhorada com esta intervenção, ou que não venha a ser diminuída, ou as questões de acessibilidade diminuídas também, estão devidamente acauteladas, conforme referido pela Arqtª Teresa Laranjeira.-----

Não crê, dos desenhos que viu, que vá haver um reperfilamento total da zona de



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

entrada do Bairro da Malva Rosa, ao contrário do que o Sr. Vereador Nuno Libório disse, não tem essa ideia dos desenhos que viu, de qualquer das formas, refere à Arqtª Teresa Laranjeira que é um assunto que merece análise, e desde já agradece que tome atenção ao mesmo.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
MERCADOS MUNICIPAIS DE ALHANDRA E VILA FRANCA DE XIRA -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se será possível os membros da Coligação Novo Rumo obterem mapas de exploração dos mercados municipais, por exemplo de Alhandra e Vila Franca de Xira. -----
Não se querem tornar repetitivos, o assunto foi abordado várias vezes, mas realmente é uma pena assistir-se à pouca utilização, principalmente do mercado de Alhandra, e pensam que algo tem de ser alterado, nomeadamente em termos de horários. -----
Concretamente no mercado de Vila Franca de Xira gostariam de ver, e pedem a colaboração da Srª Vereadora responsável pelos mercados, até que ponto se poderia admitir uma parte de restauração, de modo a revitalizar todo um espaço, e um tempo, porque realmente, à noite é uma pena ver-se uma cidade como Vila Franca de Xira sem vida. -----
É conhecida a experiência que têm tido alguns mercados, como o da Ribeira, de Campo de Ourique e nomeadamente o do Porto, e podia ser que se pudesse adaptar uma solução de interesse para todos os cidadãos e residentes de Vila Franca de Xira, e revitalizar toda uma cidade, que bem precisa de ser revitalizada. -
Daí o pedido dos membros da Coligação Novo Rumo, para que, em conjunto, se for esse o entendimento, possam colaborar e ajudar a estudar uma solução, de modo a que a cidade de Vila Franca de Xira possa realmente oferecer uma outra dinâmica, não só para a juventude, como também para todos os cidadãos que utilizam e residem na cidade. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Srª Vereadora Marina Tiago irá enviar o mapa de ocupação dos horários dos mercados, não sabe se os Srs. Vereadores da CDU também querem, nesse caso será enviado para as duas bancadas. -----
A preocupação relativamente aos horários tem sido uma preocupação que tem vindo até a reunião de câmara, é também uma preocupação do Partido Socialista, e tem também sido apresentada aos vendedores, nem sempre com sucesso, como se sabe. De qualquer forma, agradece a disponibilidade para refletirem em conjunto sobre esta matéria, e a Srª Vereadora Marina Tiago irá, com certeza, aproveitar essa disponibilidade. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEMOLIÇÕES NA AVENIDA SOUSA MARTINS - ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo constataram a demolição de dois prédios na avenida Sousa Martins, em Alhandra. Não sabem se esta demolição fará consequentemente parte de qualquer construção nova, dentro da regeneração urbana que a vila precisa, e o concelho também tem várias necessidades de intervenção, ou se realmente será mais um espaço vazio que se vai ali criar, o que é uma pena, porque é uma das principais artérias da vila de Alhandra, e realmente gostariam que a mesma pudesse ser melhorada, com toda uma reabilitação urbana que é necessária. -----

Deste modo, a pergunta que colocam é para saber até que ponto aquelas demolições abrangem já qualquer plano, no aspeto de poder contribuir para essa reabilitação urbana.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, fazendo um brevíssimo histórico e referindo que esse património veio à câmara municipal porque estava devoluto e estava em condições de risco. Foi aprovada uma tentativa de alineação do mesmo, que ficou deserta, portanto, não houve ninguém que ficasse interessado nele, e o estado de risco de queda de alguns elementos daqueles edifícios aconselharam a câmara municipal a proceder à sua demolição.-----

É o que se está a assistir neste momento, já estão demolidos, mas há alguns acertos ainda a fazer por causa das paredes antigas de ligação às casas do lado.----

A perspetiva da câmara municipal é que possa surgir algum interessado que queira intervir naquela área, até porque a sua demolição tem dado às pessoas a noção clara do terreno em causa, e do interesse que pode haver ali para uma intervenção que valorize aquela zona baixa de Alhandra, e que seja apetecível sob o ponto de vista das pessoas poderem adquirir ali imóveis para viver, que é também um objetivo em termos de requalificação da vila de Alhandra. -----

Não sendo diretamente a demolição causada numa expetativa absolutamente certa, a verdade é que resulta de um conjunto de ações que a câmara municipal está a fazer no centro que Alhandra, e o próprio espera que haja promotores que peguem nela, porque diria que está mesmo a pedir, e é importante para aquela zona, e para a avenida Sousa Martins muito em particular. -----



Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, pedindo à Arqª Teresa Laranjeiro, que se não soubesse agora responder que, pelo menos, levasse esta questão para se poder responder na próxima reunião de câmara.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
VANDALISMO NO JARDIM CÉSAR PEREIRA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que se continua a assistir a atos de vandalismo, concretamente no Jardim César Pereira. Este parque urbano tem sido alvo de constantes atos de vandalismo, os membros da Coligação Novo Rumo sabem que é impossível existir uma segurança permanente, mas esta é uma situação que se prolonga no tempo, com atos continuados. -----

É necessário ter em atenção, pois existem postos de iluminação pública danificados e que necessitam de ser reparados. Este é um local bastante aprazível da cidade de Vila Franca de Xira, e deve continuar a ser cuidado. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que não situaria a questão do vandalismo apenas no Jardim César Pereira, mas no conjunto das zonas verdes -----

Esta semana um dos jornais locais pegou nisso, e viu-se, mas a câmara municipal tem feito um grande apelo relativamente ao conjunto das zonas verdes do concelho, e não quer deixar de dar o exemplo que deu na última reunião em que esteve, exatamente há duas reuniões de câmara, porque, por exemplo, no jardim da Flamengo, onde neste momento já está a decorrer a obra para se proceder ao seu alargamento, há sistematicamente atos de vandalismo sobre aquela zona. -----

A câmara municipal está com um processo, que é muito complicado, de tentativa de colocação de videovigilância nas zonas verdes do concelho, que cresceu muito em termos de parques urbanos nos últimos anos. -----

A câmara municipal já pediu uma reunião aos responsáveis, quer da PSP, ao nível metropolitano, quer da GNR, no sentido de perceber se este assunto da videovigilância se resolve, uma vez que para a câmara municipal é absolutamente fundamental, para garantir que há menos vandalismo nestes parques. -----

Do ponto de vista pessoal não se sente insegurança, mas a verdade é que há vandalismo sobre o material, e isso causa problemas também no estado em que as zonas verdes ficam, porque quando a zona verde é roubada, ou quando são roubados os contadores, é impossível regar durante uns dias até à sua completa substituição. -----

Subscreve essa preocupação que o Sr. Vereador Vítor Silva apresentou, e crê que subscrevem todos. -----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, pedindo ao Eng^o José Fernandes que analisasse esta questão levantada sobre o estado da estrada 248-3, para que numa próxima reunião se possa ter o ponto de situação.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
LIMPEZA DA RIBEIRA DE SANTO ANTÓNIO-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo chamam a atenção para a falta de limpeza na ribeira de Santo António e suas margens, que se encontram cheias de mato, canas e demais entulho, limpeza essa que deve acontecer nesta altura do ano, para evitar o transbordo da ribeira na altura das chuvas, já não contando com o aspeto estético. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INSTALAÇÕES DOS ESCUTEIROS DE ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se às instalações ocupadas pelos escuteiros de Alhandra e ao facto de na passada reunião de câmara o Sr. Presidente ter informado que iria ser implementada uma solução com gabiões para aquele talude.-----

No entanto, o Sr. Presidente ficou de verificar o que se passava relativamente ao protocolo que, ao que os membros da Coligação Novo Rumo sabem, está há cerca de 10 anos perdido em meios burocráticos.-----

Gostariam de saber efetivamente o que falta e o que é necessário resolver.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que, relativamente à zona a tardo dos escuteiros de Alhandra, há uma informação que é nova relativamente à última reunião de câmara, o processo já começou a decorrer, e depois de uma reunião com o chefe dos escuteiros encontrou-se uma solução interessante, recorrendo a gabiões, crê que seja esse termo técnico.-----

A espetativa é que durante o mês de setembro se consiga fazer esta obra, de maneira a que nas próximas chuvas o problema já esteja resolvido.-----

Relativamente à questão do protocolo, tendo em conta que se vai mexer naquele terreno, posteriormente a câmara municipal irá ver com os escuteiros exatamente a topografia relativamente ao que eles pretendem, para se ver se revolve essa situação. Não crê que seja complicado, mas a câmara municipal tem vindo a acompanhar o assunto com o Chefe dos Escuteiros de Alhandra.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MAUS CHEIROS NA BAIXA DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que se notam alguns maus cheiros em Vila Franca de Xira. -----

Após o alerta feito, quer pela própria população, quer pelos membros da Coligação Novo Rumo, em reunião de câmara, de maus cheiros na baixa da cidade, verificaram-se algumas ações por parte dos SMAS para minimizar esta questão, com o despejo de água pelos diversos sumidouros, no entanto, e visto que é um problema recorrente, pediam que os SMAS verificassem esta situação e pudessem indicar, ou implementar as soluções possíveis.-----

Os comerciantes dizem, inclusivamente, que este ano está pior, e alguns moradores não podem sequer estender a roupa, pois esta fica a cheirar mal. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Vítor Silva colocou muitas questões, a algumas delas tem condições para responder, já em relação a outras irá indicar aos serviços que recolham informação.-----

Quanto aos maus cheiros na zona baixa da cidade, resultam sobretudo da falta de chuva que tem havido nas muitas últimas semanas.-----

Os SMAS têm andando a “atacar” a situação, mas solicitava ao Sr. Vereador António Félix, enquanto administrador, que tratasse desse assunto e que reforçasse nas zonas baixas. -----

Alhandra e Póvoa de Santa Iria poderão eventualmente ter o mesmo problema, pelo que pedia-lhe também que tomasse atenção a essa matéria.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Hoje um dos pontos da ordem do dia também se refere a essa matéria, e quando lá se chegar, provavelmente, poderá já ter uma ideia de qual a data mais certa para esta infraestrutura poder entrar em funcionamento, e se isso entretanto acontecer, responderá nessa altura.-----



Fl. Ata 033

Reunião de 2014/08/27

Proc^o

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE INFANTIL – URBANIZAÇÃO DA RAPOSEIRA – FORTE DA CASA-----

Interveio a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se ao facto de na urbanização da Raposeira, no Forte da Casa, a encosta ter resvalado, no parque infantil, inclusivamente, foi colocada uma vedação. -----

Uma vez que já lá não se encontra essa vedação, a bancada da Coligação Novo Rumo pretende saber se o espaço já não consiste perigo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, solicitando ao Sr. Vereador António Félix que deslocasse os serviços da divisão de equipamentos de utilização coletiva ao local. -----



Fl. Ata 1136

Reunião de 2014/08/27

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CRIAÇÃO DE ESPAÇOD E LAZER NA RUA MARIA CARLOTA DE OLIVEIRA – CASAL DA
SERRA - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo, quanto aos espaços verdes na zona do Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria, que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de perceber qual é a possibilidade de ser criado um espaço de lazer na rua Maria Carlota de Oliveira.-----

Já tiveram vários contactos por parte de alguns jovens residentes, que inclusivamente fizeram esse pedido junto da câmara municipal, e gostariam de saber se, de facto, haverá alguma abertura e alguma possibilidade da câmara municipal vir a verificar a exequibilidade das propostas que estes apresentam para os espaços desta rua. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, pedindo à Arqtª Catarina Conde, da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, que tomasse atenção relativamente a esta questão da rua Maria Carlota de Oliveira, percebendo que intenções existem para o espaço e que pedidos há.-----

Não se recorda de ter visto nenhum pedido, mas solicitava à Srª Arqtª que fosse verificar nos arquivos, uma vez que a Srª Vereadora disse que já teria sido feito algum contacto com a câmara municipal sobre esta matéria.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Nessa altura o Sr. Presidente mencionou que iria tentar perceber o que realmente se passava, não sabe se neste momento o executivo tem a possibilidade de dar essa resposta. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO NA ESTRADA NACIONAL 10 JUNTO À ROTUNDA DOS CANIÇOS-
PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se à rotunda dos Caniços e à entrada na rua da República, voltando a perguntar, porque o verão já está a mais de meio, qual o ponto de situação desta intervenção, que ocorreu na Estrada Nacional 10, na zona da rotunda dos Caniços até à entrada na rua da República, porque apresenta abatimentos e problemas no piso.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de perceber se a entidade que fez aquela intervenção irá reparar a situação ainda durante este verão, e quais são as informações que poderão ter a este respeito.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo crer que esta foi uma intervenção da Simtejo, e o Sr. Engº José Fernandes fez-lhe sinal que confirma, pelo que pedia-lhe que fizesse um contacto com a Simtejo, no sentido de perceber quando é que está prevista a intervenção, não sabe se já estará prevista.-----

Esclareceu o Engº José Fernandes que a situação resulta de uma intervenção da Simtejo, mas também com uma intervenção da câmara municipal de recarga do pavimento, mas ainda não tem ideia de quando se fará, já se falou com o empreiteiro. -----

Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente, referindo que nesse caso o Engº José Fernandes irá ver esta questão, e na próxima reunião de câmara já se terá, com certeza, uma indicação mais específica sobre esta matéria.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
 ESTRADA NACIONAL 10 – TROÇO DA ENTRADA DE SANTA IRIA DE AZÓIA COM A
 PÓVOA DE SANTA IRIA ATÉ AO JUMBO DE ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo chamam mais uma vez a atenção para o troço a Estrada Nacional 10 da responsabilidade da câmara municipal, desde a entrada de Santa Iria de Azóia com a Póvoa de Santa Iria, até à zona do Jumbo em Alverca do Ribatejo, que apresenta sinais de detioração sérios, nomeadamente no Forte da Casa, e carece de intervenção, porque vai-se começar a assistir ao aparecimento de buracos numa via com aquele nível de tráfego diário, como todos conhecem.-----

Se existe algum plano de conservação para esta via, é a questão que colocam, e gostariam de obter a resposta.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, solicitando ao Eng^o José Fernandes que analisasse esta questão levantada pela Sr^a Vereadora, relativamente ao conjunto da estrada nacional sob a responsabilidade da câmara municipal, não só neste troço, mas eventualmente noutros troços, fazendo, no fundo, um levantamento e percebendo o ponto da situação de tudo o que possa estar na responsabilidade da câmara municipal, e depois responder não só a esta questão, mas ao restante, sob o ponto de vista da planificação, que também interessa ter em termos de diagnóstico mais ou menos atualizada. -----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que irá pedir aos serviços para verificarem o ponto de situação do estacionamento junto à Cercipóvoa e da iluminação, para tentar responder na próxima reunião de câmara. -----



Fl. Ata

Reunião de 2014/08/27

Proc^o

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MOVIMENTAÇÃO DA POLÍCIA MARÍTIMA EM ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vitor Silva, referindo ontem, e não sabe se anteriormente, notou-se uma certa movimentação, em Alhandra, da Polícia Marítima, com um carro laboratório e com uma grande grua, julga que andavam a fazer ensaios junto ao cais 14.-----

Não sabe o que levou a isso e se o Sr. Vice-Presidente tem algum conhecimento do que se passa. Como se falava, até levantada pela Cimpor, da hipótese de desassoreamento do rio, por uma questão de poder ser utilizado por barcos para a própria Cimpor, não sabe se é alguma intervenção da Polícia, ou se era, efetivamente, alguma indicação, ou alguma obra que possa vir a acontecer em breve.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, por acaso, ontem esteve no jardim municipal, e na zona da marina da União Desportiva Vilafranquense, e também lhe levantaram a questão que a Marinha tinha lá estado na zona, a fazer algumas prospecções. -----

Já pediu ao gabinete do Sr. Presidente para verificar exactamente o que se passava, porque, pelos vistos, a prospeção não foi exclusivamente em Alhandra, uma vez que ontem à noite soube que tinha sido também em Vila Franca de Xira. -----

Deste modo, pedia que quando houvesse essa informação se pudesse prestar, e na próxima reunião dar-se-ia conta também aos Srs. Vereadores da CDU. -----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Os pontos relativamente aos quais tem pedidos de intervenção são os pontos 1, 2, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 28, 31, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 50, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 70 e 71. -----



Assunto: ATAS NºS 15/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/07/09, E 16/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/07/23-----

Presente para aprovação as atas das reuniões de câmara de 2014/07/09 e 2014/07/23, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para informar que se abstém, em relação à ata da reunião de câmara de 23 de julho, por não ter estado presente. -----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, referindo que pelo mesmo motivo abstém-se na aprovação da ata nº 15/2014, referente à reunião de 9 de julho, aprovando a de 16. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que a situação é a mesma, nas duas atas. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques tomou a palavra, informando que vota a favor das duas atas, pois esteve presente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que ficam então aprovadas ambas as atas, por maioria.-----

Deliberado, por maioria, com a abstenção da Srª Vereadora Margarida Cavaleiro e do Sr. Vereador Ernesto Ferreira, aprovar a ata nº 15/2014, da reunião de câmara de 2014/07/09. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Nuno Libório e do Sr. Vereador Ernesto Ferreira, aprovar a ata nº 16/2014, da reunião de câmara de 2014/07/23.-----



1. Assunto: 5ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 104/14, de 20/08, do DGAFJ/DPFCl, para aprovação da 5ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 104/14, de 20/08, do DGAFJ/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que em relação a este ponto concretamente os membros da CDU entendem que não existe, não lhes apresentaram uma justificação política para algumas alterações significativas, em termos de custos, nalgumas das obras, e gostariam de as ter, se fosse possível, sendo esta a opinião que têm, nomeadamente no que respeita ao custo da obra no talude da rua 9 de Agosto, que pensavam que já estava encerrada, e continua a vir com mais uma rubrica, a sinalização semaforica, e as reparações do parque habitacional, em que não se diz onde, nem quando, nem quanto.-----
Esta é a 5ª alteração ao plano plurianual de investimentos, e há estas consecutivas alterações de custos, não havendo uma justificação política para esta matéria, o que os leva a colocar estas dúvidas, pelo que se houver alguma possibilidade de esclarecimento, tanto melhor.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, mencionando que os orçamentos são instrumentos de trabalho, e ao longo do ano vão sendo, de uma forma ou de outra,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal



Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

afinados. Quando se constrói um orçamento faz-se com alguma antecedência, há coisas que são imprevisíveis, e basicamente o que se tem vindo a fazer ao longo destas atualizações do orçamento são esses acertos. -----

Concretamente, nas questões colocadas, e na de maior valor, o que aconteceu foi uma falha aquando da alteração anterior, em que a rubrica deste montante do talude da rua 9 de Agosto continuou "a definir", quando devia ter passado a "definida". Foi uma falha, na altura ninguém se apercebeu, a rubrica continuou "a definir", e tinha de ser passada a "definida", tendo sido meramente uma questão técnica.-----

Quanto às outras duas questões, não são especificamente num ponto, são várias coisas, e não é fácil especificar quais os locais onde estas intervenções vão ser feitas. São várias, pelo que não é possível, quando se dão as justificações dos valores e das alterações, conseguir incluir todas as que estão previstas. São subrubricas, uma série delas, que somam estes valores. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que pode, eventualmente, perceber essa dificuldade, mas deve-se também entender que para os membros da CDU tinha algum interesse perceber o porquê. É dada alguma explicação em parte, e era bom que tivessem também conhecimento disso.-----

Em função disso a bancada da CDU vai-se abster em relação a este ponto. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que fica então aprovada 5ª alteração ao orçamento, com as abstenções dos Srs. Vereadores da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, POR TEMPO INDETERMINADO, 3 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA DE CANALIZADOR) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, em 2014/07/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização da abertura do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho na categoria de categoria de assistente operacional (área de canalizador), com possibilidade de admissão de candidatos sem relação jurídica de emprego público. -----

Deliberado por unanimidade, remeter a abertura do procedimento concursal à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei. -----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, remeter a abertura do procedimento concursal à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei. -----



Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL), RESERVA DE RECRUTAMENTO – RECRUTAMENTO EXCECIONAL -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, em 2014/08/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização do recrutamento excecional do candidato classificado em 2º lugar, Bruno Miguel Soares Silva Nogueira, na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior (área de engenharia civil). -----

Deliberado, por unanimidade, remeter o recrutamento excecional à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei.-----



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE TÉCNICO (ÁREA ADMINISTRATIVA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 429/14, de 28/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional dos candidatos Miguel Ângelo Lopes Ribeiro e Otília Faria Garcia Mendes, posicionados na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para assistente técnico (área administrativa), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 429/14, de 28/07, do DGAFJ/DRH, informação nº 151/13, de 13/03, do DAG/DGRH, e deliberação de câmara de 2013/03/20, que se dão por inteiramente reproduzidas nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que apenas pretendia pedir a listagem dos concursos abertos, que estarão ainda em vigor, se fosse possível. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que é possível, solicitando nesse caso ao Dr. Paulo Alenquer para fazer essa listagem, para depois se remeter ao gabinete dos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo.-----
Quanto à votação, fica aprovado este ponto, por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Deliberação nº 493

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, as peças do procedimento, a composição do júri, autorizar a contratação e a despesa, bem como a delegação no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e a remessa à assembleia municipal. -----



Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA DAS INSTALAÇÕES DO PORTO D'AREIA – CONCURSO PÚBLICO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, em 2014/07/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal, para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo à aquisição de serviços de vigilância e segurança humana das instalações do Porto D'Areia. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que a intervenção dos membros da CDU não terá tanto a ver com a aquisição dos serviços, mas é uma pergunta. Tendo conhecimento que a atual empresa de vigilância tinha salários em atraso aos trabalhadores, gostariam de saber se a câmara municipal tem conhecimento, e esperam que se a situação não for ultrapassada esta empresa não possa concorrer, mas isso é para já uma chamada de atenção. -----

Há pois duas situações. Uma é se a câmara municipal tem conhecimento se a situação foi ultrapassada ou não. Depois, é do conhecimento da CDU que havia salários em atraso desta empresa para com estes trabalhadores que estavam a prestar ali serviços, e a acontecer ou a não estar resolvido, dever-se-á ter isso em atenção para o futuro concurso. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, dizendo que na sequência do alerta que aliás foi feito numa anterior reunião de câmara, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento houve o cuidado de chamar a empresa, aliás já se fez por duas vezes, questionando isso mesmo, que tinha sido colocada em reunião de câmara a questão de que havia salários em atraso. Falou-se também, inclusivamente, com os trabalhadores, e basicamente aquilo que se sabe neste momento é que a situação da empresa para com os trabalhadores tem vindo a ser regularizada. -----

Portanto, nos últimos tempos não tem chegado nenhuma informação dos trabalhadores, porque se falou com eles também, que essa situação não estivesse a ser regularizada. -----

Contudo, fica o reparo, e aceita-o de bom grado, que num próximo concurso ter-se-ão em atenção essas questões, de regularização dos salários dos trabalhadores. ----



Fl. Ata 052

Proc^o 0066/AS/CP/DAF/2014

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que, relativamente a esse controlo, é difícil de se fazer sob o ponto de vista da câmara municipal, de qualquer das formas a preocupação que a mesma tem, e é isso que se consegue cumprir, é que não seja por falta de pagamento da câmara municipal às empresas que estas não cumprem a sua obrigação também perante terceiros ou perante os trabalhadores. - Em relação a isso a câmara municipal tem sido um "relógio suíço", em termos de pagamentos atempados, e por isso fica também esse reparo.-----

Quanto à votação, pensa que se poderá considerar o ponto aprovado por unanimidade. -----

Deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal, para autorização prévia do compromisso plurianual. -----



1. Assunto: CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO PARQUE LINEAR RIBEIRINHO ESTUÁRIO DO TEJO – PRAIA DOS PESCADORES E CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 292/14, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação do início e da escolha do procedimento de concurso público de concessão da exploração do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo-Praia dos Pescadores e Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem, bem como do júri e das peças concursais, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização da celebração do contrato de concessão, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 292/14, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU, antes de definirem o sentido final de voto, gostariam de perguntar à câmara municipal se, ou estão a fazer uma interpretação abusiva dos termos do objeto e natureza da concessão, ou se houve porventura alguma falta de cuidado por parte do executivo da câmara municipal, no sentido de não proteger e acautelar os verdadeiros interesses de relevante interesse público do município. -----
Colocam a questão desta maneira porque, lendo as cláusulas que estão subjacentes à proposta da concessão, ficam com a sensação, para não dizer que

[Handwritten signature]

concluíram, que a câmara municipal desresponsabiliza-se sobre todo o conjunto que integra a praia dos pescadores e o Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem, designadamente as atividades que nele deveriam ter sido há muito tempo realizadas diretamente pela câmara municipal. -----

Se assim é, por que razão é que a câmara municipal pretende concessionar todo o espaço, desresponsabilizando-se sobre todo o conjunto de atividades que, mesmo havendo abertura para a iniciativa comercial privada, poderiam e deveriam, na opinião da CDU, ser da exclusiva competência e direção da câmara municipal?-----

Um segundo aspeto é que, a ser verdade, trata-se de uma concessão de todo o espaço, e a câmara municipal quase que não impõe limites para o que ali poderá vir a acontecer, e diriam mesmo os membros da CDU que tudo depende da capacidade e criatividade do promotor comercial, quando se escreve, “atividades desportivas”, além do usufruto do próprio espaço, como responsabilidades que ficam delegadas nos termos da concessão, ou “atividades de divulgação e promoção ambiental”, desresponsabilizando-se a câmara municipal das iniciativas de promoção ambiental, delegando diretamente na concessão atividades desta natureza. Está ler, não está a sugerir, e naturalmente que também é o “espaço destinado à cafetaria” e a “exploração do Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem”. -----

Então, e a câmara municipal, o que é que vai fazer? De uma forma muito objetiva o que acontecerá é arrendar o espaço. Com recurso ao orçamento do município fez-se um investimento público, que teve uma comparticipação comunitária ao abrigo do programa de reabilitação da zona ribeirinha, e por isso obrigado a termos de responsabilidade, nos termos dos contratos financeiros assinados, e de um momento para o outro a câmara municipal desresponsabiliza-se sobre isso tudo, sobre a sua missão enquanto autarquia, sobre os contratos que assumiu com o Estado português, e passa para a atividade comercial a gestão de todo o espaço. --- É caso para perguntar que assim facilmente constata o insucesso das parcerias público-privadas, não sendo esta em dimensão e em valor o melhor dos exemplos, mas o que se nota é que o público investe, para o privado depois retirar, a partir desse investimento público à partida, o devido proveito comercial. ----- Desta forma, por que é que isto é assim? -----



Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que já se responderá, mas não é assim.----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pedem a retirada deste ponto, considerando que ainda há mais duas reuniões de câmara, nos próximos dias 10 e 24 de setembro, antes da próxima assembleia municipal, a 25 de setembro, porque gostariam que algumas questões fossem clarificadas e outras salvaguardadas. -----
A proposta que lhes é presente na documentação refere, no primeiro parágrafo, a comunicação interna nº 49-146/14, de 18/07, das Atividades Económicas, e gostariam de ter acesso a esta comunicação interna, que é citada na documentação e que expressa a necessidade de se proceder à concessão do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo, praia dos pescadores e Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem. Gostariam também de ter acesso ao atual contrato de concessão da cafetaria, para poderem ter em conta a resolução deste contrato, que hoje está em vigor. -----
Depois, gostariam de saber qual o ponto de situação do fornecimento de energia a este local, que nos últimos meses esteve alimentado a gerador, sem nenhuma ligação elétrica, à cafetaria e centro de interpretação. -----
Tendo em conta estas questões, que a sua coligação pretende ver salvaguardadas, pedem o reagendamento deste ponto para a próxima reunião de câmara.-----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que não vê problemas relativamente a essa matéria, e pede depois aos serviços envolvidos que vejam as questões que foram colocadas sob o ponto de vista técnico, no sentido do assunto poder ser presente à próxima reunião de câmara, sendo que, naturalmente, não precisam de se dedicar às reflexões político-partidárias.-----
Terá que ser mesmo na próxima reunião de câmara, não há outra, pois já não haverá tempo do assunto ir à assembleia municipal, e retira-se então o ponto para a próxima reunião. -----
Contudo, não pode deixar de referir uma questão, ou seja, o que subjaz a esta proposta que vem à reunião de câmara é uma figura normal de concessão de espaço, como existe em muitos outros locais, nomeadamente de praia, em que a concessão é feita também para um conjunto de atividades que são desenvolvidas no terreno, fora da cafetaria. Faz todo o sentido, sob o ponto de vista, quer da



conservação, quer da dinamização dos espaços, por quem está lá a tempo inteiro. Passa-se assim sempre que se vai à praia, desde que seja concessionada, todos os serviços de manutenção e limpeza, e de dinamização desportiva e outra, dos espaços, nomeadamente da praia concessionada, são a cargo do concessionário, pelo que não tem nenhum tipo de história, nem nenhum tipo de complicação, nem nesta câmara municipal, que é presidida pelo Partido Socialista, nem em nenhuma outra, seja presidida por quem for. Ainda este fim de semana teve ocasião de estar numa praia na margem sul, e é assim que as coisas se passam, não tendo história de nenhuma espécie.-----

Assim, fica então retirado o ponto para a próxima reunião de câmara. -----
Tendo sido solicitada intervenção por parte do Sr. Vereador Nuno Libório, pediu ao Sr. Vereador o máximo de rapidez possível, uma vez que o ponto está retirado e pode ser discutido na próxima reunião de câmara. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo que a questão da rapidez é sempre muito relativa, e que os membros da CDU gostam de se esclarecer para serem esclarecidos. Claro que o ponto está retirado, mas o Sr. Vice-Presidente fez uma afirmação que não corresponde ao espírito da intervenção dos mesmos e gostaria de o retificar.-----

Tomando como bom exemplo a cafetaria do Jardim Constantino Palha, não levantaram nenhum problema, e todos, salvo erro, todas as forças políticas representadas nesta câmara municipal, aprovaram a concessão, que resultou de um esforço inicial do município, de requalificação daquele bem público. Abriu-se o procedimento, apresentou-se a melhor proposta, e lá está o concessionário a explorar comercialmente uma parte do jardim municipal, mas essa parte não significa que o município não faça a gestão do jardim. Aliás, muito estranho seria se, de um momento para o outro, se passasse a ter uma gestão comercial de todo o jardim municipal. Não é isso que acontece de todo, e portanto esse espírito de conciliação de iniciativa privada com o esforço de investimento público é uma iniciativa saudável, desde que sejam sempre respeitadas as regras.-----

A proposta que aparece é muito mais evasiva do que aquela que é a experiência que agora apresentaram, e o Sr. Vice-Presidente não esclareceu quanto a uma questão, pelo que gostariam que fizesse o favor de esclarecer. Dentro do espaço



que hoje integra a praia dos pescadores e o centro de interpretação, o município manterá ou não as suas atividades? Dando um exemplo muito concreto, tem-se lá uma exposição interpretativa da realidade da paisagem estuarina, o município manterá ou não a tutela sobre as atividades de dinamização dessa exposição? Isso passará a fazer parte do encargo da futura concessão?-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o Sr. Vereador Nuno Libório usou o tempo para a retificação o melhor que conseguiu, e pede-lhe que leia o título do ponto, que aliás está retirado, tendo tudo um funcionamento equivalente e uma lógica de intervenção equivalente a uma praia. É assim que se chama, o espírito daquilo é assim que é, e portanto não tem nenhum tipo de dificuldade. Os serviços municipais, quer do ambiente, do desporto ou das atividades económicas, acompanharão e realizarão sempre com toda a facilidade, e com articulação, as atividades que entenderem naqueles locais, como se passa sempre que isso acontece assim.-----

Agora, o funcionamento e a estrutura daquele equipamento são muito diferentes doutros que são jardins públicos, que são partes públicas, sendo que o pensamento estruturado, arquitetónico e orgânico daquele espaço é de funcionamento e de perspetiva de utilização por parte do público mais integrada.-----

A câmara municipal, através dos serviços de ambiente, atividades económicas e desporto, continuará a realizar todo o tipo de atividades, exposições, encontros e os passeios que entender, tal como os clubes desportivos, associações e outro tipo de entidades que queiram lá desenvolver trabalho, e que isso se enquadre no funcionamento da praia dos pescadores, e se enquadre, isso sim muito importante, na filosofia que existe de fruição pública da zona ribeirinha, para a qual, como o Sr. Vereador sabe, a câmara municipal, com a ajuda de uma parte da oposição, tem vindo a conseguir construir grandes parques públicos, quer na Póvoa, na ligação da Póvoa ao Forte da Casa, quer na zona ribeirinha de Vila Franca de Xira, onde o Partido Socialista tem vindo a apostar.-----

Portanto, dentro dessa filosofia tudo poderá acontecer, mas com toda a propriedade e detalhe poder-se-á conversar sobre esta matéria quando o ponto voltar a ser agendado.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Vice-



Fl. Ata - 058

Reunião de 2014/08/27

Procº 03/14 APRV.CP.SI

Deliberação nº

Presidente sabe que não foi essa a pergunta que o próprio dirigiu à câmara municipal. A pergunta foi muito simples, e o Sr. Vice-Presidente recusou-se a responder: Sobre a exposição, sobre o módulo do centro de interpretação e das atividades do município nele integradas, quem passará a ter a responsabilidade de dinamização e de gestão? -----

É muito simples a pergunta, no módulo do Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem, estando lá uma exposição e conteúdos informativos, pedagógicos, que foram construídos para uma política de dinamização ambiental da responsabilidade do município, a quem competirá, caso esta concessão seja concluída, a responsabilidade da dinamização do espaço? -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que crê que isso consta da documentação que foi entregue ao Sr. Vereador, e remete para a sua leitura, de qualquer das formas aquela exposição, e outras, muitas outras, assim espera, haverão de ser feitas por quem ficar com aquele espaço, ou pela câmara municipal, no âmbito da sua política, quer ambiental, quer aliás também cultural, porque aquele espaço deve conseguir conjugar, e conseguirá certamente conjugar a cultura com o ambiente, como aliás tem sido apanágio da câmara municipal nos últimos anos.-----

Assim sendo, o ponto voltará a reunião de câmara. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara. _____



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

4

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 059

Reunião de 2014/08/27

Procº 64/14 APRV.AD.RG

Deliberação nº _____ 495

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS PARA AS MULTIFUNCIONAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 289/14, de 07/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual relativo ao fornecimento em contínuo de consumíveis para as multifuncionais dos agrupamentos de escolas do concelho. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 289/14, de 07/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL VEICULAR PARA ABASTECIMENTO DAS VIATURAS AFETAS À FROTA AMBIENTE DO MUNICÍPIO, DURANTE OS ANOS DE 2015 E 2016 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 274/14, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do início e da escolha do procedimento para fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento das viaturas afetas à frota ambiente do município, durante os anos 2015 e 2016, bem como das peças concursais, da composição do júri, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 274/14, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A UMA PORTA ROTATIVA INSTALADA NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 296/14, de 13/08, do DGAJ/DFPCO/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo à contratação de serviços de assistência técnica a uma porta rotativa instalada na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 296/14, de 13/08, do DGAJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a este ponto em conjunto com os pontos 13, 14 e 15, porque está tudo relacionado, tendo a ver com alguns pedidos de assistência técnica para o funcionamento da nova biblioteca.-----
A posição dos membros da CDU, sobre a questão da biblioteca é conhecida de todos, relativamente à construção e valores, e o que se coloca agora já não é a questão da construção, é a assistência.-----
Não sendo a primeira vez, pois também já o fizeram em reuniões anteriores, quando veio o assunto, embora em conjunto com as questões dos consumíveis, incluindo a biblioteca e outros serviços, e enquanto na questão de fundo da biblioteca sempre votaram contra, agora vão abster-se.-----
O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, mencionando que pretende só um



esclarecimento relativamente a este ponto, ao torniquete, tendo o Sr. Vice-Presidente esclarecido que é mesmo uma porta rotativa. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, perguntando se a porta foi fornecida pela Hemmer, pela firma que se vai convidar para esta questão da assistência técnica, e se não é possível, como se trata de um equipamento relacionado com elevadores, pois pelo que vê consta também nos convites uma firma dedicada a elevadores, consultar mais um fornecedor.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o programa de concurso prevê a consulta a duas empresas, e provavelmente é uma coisa muito específica, sendo que não sabe se é possível agora dizer se a porta que lá está foi instalada ou não por alguma destas empresas.-----

Desta forma, solicita que a votação do ponto 12 fique em suspenso, enquanto se recolhe esta informação, bem como saber por que é que são estas duas, e se eventualmente haveria alguma possibilidade de consultar uma terceira empresa, ou se, tendo em conta a rapidez, bastarão duas.-----

Assim, solicita ao Dr. Luís Marques para verificar a informação, respondendo-se posteriormente. -----

Quanto à votação, ficam já aprovados os pontos 13, 14 e 15, com as abstenções da CDU.-----

Interveio mais tarde o Dr. Luís Marques, esclarecendo, em relação à porta rotativa, que confirmou que foi efetivamente instalada pela empresa Hemmer, e em relação à outra questão, de ser só proposto consultar duas empresas, deve-se à dificuldade em encontrar empresas que façam este tipo de serviço específico, neste caso em portas rotativas.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, perguntando se se pode considerar aprovado este ponto, com a abstenção da CDU, conforme foi anunciado anteriormente.-----

Tendo havido resposta afirmativa, prosseguiu, dizendo que fica então aprovado o ponto 12. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES INSTALADOS NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA E RESPETIVA PASSAGEM SUPERIOR – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 302/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de assistência técnica aos elevadores instalados na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem pedonal superior, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 302/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 12 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 299/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de assistência técnica para o sistema de ar condicionado da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 299/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 12 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente,-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA E RESPETIVA PASSAGEM SUPERIOR – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 297/14, de 13/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e respetiva passagem superior, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 297/14, de 13/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **066**

Reunião de 2014/08/27

Procº 71/14 APRV.AD.RG

Deliberação nº _____ **501**

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA AVAC DO MUSEU DO NEO-REALISMO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL.-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 294/14, de 12/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de assistência técnica e manutenção do sistema AVAC do Museu do Neo-Realismo, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 294/14, de 12/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE CAFÉ, DESCAFEINADO, AÇÚCAR E ADOÇANTE PARA O SETOR DE RESTAURANTE E BARES DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 281/14, de 30/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao fornecimento em contínuo de café, descafeinado, açúcar e adoçante para o Setor de Restaurante e Bares do município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 281/14, de 30/07, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PASTELARIA PARA O SETOR DE RESTAURANTE E BARES DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 300/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao fornecimento em contínuo de pastelaria para o Setor de Restaurante e Bares do município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 300/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PÃO PARA O SETOR DE RESTAURANTE E BARES DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 298/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao fornecimento em contínuo de pão para o Setor de Restaurante e Bares do município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 298/14, de 14/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DA NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/08/11, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio financeiro municipal, no montante de 25 806,78€, à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, no âmbito das obras de requalificação da antiga Escola Básica 1, nº 2, da Póvoa de Santa Iria, e adaptação a nova sede da junta de freguesia, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que a questão dos membros da CDU já foi colocada noutras oportunidades, mas não podem deixar de reafirmar novamente a posição que têm, salvaguardando que são completamente a favor de um apoio às juntas de freguesia para requalificar, na medida das necessidades, as suas sedes, nomeadamente agora, com esta reorganização administrativa, mas de facto não podem estar de acordo com o método que está a ser utilizado ou sugerido neste caso.-----

O ponto volta a ser instruído com quase 100 páginas de faturas, não existe um projeto, e entendem que não está instruído da melhor forma, ou a forma como tudo aconteceu não é de facto um procedimento com o qual estejam de acordo. ---

Nesse sentido, votarão contra o ponto, e têm inclusivamente uma declaração de voto para depois apresentarem. Gostariam ainda de solicitar que as atas das reuniões de câmara onde este ponto foi discutido, caso seja depois remetido à assembleia municipal, fiquem anexas à informação.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo também não são contra o apoio às juntas de freguesia, de todo, mas a primeira questão é o porquê deste local, porque compreendem que existe uma fundamentação clara de não deixar ao abandono aquela escola, mas é dada também como fundamentação a necessidade de criar um espaço digno e funcional, que pudesse corresponder à nova realidade decorrente da reorganização territorial autárquica. Contudo, na união das freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, existe no Forte da Casa o edifício da antiga junta de freguesia, um




equipamento com todas as condições de funcionamento e qualidade para funcionar como sede, e não se compreende.-----

Depois, como segunda questão, o valor que está em sede de discussão poderia ter sido outro. A título de exemplo, existem inúmeras faturas de lojas, como o AKI, que não é propriamente a mais barata, mesmo na venda ao público, e podendo as juntas executar obras mediante administração direta, recorrendo a meios próprios, este processo deixa transparecer que foi uma recuperação feita sem grande planeamento. As faturas são datadas desde dezembro de 2013 a abril de 2014, pelo que num dia se foi comprar uma trincha, no dia a seguir a fita, e passado uma semana outra coisa qualquer. -----

Uma última questão prende-se justamente com o facto aludido pelo presidente da junta, na sua missiva dirigida ao presidente da câmara, explicando as razões desta obra, que se prende com o projeto da nova sede, construída de raiz, que esteve planeada e não tem perspectivas de ser implementada a breve prazo, sendo inclusivamente de reponderar a relação custo/benefício desta implementação, bem como a requalificação da escola e adaptação para sede se traduziu numa enorme poupança face à construção de um edifício novo. -----

Isso é certo, no entanto, como foi dito anteriormente, existe um edifício no Forte da Casa, outrora sede da junta de freguesia, com as condições necessárias, e o facto de não se ir construir uma sede nova não é justificativo por si só para se avançar para a requalificação da escola básica nº 2, que terminou as suas funções letivas no ano passado. Deveria ter existido uma avaliação de todos os espaços à disposição da junta, que pudessem cumprir os objetivos pretendidos, sendo que na opinião dos membros da Coligação Novo Rumo já existe um. -----

Salienta ainda que tudo isto foi feito à revelia da assembleia de freguesia, não foi sequer consultada nem posto o assunto à consideração. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que a câmara municipal não tutela as juntas de freguesia, uma parte dessa intervenção não compete sequer à câmara municipal responder, de qualquer das formas o Sr. Presidente da junta, ao ler a ata, provavelmente poderá dar alguma explicação que entender, quer na junta, quer na assembleia de freguesia.-----

O próprio fará apenas duas referências, uma, de princípio, e uma outra mais



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 072

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

específica. Quanto à questão de princípio, por regra, nestas comparticipações que a câmara municipal faz às obras realizadas pelas juntas de freguesia, é dada à junta ou às juntas a liberdade de escolherem onde vão aplicar essa verba, e não há hábito, nem se recorda, mas pode estar a recordar mal, de, por regra, a câmara municipal tecer grandes opiniões sob o ponto de vista da opção feita, nem no investimento da própria junta de freguesia neste processo. Aliás, nestas próximas reuniões de câmara é natural que cheguem as comparticipações referentes às restantes juntas de freguesia, nos investimentos que os Srs. Presidentes de junta estão a programar e a estudar. -----

A câmara municipal já tem, o Sr. Presidente recebeu-o esta semana, um pedido de intervenção numa das freguesias, e as outras devem estar perto, pois está-se na altura destas coisas serem tratadas na câmara municipal.-----

Esta é a questão de princípio, e a questão um pouco mais específica respeita à metodologia que foi escolhida pela junta de freguesia. Os membros do PS não subscrevem a posição da CDU sobre esta matéria, de qualquer das maneiras é uma posição política totalmente legítima por quem a expende, sendo que a preocupação do executivo, sob o ponto de vista de responsáveis autárquicos, foi verificar se a opção que a junta de freguesia tomou era ou não possível de ser tomada, e se a câmara municipal pode ou não deliberar sobre ela.-----

Por isso foi pedido, e crê que já na sequência de conversas que foram feitas na câmara municipal, um parecer jurídico sobre a matéria, e o próprio tem, sob o ponto de vista jurídico e técnico, e os membros do PS, que estar descansados, tendo em conta as cautelas todas que a câmara municipal teve neste processo.-----

Sob o ponto de vista urbanístico, e é a última parte da sua intervenção, foi muito positivo para o centro da Póvoa de Santa Iria, porque deslocou, sem sair do centro, um conjunto de serviços que faziam falta às pessoas, em melhores condições, com um outro aspeto também muito fundamental, sob o ponto de vista urbanístico, que é o interesse crescente que existe em reabilitar, em vez de fazer obra nova. -----

Aí a junta de freguesia, na opinião dos membros do PS, esteve muito bem na escolha que fez, fez uma boa recuperação de um edifício que é da junta de freguesia, e crê que saiu o centro urbano da Póvoa a ganhar, e saiu a população. Contudo, reconhece que isso já pode ser uma opinião do executivo PS e não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal




Fl. Livro _____

Fl. Ata 073

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

propriamente de todas as forças políticas presentes, como é evidente, mas não pode deixar de, pelo lado do PS, deixar expressa a opinião.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que só a intervenção do Sr. Vice-Presidente, na parte final, o leva a tomar a palavra, e é pena não estar presente o Sr. Presidente. Pensa que o Sr. Vice-Presidente, na altura, não esteve em Vialonga, tendo o próprio feito uma intervenção sobre este assunto, quando o seu camarada Paulo Rodrigues já tinha feito a sua.-----

As questões de fundo estão ditas, e o Sr. Presidente da junta, não sabe se estava na primeira discussão, mas na outra estava, e pensa que está hoje presente também. Os membros da CDU defendem que a câmara municipal, em tudo o que possa, deve colaborar com as juntas de freguesia, e salvaguardaram isso, que está sempre salvaguardado, mas irá falar sobre uma questão que se coloca, e já foram faladas as questões de critério.-----

O Sr. Vice-Presidente falou que até já veio um projeto ou pedido de projeto, mas houve esta questão, da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, e segundo julga saber só depois disso é que houve contactos com as outras juntas. Não está o Sr. Presidente, se estivesse o próprio seria mais incisivo, mas houve contactos para as juntas de freguesia, no sentido de, sobre o valor de 25 000,00€, apresentarem projetos. Aquilo que quer dizer, e nem era preciso, está a vista, é que depois de ser levantada na câmara municipal a questão, e os problemas que a oposição levantou, é que a mesma contactou as outras juntas de freguesia.-----

É pena não estar o Sr. Presidente, pois poderia haver um debate entre os dois, se era assim ou não, mas o Sr. Vice-Presidente, que exerce agora essas funções, deve estar informado, e esta questão é importante. A câmara municipal não foi a “boa samaritana”, que disse a todos, façam projetos? A Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa apresentou estas questões, e depois, como os membros da CDU contestaram, e volta a dizer que não foi a questão do subsídio, é a maneira como foram apresentados os documentos, e como a “coisa está a aquecer”, vai-se dar aos outros também.-----

Considera que está muito bem, e a CDU nunca contestou os cerca de 25 000,00€ para a junta, mas é implícito ou explícito por que é que as outras juntas de freguesia vão ter os 25 000,00€.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 074

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador Aurélio Marques fez um bom esforço e dir-lhe-á que, como o mesmo sabe, e podia tê-lo dito, mas não disse, esta prática é muito habitual na câmara municipal, e há muitos anos. Aliás, estas verbas estão no orçamento, e não se recorda agora se o Sr. Vereador votou a favor ou contra o orçamento onde estão estas verbas. -----

A verdade é que estas verbas destinadas a apoiar as juntas estão lá desde que se aprovou o orçamento, em novembro, não pondo o próprio em causa, porque não tem que pôr, nem sequer é relevante, a questão da cronologia dos telefonemas pessoais entre presidentes, porque falam com muita regularidade entre diversos assuntos, e não ouve nem tem de ouvir, mas parte do princípio que o Sr. Vereador Aurélio Marques também não ouve, nem tem de ouvir, nem nenhum dos outros. ---- De qualquer das maneiras, não pondo isso em causa, as verbas estão lá, porque o Sr. Presidente as propôs e colocou, e porque os Srs. Presidentes sabem que elas existem. Nas reuniões regulares, incluindo nas reuniões interautarquias, estes assuntos são tratados com toda a normalidade, pelo que não subscreve, mais uma vez, nem a posição, nem a conversa afirmativa do Sr. Vereador Aurélio Marques, embora lhe reconheça esforço, no sentido de defender essa sua posição, que, como diz, sob o ponto de vista político-partidário não tem nada que pôr em causa. - São opiniões, e a verdade é que a verba está lá porque o Sr. Presidente da câmara a propôs, o Partido Socialista a propôs, o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo, pelo menos, aprovaram estas verbas que estão no orçamento para as juntas de freguesia, e não se recorda o que fez a CDU, mas é uma questão de se verificar. Pede ainda ao Dr. Fernando Barreiros que não se esqueça do pedido feito pela Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, que o conjunto das atas referentes a este ponto, uma vez que veio várias vezes à reunião de câmara, possa ser anexado na documentação que siga para a assembleia municipal, crendo que é isso que corresponde exatamente ao que a CDU pretende. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando, para rematar, e não vai entrar em polémica, nem é sua intenção, que o Sr. Vice-Presidente falou do orçamento, de tudo o que lá está, e estão lá muito mais coisas, e o próprio gostaria de relembrar, com essa celeridade, não estando em causa o que se está a discutir, que possivelmente vai ser agora, há quanto tempo os balneários da junta de

Alhandra estão para reparar, e outras obras, que nunca foram. Para quando também, e a Castanheira do Ribatejo já o tinha várias vezes solicitado, as novas instalações ou remodelação da junta?-----

Como o Sr. Vice-Presidente pode ver essas coisas já há muito tempo poderiam estar e não estão, estão outras, mas não está a fazer nenhum processo de intenção. O Sr. Vice-Presidente discorda, e o próprio também discorda, o que é da luta. -----

Assim, relembra, para rematar, essas duas questões, e outras. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio novamente, dizendo que parece que o Sr. Vereador está informado, mas resolveu estar informado apenas de duas juntas de freguesia, que conhece melhor, naturalmente, o que não quer com certeza dizer que não tenha igual consideração pelas restantes, presididas por outros partidos políticos. -- No entanto, dá apenas conta que a questão que o Sr. Vereador coloca deverá ser remetida a ambos os presidentes, uma vez que com certeza falarão sobre essa matéria, e caso a Castanheira do Ribatejo pretenda realizar essas obras, tendo em conta estes apoios que o Sr. Presidente da câmara disponibiliza aos Srs. Presidentes de junta, com certeza elas serão tidas em conta, tal como essas obras de Alhandra, se o Sr. Presidente da junta pedir ao Sr. Presidente da câmara que esta verba dos 25 000,00€ seja aplicada aí, com certeza será, mas é uma conversa que se fará. -----

Por acaso já sabe o que a junta da Castanheira pediu para incluir neste valor, há de vir à câmara municipal, e deve asseverar-lhe que não é essa obra.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, esclarecendo que, de facto, face à questão de princípio e à forma como todo este processo tem vindo a ser conduzido, e face ao que a própria disse, pese embora a sua intervenção e a do Sr. Vice-Presidente, o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo é contra, deixando claro que efetivamente, quanto ao princípio, e como responsáveis autárquicos, têm de manter esta posição face a todo o processo. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, para rematar, referindo que deu só exemplos, e como falou em duas juntas, também há mais, já há mais duas juntas que são da CDU de que não falou. Deu estes dois exemplos e, como disse antes, teve contenção naquilo que falou, pois sabe, se calhar está até mais a par em relação ao que o Sr. Vice-Presidente disse, e também sabia. Falou de exemplos

atrasados, que nunca foram resolvidos, não sabendo se se está a fazer entender. ---
O Sr. Vice-Presidente interveio, passando à fase da votação, perguntando quem vota a favor, quem se abstém e quem vota contra, concluindo que a proposta foi chumbada, o ponto 20 foi reprovado, com os votos contra da Coligação Novo Rumo e da CDU.-----

De seguida, deu a palavra à Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, para ler a declaração de voto dos membros da CDU.-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, para leitura da declaração de voto dos membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio novamente o Sr. Vice-Presidente, solicitando esclarecimentos ao Dr. Fernando Barreiros, pois houve uma questão técnica que não sabe como se ultrapassa, e o próprio referiu que o ponto estava reprovado. Porém, um vereador não estava presente no momento da votação, e questiona como é que agora se passa. Supostamente o ponto era aprovado, por voto de qualidade, mas a intenção não era essa.-----

Desta forma, solicita que pelo menos até ao final da reunião se veja tecnicamente como é que estas coisas são, para depois se poder pelo menos anunciar e ficar em ata a questão final. Não se tinha apercebido, mas referiu-se agora essa questão. ---

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que o presidente tem voto de qualidade.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que pede desculpa, mas não quer perguntar, e pensa que é dispensável perguntar-se o que é que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira foi fazer, mas toda a gente percebeu, porque são horas a fio de reuniões de câmara, e há momentos em que os vereadores têm que se ausentar.---

Ficou claro, na declaração de voto lida pela Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, que esta é a posição dos vereadores da CDU, e pede ao Sr. Vice-Presidente que não se socorra de um expediente dessa natureza para modificar o sentido de voto da bancada da CDU, que é única, que sempre votou enquanto força política integralmente representada na câmara municipal, e não há votos díspares. -----

Quanto atuam fazem-no em bloco, e têm uma posição política comum. É sempre assim que atuam, e pede que não se façam interpretações abusivas do




comportamento político dos membros da CDU. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que a situação é um pouco incomum, de qualquer das formas o Sr. Vereador não ouviu a sua intervenção, que foi que tecnicamente era preciso ver isto, apenas porque a intenção do voto final, estando todos, era a de reprovação. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que o Sr. Vereador não informou, para que constasse na deliberação, que se ia ausentar da reunião ou da votação, afastou-se por momentos, já regressou, está presente, e a CDU está presente, votou, e o sentido de voto é esse. -----

O Sr. Vice-Presidente retomou a palavra, referindo que ninguém está a colocar em causa a unidade do voto da CDU, aliás disse-o desde início, e o Sr. Vereador não ouviu, porque está com essa implicação. O próprio disse, desde o início, que a questão, efetivamente, em termos de sentido de voto, seria absolutamente clara. Na sua opinião, e deixa isso à consideração, sobretudo do jurista, repete-se a votação, já com todos, e fica resolvida a questão, não havendo nenhum tipo de intenção, antes pelo contrário, e agradece por isso ao Sr. Vereador Nuno Libório que não tenha sistemáticas reservas mentais relativamente à sua pessoa ou a nenhuma das pessoas. -----

Nesse caso, pergunta ao Sr. Vereador Ernesto Ferreira se concorda. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, pedindo desculpa pela situação, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu que não deve pedir, porque todos passam por isso. --

Prosseguiu o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que tinha duas chamadas, pois tem outras atividades para além de vir às reuniões, de vez em quando, fazer substituições, e tinha que responder às chamadas, não se tendo apercebido que se estava na altura da votação, embora fosse claro, pelo documento que foi presente, assinado pelo próprio, que a CDU ia votar contra este ponto. De qualquer das maneiras, tudo o que possa ser retirado, como ilações de má-fé, não crê que faça sentido. -----

O Sr. Vice-Presidente retomou a palavra, perguntando ao Dr. Fernando Barreiros se os eleitos têm o seu assentimento sob o ponto de vista técnico, que se deverá proceder a esta repetição da votação. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, dizendo que concorda. -----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e dos membros da Coligação Novo Rumo, rejeitar a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 079

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2014/08/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da cedência em direito de superfície à Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo, de um prédio urbano sito na rua Prudêncio Duarte Correia, na Vala do Carregado, União de Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, com a área de 1 901,45 m², inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2137P e descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira pela ficha 1871 da freguesia da Castanheira do Ribatejo, com atribuição, como avaliação, do valor de 45 602,00€, por um prazo de 50 anos, prorrogáveis por períodos de 5 anos, e o pagamento anual de um cânon superficiário de 912,00€, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, tal como em qualquer outra situação, e em casos do género ou outros que às vezes são um pouco melindrosos, nada move os membros da CDU contra a APS e esta cedência do terreno, por 50 anos, para a criação de uma estrutura residencial para pessoas idosas e centro de dia. Contudo, têm algumas dúvidas, e nesse sentido, colocam uma questão. É dito, no ofício da APS, que mereceu o parecer favorável por parte do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, e perguntam: A Segurança Social aprovou o quê? Foi o financiamento do empreendimento? Há garantias da participação da Segurança Social? Há um acordo com a Segurança Social? -----

Estas questões têm a ver com um passado que diria recente ou não muito recente, que também tem a ver com uma instituição que lhes merece e mereceu todo o respeito, como os presentes sabem, a ARIPSI – Associação de Reformados e Idosos da Póvoa de Santa Iria. Sabe-se o que aconteceu, que não há acordo, e que os utentes que lá estão pagam a totalidade das situações. -----

Há estas questões que não estão devidamente esclarecidas, e não põem obviamente em causa, como é evidente, a questão da APS, do seu presidente e de todos os seus corpos sociais. -----

Fala-se também de uma questão com os privados, de financiamento público e




privado, e questionam o que é este financiamento privado. É uma parceria privada? Neste caso poderá haver uma gestão privada?-----

Têm todas estas dúvidas, e, se não forem devidamente esclarecidas, solicitam que o ponto seja retirado e venha à próxima reunião de câmara, com os esclarecimentos que pediram, e talvez um esclarecimento até mais alargado ou desenvolvido, para votarem em conformidade, e tudo isto porque têm um exemplo grave, que todos conhecem e que volta a citar, a ARIPSI da Póvoa de Santa Iria. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva tomou a palavra, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo consideram louvável e que é de registar, não só a atitude desta câmara municipal, como também da APS. Da câmara municipal, porque é a tentativa de utilização de um edifício que não estava a ser utilizado. Depois, da APS, porque é a adaptação e transformação daquele edifício pela APS, numa estrutura residencial para pessoas idosas e centro de dia. -----

No entanto, têm também duas ou três perguntas que gostariam de colocar, para tentarem compreender e saber até que ponto vai o envolvimento e custo da câmara municipal. Esta situação vai, certamente, representar obras de adaptação, e quem vai suportar essas obras? É a câmara municipal ou a própria entidade que vai explorar, a APS? Fala-se numa avaliação, quem é que fez a avaliação, em que é destinado um valor para o edifício e outro valor para o terreno? Até que ponto é que este cânon superficiário de 912,00€ é possível ser atualizável? Vai ser durante 50 anos, pelo que pensam que seria correto haver um ajustamento anual, em função do índice de correção monetária. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que de acordo com o parecer da Segurança Social há condições para a instalação ali de um lar, tal como a instituição está disponível para poder avançar. -----

Quanto à questão dos acordos, está suspensa há muito tempo. É verdade que há situações em que as instituições abrem os lares, depois têm acordos para "x" camas, e para outras "x" camas não têm, e isso é uma coisa que se passa, não por vontade direta das instituições, mas por razões de gestão do próprio Estado, da administração central. -----

A APS da Castanheira, tendo a oportunidade de conseguir desenvolver este trabalho, precisa, para conseguir as aprovações por parte da Segurança Social, que

as instalações lhe sejam cedidas em direito de superfície, e aquilo que a câmara municipal pensa, e por isso trouxe a proposta, é que faz falta a questão da área da terceira idade. -----

A Europa toda, mas o país muito em particular, está a envelhecer, como todos sabem, e este apoio é muito necessário no concelho, por isso mesmo foi pedido à rede social que desse um parecer sobre a matéria, no âmbito também dos diagnósticos que tem vindo a fazer, e é uma das áreas prioritárias. -----

A autarquia agora entrega o equipamento em direito de superfície à APS da Castanheira para desenvolver este processo, e de acordo com as conversas havidas com a instituição tem alguma capacidade para intervir, e aliás é uma instituição que tem sido, por regra, muito bem gerida, o que tem sido reconhecido por todos, sendo que se pode criar aqui a oportunidade da APS conseguir efetivamente avançar depressa com este serviço. -----

A câmara municipal tem vindo, nos contactos com o Governo, pois é regular, sempre que entretanto muda o ministro, haver reuniões sobre esta matéria, a solicitar maior desbloqueamento nos acordos feitos com a Segurança Social para diversos serviços, nomeadamente para este lar, sendo que, por exemplo, no caso da Póvoa de Santa Iria, tem havido uma grande luta por parte da ARIPSI, e da própria câmara municipal, no sentido de alargar o número de camas que são abrangidas pelo acordo. -----

Agora, realmente não se pode assegurar o que é que dali, já, e quando, fica integrado nos acordos, mas é pena estar a inviabilizar a oportunidade da instituição poder desenvolver um serviço que faz falta ao concelho, que faz falta àquela zona, e é uma instituição que tem alguma capacidade de poder avançar para este processo, não é uma instituição que esteja numa situação em que se diga "entrega-se o edifício, ele fica ali parado, e nunca mais se faz nada". A expectativa não é essa, e pensa que seria pena, razão pela qual vem este pedido que, no fundo, é ajudar a oportunidade da APS poder até pressionar um pouco mais a Segurança Social, para perceber se há verbas ou não. -----

Relativamente ao próximo quadro comunitário de apoio, falará um pouco sobre isto, porque também afeta estas questões, e poderia haver interesse em que houvesse oportunidade da própria APS, em conjunto com a câmara municipal, com

outras instituições ou a própria Segurança Social, aceder a algum programa que venha a abrir. -----

O próprio não acredita que seja possível que o Governo, no próximo quadro comunitário de apoio, não tenha nenhuma verba alocada a este tipo de respostas, que fazem tanta falta, pelo que nesta situação a câmara municipal está a dar a ajuda possível, que é entregar aquelas instalações, que a APS vai guardar, tendo-as em devida conta, e procurar apostar já no avançar para a criação do lar e nos contactos com a Segurança Social. -----

Assim, em termos da câmara municipal, é um pouco isto. -----

Se a APS não conseguir, por alguma razão, avançar para este processo, ou a Segurança Social disser que afinal é uma área que não lhe interessa, e que a APS não deve avançar, nesse caso o que acontecerá certamente é a utilização do espaço para outro fim, dentro dos fins sociais da APS, que sob o ponto e vista da câmara municipal também é um parceiro de confiança, ou eventualmente um retorno à mesma, como aliás já veio, porque este edifício já esteve nas mãos de outra associação, relativamente à qual também tem a confiança possível, mas que por razões diversas não conseguiu assegurar as suas obrigações, e tomou a iniciativa de o devolver à câmara municipal. -----

Pensa que este é um ponto que se deveria aprovar, sobretudo numa perspetiva de oportunidade para a instituição, e oportunidade para a população mais idosa do concelho ficar ali com um recurso, bem como uma oportunidade da câmara municipal continuar a insistir, junto da Segurança Social, que é necessário que apoie mais camas do que apoia hoje, e não se perder a oportunidade de, eventualmente, no próximo quadro comunitário de apoio, a APS conseguir pôr alguma coisa. -----

Assim sendo, considera sinceramente que esta proposta faz sentido, e ir-se-á ver, para a frente, tudo o que se consegue realizar. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, como é evidente, e não fará ao Sr. Vice-Presidente essa maldade, que o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores do Partido Socialista sabem que a CDU não estão presentes para inviabilizarem o que quer que seja, sendo conhecida a postura que têm a este nível. -----




O Sr. Vice-Presidente deu alguns esclarecimentos que era importante que constassem no início, no ofício da APS e na folha de rosto da comunicação interna dos serviços, foi importante o que o mesmo disse, e são essas as preocupações dos membros da CDU. Tendo em conta a posição que têm, solicitaram a retirada do assunto, não sabendo o próprio até que ponto 15 dias podem inviabilizar ou atrasar o que quer que seja, e sabem os serviços relevantes que a instituição presta, bem como outras, inclusive a que citou, ARIPSI, mas é para estudarem a questão e a mesma poder vir mais completa, vindo esse desenvolvimento da própria APS ou, da câmara municipal, no que respeita à questão que o Sr. Vice-Presidente levantou, da parte inicial, que é importante. -----

Há défice de informação, o Sr. Vice-Presidente já disse, e não se trata de duvidar da sua posição, pelo contrário, não está a pôr isso em causa, mas é importante que as situações fiquem escritas, e não sabe se 15 dias podem inviabilizar ou prejudicar algo, só que era importante que viessem, até para salvaguarda. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, para referir que começou por dizer, e registar até, a congratulação dos membros da Coligação Novo Rumo pelas duas entidades, não só pela câmara municipal, por tentar dar uma utilização a um edifício que neste momento estava sem utilização, como à APS, pela iniciativa, sabendo a necessidade que há de mais equipamentos para pessoas idosas e centro de dia. ----

Compreendem e registam a explicação que foi dada, no entanto, certamente vai ser feito um protocolo de intenções, e só perguntam se o custo das obras de adaptação será suportado pela entidade que vai, em certa medida, caso avance, explorar o equipamento, e se o cânon superficiário não dará para ser atualizável, com o índice de correção monetária. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente, relativamente à primeira questão, que à partida, quanto às regras de funcionamento deste processo, é dito que sim, será a APS a avançar e a arcar com esse custo de adaptação do próprio edifício, podendo eventualmente candidatar-se a apoios nacionais que possam existir, ou, se couber dentro dos montantes e regras instituídas pelo próprio Programa de Apoio ao Movimento Associativo, poderá vir a ser contemplada. Contudo, isso tem que partir do que forem as obras, do que forem os montantes e as candidaturas, já sendo um passo seguinte.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----

6/6



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE E PELO SR. VICE-PRESIDENTE ----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 638/14, de 20/08, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/07/16 e 2014/08/11, e pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2014/08/12 e 2014/08/19, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 638/14, de 20/08, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO SITO NO CASAL DA ABOBOREIRA – VIALONGA
– DESERÇÃO DO PROCESSO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 66/14, de 04/08, do DGUPRU/D, para aprovação da decisão final de deserção do processo referente ao projeto de loteamento sito no Casal da Aboboreira, na freguesia de Vialonga.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 66/14, de 04/08, do DGUPRU/D, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO SITO NA RUA DA IGREJA – CALHANDRIZ – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 10/81, DE 09/03 – ACEITAÇÃO DE PRINCÍPIO E ABERTURA DE DISCUSSÃO PÚBLICA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 418/14, de 08/08, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, referente à alteração ao loteamento sito na rua da Igreja, na Calhandriz, titulado pelo alvará de loteamento nº 10/81, de 09/03, solicitada por Lino Norberto Avelar. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 418/14, de 08/08, do DGUPRU/DGU, planta de localização, e planta de síntese (alterada), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE A37 DO LOTEAMENTO CASAL DA ESPARDELA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 181/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A37 do loteamento Casal da Espardela, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2013-AUGI, de 27/09, requerido por Maria de Jesus Ramos Antunes Marques.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 181/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE A38 DO LOTEAMENTO CASAL DA ESPARDELA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 179/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A38 do loteamento Casal da Espardela, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2013-AUGI, de 27/09, requerido por Maria de Jesus Ramos Antunes Marques.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 179/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE A41 DO LOTEAMENTO CASAL DA ESPARDELA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 180/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A41 do loteamento Casal da Espardela, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2013-AUGI, de 27/09, requerido por Maria de Jesus Ramos Antunes Marques.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 180/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 38 DO LOTEAMENTO TERRA DA PASTORIA – FORTE DA CASA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 178/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 38 do loteamento Terra da Pastoria, no Forte da Casa, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2012-AUGI, de 22/08, requerido por Carlos Alberto Alves Fernandes.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 178/14, de 22/07, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que a comunicação interna dos serviços refere que este loteamento se encontra na união de freguesias da Póvoa de Santa Iria e Vialonga, e embora talvez isso fosse ao agrado de algumas pessoas, não é verdade, e portanto fica a nota para correção na comunicação interna.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo e dizendo ficar a referência feita, sendo que no ponto 31 da ordem do dia a situação é a mesma, e nesse caso o Dr. Fernando Barreiros deverá tomar nota, para juntar à ata este comentário por parte da Srª Vereadora Ana Paula Bayer. Terminou, referindo que os pontos 28 e 31 da ordem do dia ficam então aprovados, por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 146 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 204/14, de 07/08, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 146 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por Manuel Gomes Oliveirinha.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 204/14, de 07/08, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 150 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 206/14, de 05/08, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 150 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por José da Silva.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 206/14, de 05/08, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 33 DO LOTEAMENTO BALTARES – SOBRALINHO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 205/14, de 07/08, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 33 do loteamento Baltares, no Sobralinho, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2013-AUGI, de 23/01, requerido por António Augusto Mesquita Júnior. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 205/14, de 07/08, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 28 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – CASAL DA PALHOÇA – BADALINHO –
SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 420/14, de
08/08, do DPGPRU/DGU, para ratificação do despacho que deferiu a pretensão do
aumento do número de comproprietários da propriedade descrita na Conservatória
do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 1292/20000112, e inscrita na
matriz sob os artigos 307 e 4, secção A, natureza mista, com uma área total de
13360m², designada por habitação e terreno, em São João dos Montes, para efeitos
de escritura e pedido de distrate, solicitada por Francisco Paulo Viana Lima da
Costa.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 420/14, de 08/08, do
DPGPRU/DGU, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente
reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
ratificação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: OBRAS DE CONSERVAÇÃO COERCIVAS – CALÇADA DA COSTA BRANCA, Nº 58 – R/C DTO – VILA FRANCA DE XIRA – RESTITUIÇÃO DE VERBA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 79/14, de 12/08, do DGUPRU/STOC, para aprovação da restituição da verba, no valor de 67,00€, referente ao pagamento efetuado em duplicado de prestação relativa ao processo de obras de conservação coercivas, na Calçada da Costa Branca, nº 58, r/c dto, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitado por Mário Rui Simões Alves. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 79/14, de 12/08, do DGUPRU/STOC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente, -----



ATA EM MINUTA

1. Assunto: OBRAS DE CONSERVAÇÃO COERCIVAS – CALÇADA DA COSTA BRANCA, Nº 58 – R/C ESQ – VILA FRANCA DE XIRA – RESTITUIÇÃO DE VERBA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 80/14, de 12/08, do DGUPRU/STOC, para aprovação da restituição da verba, no valor de 27,00€, referente ao pagamento efetuado em duplicado de prestação referente ao processo de obras de conservação coercivas, na Calçada da Costa Branca, nº 58, r/c esq, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitado por Abílio Caldeira Ladislau. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 80/14, de 12/08, do DGUPRU/STOC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB 2,3 DR. VASCO MONIZ – VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1037/14, de 21/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. Vasco Moniz, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Luseca, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1037/14, de 21/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que gostaria de perguntar apenas se já não há nenhum fluxo financeiro referente a esta obra, e se se trata, em termos processuais, e para efeitos da massa falida, do fecho da obra. -----
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que crê que sim, já não há mais nada a fazer, e neste momento são aqueles acertos que fecham e encerram o processo administrativo da obra. -----
Desta forma, considera-se este ponto aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA DA QUINTA DE SANTO AMARO, MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1088/14, de 30/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de estabilização e contenção do talude da encosta da Quinta de Santo Amaro, Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Alves Ribeiro, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1088/14, de 30/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----




1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – 1ª REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1011/14, de 16/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da primeira revisão de preços provisória, no valor de 2 995,10€, acrescido do IVA, dos trabalhos contratuais referentes à construção do novo pontão rodoviário, no âmbito da empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1011/14, de 16/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

A
✓

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO - PROJETO DE ALTERAÇÕES PARA O TRATAMENTO DO TERRENO E CONTENÇÃO DAS MARGENS NO TROÇO DO RIO SOB AS PONTES FERROVIÁRIAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1107/14, de 07/08, do DOVI/DOVI, para ratificação do despacho que aprovou o projeto de alterações para o tratamento do terreno e contenção das margens no troço do rio da Pipa sob as pontes ferroviárias, nos termos do disposto da cláusula 23ª do caderno de encargos da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, bem como as peças escritas e desenhadas, ajustadas à alteração do projeto de execução, apresentadas pela Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, sem alteração do preço contratual, ficando o empreiteiro vinculado a estes novos documentos, que passam a constituir o conteúdo do contrato de empreitada.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1107/14, de 07/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se em conjunto aos pontos 38 e 39 da ordem do dia, sendo que, no fundo, os pontos 37, 38 e 39 estão todos incluídos, no que respeita à questão da regularização fluvial do rio Grande da Pipa, e os vereadores da CDU já fizeram várias abordagens sobre a matéria.-----
A construção do novo pontão desde o início que tem sofrido uma série de contratempos, e diria que até hoje os membros da CDU não sabem de quem é a responsabilidade. Não se pode continuar com estes atrasos imprevistos a que a




obra está sujeita constantemente, quando foi afirmado, em tempo oportuno, que estava tudo previsto e salvaguardado. Pensam que na elaboração do projeto, salvo melhor opinião, houve falhas de informação e programação, mas isso é passado, porque se assim não fosse não se estaria nesta fase de execução, a fazer estas modificações, e se a memória não o atraiçoa já houve 9 prorrogações de prazo. -----
A bancada da CDU, sobre esta questão irá apresentar um requerimento, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, sendo que vai apenas, para ganhar tempo, ler as perguntas concretas, já tendo resumido mais ou menos os considerandos, e entregará também um conjunto de fotografias sobre a matéria. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o requerimento será depois remetido aos serviços, para se poder dar resposta. -----

Quanto ao sentido de voto, questiona qual é, tendo o Sr. Vereador Aurélio Marques respondido que os membros da CDU votam a favor, e o que querem é que a obra ande depressa. -----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente é uma obra complicada, o interesse da câmara municipal também é esse, razão pela qual, excecionalmente, os pontos foram aprovados, e como havia um grande espaço até à reunião de câmara, esses pontos, 38 e 39, vêm para ratificação. Neste sentido, agradece o sentido de voto. -----

Continuou o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que no requerimento consta uma série de questões, e questiona se o Sr. Vice-Presidente não poderá avançar já com algum esclarecimento sobre a situação atual do rio Grande da Pipa. Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que pensou que, como foi entregue o requerimento, os Srs. Vereadores queriam também uma resposta por escrito, mas passará sem problema a palavra ao Engº José Fernandes para dar alguma resposta, mesmo que seja preliminar, sem embargo depois de um maior detalhe numa resposta escrita. -----

Interveio o Engº José Fernandes, dizendo que poderá fazer um ponto da situação dos trabalhos, neste momento, de regularização do rio Grande da Pipa, situando-se o início da obra a montante do viaduto da A1, que será o ponto de partida. -----

Quanto ao troço entre o início dos trabalhos e o viaduto da A1, está-se em fase de

conclusão dos gabiões, e das transições entre a secção trapezoidal e a secção em U, estando na fase final dos trabalhos. Há um pequeno trabalho de prolongamento de uma passagem hidráulica, mas isso praticamente não tem significado.-----

Quanto à zona sob o viaduto da A1, os trabalhos estão praticamente concluídos. Estão concluídas as vigas de travamento entre os dois encontros, o muro da margem esquerda está concluído, e falta um pequeno troço em elevação do muro de suporte. Está a ser aplicada neste momento pedra de enrocamento entre os troços da viga.-----

Relativamente ao troço a jusante do viaduto da A1, está em curso a aplicação da camada de enrocamento na zona do leito do rio.-----

Quanto à zona do poste de média tensão, finalmente o poste foi removido, e o que lá está neste momento é a fundação do poste, que deve sair esta semana, tendo que ser demolida a martelos.-----

De qualquer maneira, o trabalho nessa margem esquerda ainda não se irá iniciar de imediato, julga que deve iniciar-se no decorrer da próxima semana, porque aquilo está a funcionar como uma pista de transporte do material das pedras de enrocamento para o leito do rio.-----

No que respeita à zona da margem direita, os trabalhos estão praticamente concluídos nessas zonas, e na zona dos proprietários também as vedações já estão feitas, estão aplicadas.-----

Quanto ao pontão, o novo pontão tem os ensaios das estacas efetuados, e está em curso a montagem de armaduras nos encontros para apoio das vigas pré-fabricadas.-----

As vigas pré-fabricadas estão a ser fabricadas. Não tem presente a data da montagem, porque as atividades são muitas e há um conjunto de datas que não tem presente, mas serão montadas no princípio de setembro.-----

Depois segue-se um conjunto de trabalhos, de montagem das vigas, das lajes pré-fabricadas, execução da laje do tabuleiro, depois as lajes de transição e por fim a montagem das guardas.-----

Relativamente à zona das pontes ferroviárias, com a aprovação destes projetos desbloqueou-se o conjunto de situações, e segunda-feira vão-se iniciar, estando neste momento em curso a definição de uma plataforma para montagem do

equipamento de perfuração do pontão velho, para se ver qual é a situação atual daquelas fundações, que não se conhece, por isso tem que se fazer uma, ou mais carotagens, é a primeira que irá definir o que se fará a seguir. Esse trabalho de sondagens inicia-se na próxima segunda-feira.-----

Está a ser desencadeado um conjunto de procedimentos relacionado com a execução do “jet grouting”, nomeadamente as monitorizações. Estão a ser estabelecidos contactos com a REFER para montagem do sistema de observação e monitorização durante a fase de execução do “jet grouting”, para verificar se há ali qualquer desvio que possa pôr em risco a segurança da via férrea. -----

Há um conjunto de etapas que começou agora, com esta aprovação, a ser desencadeado e neste momento é esta situação.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, solicitando ao Engª José Fernandes que condense um pouco a resposta, uma vez que entretanto se vai responder com detalhe, por escrito. -----

Prosseguiu o Engª José Fernandes, dizendo que tem apenas uma última informação, a de que se iniciaram os trabalhos de desmatção e regularização da zona da margem direita, a jusante das pontes ferroviárias.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que “a praia” dos membros da CDU é mais política, agradecendo obviamente todas as explicações técnicas. Pelo menos para si há questões que são de difícil entendimento, pela sua complexidade técnica, pelo que queria dizer que se alguma coisa disserem, o que está subjacente à sua preocupação, como disse o Sr. Vereador, é perceber se a obra consegue terminar a tempo e horas. -----

Não desmerecendo nenhuma das explicações que têm sido aduzidas, porque têm o profundo reconhecimento que da parte dos serviços da câmara municipal e dos seus trabalhadores houve, e há, o devido acompanhamento, convém entenderem-se sobre algumas questões.-----

A câmara municipal, em 2013/08/28, com o voto favorável dos membros da CDU, aliás com o voto favorável de todos, autorizou a prorrogação legal da obra por mais 385 dias, remetendo a sua conclusão para 2014/09/30. A pergunta que colocam de uma forma muito simples é se, com tudo o que está ainda em curso e falta fazer, a câmara municipal consegue assegurar, a mais ou menos um mês de distância, que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 105

Reunião de 2014/08/27

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

este prazo é o prazo definitivo para a conclusão da obra, sendo esta a pergunta nº 1.-----

Pergunta 2, os membros da CDU, enquanto eleitos da câmara municipal, estão numa fase de alguma dificuldade para entender em que fase exatamente a obra se encontra. Está lá o estaleiro, mas há de facto várias frentes de obra em simultâneo, que para além dos impactos que isso gera junto da respetiva população, há uma questão que os preocupa, como disse o Sr. Vereador Aurélio Marques, é que há obra que está executada que merece ser reparada nos termos da obra em curso, sob pena de, quando se tratar da fase da receção ela não estar em condições para vir a ser recebida.-----

Apresentaram fotografias, que são rigorosamente as mesmas que apresentaram há cerca de 6 meses, e a situação continua exatamente na mesma, chamando a atenção para isso. Seguramente que a culpa não é da câmara municipal, de duas uma, ou o empreiteiro não percebeu que é uma responsabilidade sua reparar aqueles abatimentos, ou a câmara municipal tem que tomar uma diligência suplementar para reforçar esse pedido de intervenção.-----

Terceira questão, há negociações em curso com os estabelecimentos comerciais, e há uma declaração de impacto ambiental que independentemente das opiniões que cada força política possa ter sobre a mesma, é para respeitar.-----

Aquilo que sabem é que a obra avança para cá e para lá, mas aquilo que supostamente era para demolir e ser objeto de realojamento continua rigorosamente na mesma.-----

Sabem de fonte segura que as negociações continuam, mas ainda não se dão como concluídas, e a pergunta é, tendo presente o prazo de conclusão da obra, 2014/09/30, se há ou não possibilidade efetiva de até ao término da mesma essa negociação ser feita.-----

Outra preocupação é o estacionamento, e as fotografias são muito claras. Os membros da CDU acham que esta obra pode cumprir vários objetivos em simultâneo, o primeiro deles é dar mais beleza, e portanto criar condições de usufruto até das próprias margens, mas não se deve, nem se pode, esquecer o esforço financeiro feito por este município no sentido de criar toda aquela estrutura de passeios, para evitar o estacionamento ilegal, desordenado e pouco

acomodado. Neste momento, se nada for feito no sentido de encontrar estacionamento, e está a falar desde o largo do Machado até ao encontro com o viaduto da Brisa, vai acontecer aquilo que já hoje está a acontecer, os carros estão todos estacionados em cima dos passeios, que era algo que se deveria evitar. -----
A câmara municipal assumiu o compromisso de encontrar soluções alternativas, o problema é que a obra avança e não as encontrou ainda.-----
Sem prejuízo destas explicações, que a seu tempo lhes chegarão, é preciso ver concluída a obra o mais rapidamente possível, porque o inverno vem já aí. -----
Respondeu o Sr. Vice-Presidente ser exatamente a opinião do executivo PS, que por isso tem feito todo o esforço para tentar que ela se conclua. -----
Como o Sr. Vereador disse, e muito bem, o atraso não é da responsabilidade da câmara municipal, mas esta tem feito tudo o que está ao seu alcance para ver se a conclui. -----
Juntaram-se estas questões às que já tinham sido entregues por escrito, e solicita ao Engº José Fernandes que na resposta escrita aproveite e dê resposta a estas últimas questões levantadas. A parte das negociações relativamente aos estabelecimentos comerciais provavelmente não é com o Engº, que gere a obra, essa parte depois o serviço do Gabinete do Sr. Presidente tratará de procurar responder. -----
O próprio secunda as preocupações colocadas, que são as do executivo PS, procurar resolver aquele problema de uma obra tão importante para aquela zona da Castanheira.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten checkmark]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 107

Reunião de 2014/08/27

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº 522

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE – PLANO DE PREVENÇÃO ESPECÍFICO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1162/14, de 19/08, do DOVI/DOVI, para ratificação do despacho que aprovou o desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras - Engenharia e Construção, SA, que consiste no plano de prevenção específico relativo à execução do jet grouting.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1162/14, de 19/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 38 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1135/14, de 11/08, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da nomeação da Engª Cristina Monteiro como coordenadora de segurança em obra, da empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4A, em Vialonga, e nomeação da Engª Filipa Rio Pedro, da pmt – Engenharia e Consultadoria, Lda, para a função de coordenadora de segurança em obra, bem como da emissão da declaração de nomeação da coordenadora de segurança em obra da firma acima mencionada, que deverá ser acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela referida coordenadora. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1135/14, de 11/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se trata da revogação da nomeação do coordenador de segurança e a nomeação de novo coordenador, uma obra que de facto já está em curso. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que a questão dos membros da CDU tem a ver com a cafetaria, ou seja, de facto verificam que a cafetaria, ou o que lá está instalado no local, não parece de todo adequado às necessidades da população que usufrui daquele espaço. -----
De facto não está ainda em utilização, e dificilmente estará, porque não tem possibilidade de albergar mesas, de albergar, aparentemente, os equipamentos necessários ao funcionamento, o espaço é exíguo, e lamentam.-----



Não deixa de ser um investimento da câmara municipal, seja pequeno ou grande é um investimento da câmara municipal, e sendo um mau investimento é um desperdício de dinheiros públicos. Sendo grande ou pequeno, se não tiver utilização, se não for colocado ao usufruto das populações, é um desperdício de dinheiro público, e tudo os leva a crer que vai ser esse o caso infelizmente, porque as condições para vir a funcionar são, aparentemente, impossíveis.-----

De facto, não tendo nada contra a nomeação do coordenador de segurança em obra, que aprovam, não podiam deixar de aproveitar este ponto para chamar à atenção para esta situação, aguardando que possa surgir uma solução diferente daquela que está a ser implementada.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que apraz sempre ir ouvindo algumas queixas por parte da CDU, sobretudo das coisas que se vão fazendo, e é o caso relativamente ao Parque da Flamengo, as queixas de que as coisas não acontecem, que depois são substituídas pelas queixas pela forma como as coisas aconteceram. -----

A expectativa que existe é que aquele quiosque entre em funcionamento no início de setembro, pelo menos é a informação que se tem, e espera que seja um sucesso. Aliás conta também passar por lá quando abrir, para verificar como é que funciona, e a avaliação depois, mais fina, poderá ser feita mais para a frente. A verdade é que fazia falta um quiosque ali, tratou-se desse assunto, e ele em princípio abre num fim de semana que é bastante do agrado da CDU, sendo natural que se calhar os seus membros não possam, nesse fim de semana em concreto, lá estar a beber uma "imperial", mas se lá for beberá uma "imperial" e pensará nos membros da CDU. -----

Espera que se consiga abrir nesse fim de semana particularmente, da festa do Avante.-----

Terminou, referindo que se considera então aprovado o ponto, por unanimidade.----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----




1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL – JARDINS DO ARROZ – VILA FRANCA DE XIRA – ACIONAMENTO DA CAUÇÃO PARA CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DA OBRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1163/14, de 19/08, do DOVI/DOVI, para aprovação da execução pelo município dos trabalhos de reparação do elevador da rua 1º de Dezembro, em Vila Franca de Xira, indicados na lista enviada à Obriverca II, Construções, SA, através do ofício nº 1429, de 2014/07/30, com recurso à contratação da Thyssenkrupp Elevadores, SA, bem como do ressarcimento das despesas dos referidos trabalhos, no valor de 4 827,34€, acrescido do IVA, mediante o acionamento das cauções que foram prestadas pelo empreiteiro no contrato que celebrou com o município em 2009/11/06, referente à empreitada de execução da passagem superior pedonal - Jardins do Arroz, em Vila Franca de Xira, tendo em conta que os defeitos são da sua responsabilidade e que este não os corrigiu, como era sua obrigação, depois de interpelado e dentro do prazo que lhe foi concedido para o efeito. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1163/14, de 19/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que este é caso para dizer “quem nasce torto tarde ou nunca se endireita”, como diz o povo. -----
Esta obra da passagem superior pedonal já tem muito e muito que se lhe diga, aliás, os vários desvios de prazos da obra foram constantes, e os membros da CDU, como todos os membros da câmara municipal, derivado ao interesse público da situação, sempre acompanharam. A empresa foi quase “levada ao colo”, como foi dito várias vezes em reunião de câmara, para se acabar esta obra. -----

A

✓

Não diria que obra é “um beco sem saída”, mas é quase, e antes das considerações que vai fazer, queria dizer que os membros da CDU vão votar a favor, como sempre têm feito anteriormente, a bem da defesa do interesse público, que o próprio referiu já nas outras votações.-----

Mencionou a deficiente drenagem das águas pluviais e consequente anomalia eletromecânica dos elevadores, dizendo que a obra teve um prazo inicial, a acabar em 2012/02/04, e com os desvios que referiu acabou em 2012/09/20. -----

Houve um auto de vistoria e receção provisória em 2012/09/24, depois a Obriverca II pediu a liberação parcial da caução e houve uma vistoria conjunta a 2014/04/16.

Nessa altura pensa que se detetaram logo algumas anomalias, que inclusive a Obriverca II aceitou e assumiu da sua responsabilidade, num e-mail de 2014/07/14.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento fizeram o escoamento das águas em 2014/07/21 e depois a câmara municipal dirigiu um ofício à Obriverca II.

Parece aquele filme “sempre a Tatão”, o próprio diria “sempre a Obriverca” nestas questões, para não dizer que a Obriverca até parecia a empresa do regime.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, perguntando se o Sr. Vereador está a falar do passado. -----

Respondeu este que não, já sabe o que é que o Sr. Vice-Presidente quer dizer, mas é de um passado recente e do atual que está a falar.-----

Prosseguiu dizendo que a câmara municipal fez o ofício para a Obriverca II pagar os custos que a Tyssenkrupp, SA apontou, de 4 827,37€, mais IVA.-----

A Obriverca II, apesar das ótimas, boas e contantes relações com o município “marimbou-se”, e pede perdão pelo termo, para o e-mail da câmara municipal e nem sequer deu resposta. Posteriormente, e é o caricato da situação, não sabe se veio da estratosfera, se não, mas apareceu em 2014/08/19, uma tal Obuilder, SA, que ninguém sabe quem é, e a câmara municipal não tem nada com esta empresa. Não sabe se a Obriverca II já é a Obuilder, SA, ou quem é esta empresa, que disse que não tinha nada a ver, e o próprio acrescenta “a câmara que se desenrasque”, como já tem pago tanta coisa, o que são 5 000,00€? Esta situação é que era de gargalhada se não fosse séria e grave.-----

A câmara municipal continua a imputar os custos à Obriverca II, o que acha muito bem e os membros da CDU apoiam, e felizmente vai acionar as garantias bancárias

que tem. -----

Para a urbanização da Malvarosa não aciona, mas neste caso acionou, e os membros da CDU estão totalmente de acordo, mas a câmara municipal esquece-se de uma coisa, imputa os custos e quer ser ressarcida, e o próprio pergunta, se calhar está a ver mal, foram os SMAS que fizeram o escoamento, todos viram o que aqueles serviços lá fizeram, e tiveram custos, que não estão contemplados nesta situação, pelo que pergunta quem paga os custos aos SMAS. -----

É a câmara municipal e os SMAS que vão suportar, ou terá que ser, como os membros da CDU e o próprio entendem, a Obriverca II? Será que já se está a dar mais qualquer coisinha à Obriverca, que só paga aquela questão dos elevadores, da Tyssenkrupp, SA, e o município, os seus serviços municipalizados suportam os custos, dando aquela questão de barato, como tantas coisas, noutros tempos, à Obriverca. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se está a utilizar uma caução que foi dada para corrigir as deficiências de obra, que quem a executou não está de acordo que seja da sua responsabilidade. A câmara municipal entende que a responsabilidade é da empresa, pelo que utiliza a caução que foi prestada nesse sentido. Esta é uma questão de engenharia e de gestão processual administrativa e sob o ponto de vista político não tem nada a referir sobre a matéria. -----

Relativamente às intervenções dos SMAS que foram feitas ou que eventualmente tenham que ser feitas, serão intervenções para além do que estava contratualizado, pelo que nessa perspetiva não se confundem com este ponto concreto. -----

Não tem mais nada a acrescentar sobre esta matéria, a não ser um pedido de desculpa aos membros da Coligação Novo Rumo, porque efetivamente tinham feito um pedido de intervenção e o próprio começou a responder sem lhes dar a palavra, dando agora a palavra ao Sr. Vereador Vítor Silva. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo acham bem que a câmara municipal acione as garantias, e não está a insinuar nada, mas pergunta se as garantias não estarão no "banco mau", porque era sabido que a Obriverca utilizava muito o outro nome do novo banco, e esse banco é o banco mau, restando saber se quem vai pagar não é na mesma a

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

câmara municipal.-----

Por outro lado, até que ponto quem fez a fiscalização não tem também alguma responsabilidade, porque estava lá e recebia dinheiro pelo seu ato de fiscalizar, e até que ponto é que, se há realmente falha, a deixou passar. -----

Terminou, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, esperam é que não seja uma garantia do banco mau.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que a primeira parte da intervenção tem que ser dirigida ao Dr. Carlos Costa, Presidente do Banco de Portugal, mas espera que não, de qualquer maneira, é exatamente porque a fiscalização sob o ponto de vista da câmara municipal interveio e não ficou satisfeita com o que viu que se está a propor a utilização da caução.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que se calhar a deficiência foi sua, mas não ficou esclarecido sobre estes trabalhos dos SMAS. Admite que não sejam para vir a reunião de câmara porque são coisas diferentes, mas o SMAS vão ou não debitar os serviços? Não será neste ponto, mas pede ao Sr. Vice-Presidente que o esclareça, que lhe dê o conforto e sossegue, porque está preocupado, não só com os seus dinheiros pessoais, mas também com os do município, porque é vereador e preocupa-se com esses dinheiros, e já chega de dar de barato muitas coisas a quem não merece. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que há uma expressão antiga que é “cuidado com o que pedes que isso pode ser concedido”, o Sr. Vereador está a dizer “dê-me o descanso”, mas o descanso não depende de si, depende sobretudo do Sr. Vereador que está a colocar a questão. -----

Como o Sr. Vereador referiu, e muito bem, a questão das intervenções dos SMAS não constam e não fazem parte deste ponto. As que estiverem para além do que estava contratualizado são suportadas pelos SMAS, se estiverem dentro do que estava contratualizado, e não acredita que estejam, mas se estivessem, seriam suportadas por via desta caução. -----

À partida, e como o Sr. Vereador disse, serão trabalhos que não fazem parte deste ponto 41. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

Ah

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE - PÓVOA DE SANTA IRIA – CONTA FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1058/14, de 25/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1058/14, de 25/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de Câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que os membros da CDU, na reunião de câmara de 2014/02/05, apresentaram uma série de fotografias e de situações que mereceram a sua desaprovação, e até bastante preocupação, nomeadamente no que respeita às acessibilidades.-----
Havia várias questões que punham em causa a capacidade de utilização por pessoas com acessibilidade condicionada, ou até com um simples carrinho de compras com rodas. Por vezes esquece-se que a acessibilidade condicionada não tem necessariamente a ver com a deficiência, inclui a deficiência, mas inclui muitas outras situações. -----
Existia realmente uma série de situações decorrentes da obra que não lhes mereciam a melhor aprovação, e no fundo pretendiam saber se essas questões terão sido vistas e resolvidas, ou não.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que na reunião de câmara do passado dia 2014/03/05, realizada na Central de Cervejas, em Vialonga, foi



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 114

Reunião de 2014/08/27

Procº 8/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

aprovada a receção provisória desta obra, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, Vereadores João de Carvalho e Helena Pereira de Jesus, mas pode-se consultar, e a ata confirma, que no seguimento dessa intervenção foi entregue um documento com propostas e recomendações sobre esta obra. -----

O Sr. Vereador António Oliveira e a Engª Rosário Ferrão informaram que à época se estava a desenvolver, e passou a citar "um procedimento que vai permitir acautelar algumas situações que não estavam acauteladas no projeto e que consequentemente não estavam acauteladas na obra". -----

Ainda durante a discussão deste ponto o Sr. Vereador António Oliveira deu conta, e voltou a citar "que as coisas novas surgirão num procedimento novo a fazer, com um conjunto das coisas que se considera que são precisas e em termos de melhoria das condições de acessibilidade e circulação das pessoas". -----

Face a isto, o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo será abstenção. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, na sua intervenção, acabou por dar resposta ao que foi perguntado pela Srª Vereadora Margarida Cavaleiro. -----

Esse conjunto de "deficiências", ou carências, sob o ponto de vista quer de eventuais acessibilidades, inclusivamente havia questões de corrimões, houve entretanto a sugestão de colocação de alguns corrimões em determinados sítios de acesso dentro do mercado, a que depois se juntaram algumas recomendações por parte da Coligação Novo Rumo, fazem todas elas parte de um procedimento autónomo. -----

Isto foi esclarecido, o esclarecimento era exatamente este que a Srª Vereadora Ana Paula Bayer leu da ata respetiva, e que já tinha sido dado em momento anterior também. Não é deste procedimento do ponto 42, será outro procedimento para esse tipo de trabalhos a mais naquela empreitada, que não cabiam em termos de procedimento dentro deste ponto. -----

O que interessa saber mais do que isso, e crê que era implícito nas duas intervenções, é qual é o ponto de situação desse procedimento mais estruturado. Os serviços já o têm preparado e as últimas informações que tem é que já o terminaram sob o ponto de vista da engenharia, e está agora para tramitação



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 115

Reunião de 2014/08/27

Procº 8/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

administrativa subsequente e decisão do próprio Sr. Presidente, portanto é natural que nas próximas semanas possa haver novidade sobre essa matéria, mas efetivamente tudo isso não faz parte deste ponto 42, que está agora a votação. ----- Terminou, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo se abstêm, perguntando qual o sentido de voto dos membros da CDU.-----

Respondeu a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro que os membros da CDU aprovam. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE E DO SR. VICE-PRESIDENTE, EM SUBSTITUIÇÃO DO SR. PRESIDENTE, NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 463/14, de 18/08, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, em substituição do Sr. Presidente, na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/07/14 e 2014/08/14. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 463/14, de 18/08, do DGAFJ/DRH, mapa e respetiva documentação, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Decreto-Lei nº 114/2014, de 21 de julho, I série, que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei nº 12/2014, de 6 de março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos;-----

Declaração de Retificação nº 36/2014, de 22 de julho, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 83-A/2014, de 23 de maio, do Ministério da Educação e Ciência, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência, publicado no Diário da República, I série, nº 99, suplemento, de 23 de maio;-----

Portaria nº 149-B/2014, de 24 de julho, I série, relativa à segunda alteração à Portaria nº 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego;-----

Lei nº 47/2014, de 28 de julho, I série, que procede à quarta alteração à Lei nº 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, e à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 24/2014, de 14 de fevereiro, transpondo parcialmente a Diretiva nº 2011/83/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011;-----

Portaria nº 150/2014, de 30 de julho, I série, que cria a medida Emprego Jovem Ativo;-----

Lei Orgânica nº 2/2014, de 6 de agosto, I série, que aprova o Regime do Segredo de Estado, procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal e à trigésima primeira alteração ao Código Penal e revoga a Lei nº 6/94, de 7 de abril;--

Declaração de Retificação nº 37 – A/2014 de 19 de agosto, I série, que retifica a Lei nº 35/2014, sobre “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, publicada no Diário da República, I série, nº 117, em 20 de junho de 2014.-----

Tomado conhecimento.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____




1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----27 245 321,71€
Dotações não Orçamentais----- 1 703 779,69€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 812 299,13€
Dotações não Orçamentais----- 546 308,44€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **120**

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____ **526**

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ENGENHEIRO CIVIL –
REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 2013/12/27 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 347/14, de 02/07, da EMRU, para aprovação da revogação da deliberação tomada na reunião de câmara de 2013/12/27, referente ao parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, de Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe, de consultoria no acompanhamento, revisão e monitorização de projetos, no âmbito do Polis XXI. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 347/14, de 02/07, da EMRU, e deliberação de câmara de 2013/12/27, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL – EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO DO REGIME GERAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 456/14, de 01/08, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação da prestação de serviços, por avença, na área de Engenharia Civil, para a Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 456/14, de 01/08, do DGAFJ/DRH, e informação nº 348/14, de 02/07, da EMRU, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando ao Sr. Vice-Presidente para fazer uma intervenção, apesar de não ter sido essa a indicação que os membros da CDU deram anteriormente, relacionada com os contratos de avença, tendo este anuído. Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo não valer a pena destacar um ou outro, pois no seu todo os membros da CDU têm uma opinião política sobre o assunto.-----
Consideram que a câmara municipal correspondeu à sua expectativa inicial de melhor justificar os procedimentos por esta modalidade jurídica, que são sempre trabalhos não subordinados, ou melhor, que não dependem de uma prévia orientação permanente por parte da câmara municipal, tendo total autonomia técnica. Compreendem e acham que as fundamentações estão suficientes para os




levar a acreditar que se teve em linha de conta todas as suas preocupações sobre estas matérias, contudo gostariam de fazer uma vez mais a seguinte recomendação, a bem dos trabalhadores e dos colaboradores que prestam estes serviços à câmara municipal: -----

Tal como aqui ficou demonstrado nos momentos iniciais desta ordem de trabalhos, é possível, e os membros da CDU acrescentam, é desejável, que a câmara municipal, dentro dos seus limites orçamentais e vencendo os constrangimentos legais, proceda à abertura de concursos para admitir trabalhadores que fazem falta ao Município de Vila Franca de Xira.-----

Estão neste momento perante situações que claramente demonstram essas necessidades, não querendo, como é óbvio, particularizar, porque sabem bem do que estão falar.-----

Se a câmara municipal permanentemente necessita de uma colaboração técnica que deve corresponder, na opinião da CDU, a um contrato de trabalho permanente, esta câmara municipal não pode evitar mais a abertura dos respetivos procedimentos concursais para admissão de mais pessoal, tal como fez em relação a outras áreas de carência que identificou, como disse, no início da ordem de trabalhos, que foi aprovada por unanimidade por todos os vereadores da câmara municipal.-----

Se estas necessidades são permanentes, deve haver a correspondente valorização e contrato laboral igualmente permanentes. Esse é sempre o entendimento dos membros da CDU sobre estas matérias, e aqui fica uma vez mais a sua recomendação. Se pudessem enveredariam por outro caminho legal para corrigir estas situações, mas com as justificações que têm dão-se por satisfeitos. -----

Contudo, em relação ao ponto 50, como é habitual em todos os procedimentos desta natureza, a câmara municipal apresenta a devida justificação, e os membros da CDU solicitam que este ponto, referente ao contrato prévio de avença para o Coordenador da Proteção Civil, não seja hoje aprovado porque não está acompanhado da devida fundamentação que justifique a necessidade ou não da permanência dessa prestação de serviços com este trabalhador em concreto, à semelhança do que acontece, em contraponto, com todos os outros exemplos.-----

Têm vindo a solicitar algumas informações sobre as atividades, e têm por exemplo



o relatório do ano de 2011. Seguramente houve evoluções que precisam de ser também apreciadas, e por isso mesmo solicitavam que apenas o ponto 50 não pudesse ser hoje aprovado. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a intervenção se reporta aos pontos 48 e 50, aplicando-se aos restantes pontos referentes a contratos de avença. -----

O próprio diria o que já é conhecido, a contratação para os quadros do Estado está fortemente limitada, aliás o que há é uma intenção e uma obrigação legal de redução do número de trabalhadores por parte dos diversos municípios, e isso também se aplica à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, mas sempre que há espaço para a contratação de novos trabalhadores e colaboradores têm vindo propostas a reunião de câmara. Aliás nas últimas semanas têm sido presentes, sobretudo, sempre que há espaço para isso, propostas de contratação de trabalhadores e funcionários que fazem falta ao funcionamento regular e às competências próprias da câmara municipal. O caso dos cantoneiros de limpeza é um bom exemplo, uma vez que nas últimas semanas tem vindo uma série deles, e isso corresponde exatamente à vontade do PS e da câmara municipal e à política que tem vindo a fazer sobre estas matérias. -----

Em nenhum dos 4 casos em apreço a situação de contratação para os quadros da câmara municipal faz sentido. Não vai referir-se a todos, mas diria, relativamente a 3 deles, que uma é enfermeira, não fazendo sentido nenhum ter uma enfermeira nos quadros da câmara municipal, não é sequer necessário; o trabalho notarial é por natureza um trabalho independente, também não havendo necessidade nenhuma; e o caso do Comandante Municipal da Proteção Civil é outro caso em que não faz sentido estar a incluí-lo dentro dos quadros da câmara municipal. Aliás, no caso em apreço a pessoa em questão tem sido o Comandante da Proteção Civil nos últimos anos e é muito conhecido, é comandante na Póvoa de Santa Iria também há muitos anos, não se lembra quantos, e a sua atividade é conhecida, não tendo percebido exatamente que informação é que os membros da CDU precisam relativamente a este processo em concreto. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Nuno Libório tratar-se do relatório da atividade, não do serviço, mas do Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, aliás como foi



feito chegar aos membros da CDU, quando da sua solicitação em 2012, tendo presente o relatório de 2011. É uma avaliação do trabalho realizado para justificar a renovação desta modalidade jurídica de contrato de trabalho, à semelhança do que é feito para todos os outros, não há aqui nada de novo. -----

Prosseguiu, referindo a questão da enfermeira, ou até poderia ser de um médico de clínica geral, os membros da CDU têm o entendimento que do ponto de vista do apoio aos trabalhadores deveria haver um serviço permanente de medicina. Percebendo que há limitações e que esta câmara municipal não está imune a essas limitações, ou a esses condicionamentos, se há área que consideram que deveria ter uma atenção especial era exatamente essa. -----

Como é óbvio, não se referia à questão do notariado, que se exclui pela natureza, mas outras há que se sistematicamente a câmara municipal renova ou abre procedimento para manter esta colaboração, é porque há uma necessidade permanente de trabalho, e o princípio, para os membros da CDU, deve ser encontrado, tal como foi encontrado para apetrechar os serviços municipalizados com um conjunto muito vasto de operários e de técnicos especialistas. Para a câmara municipal é preciso idêntico procedimento, assim haja, e pede perdão pela expressão, vontade política para o levar a efeito. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que há esse tipo de serviços e são prestados pela câmara municipal, mas no caso, nomeadamente dos serviços de saúde, são prestados por profissionais liberais nesta área, quer médicos, quer enfermeiros. -----

Solicitou ao Chefe da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição, Dr. Paulo Alenquer, que lhe fizesse uma referência relativamente ao ponto 50, se há alguma questão relativamente a documentação que possa ser junta num momento posterior, e se há algum inconveniente em que o assunto possa vir à próxima reunião. -----

Interveio o Dr. Paulo Alenquer, referindo que há um despacho do Sr. Vereador António Oliveira, em que no fundo é seu parecer concordar com as informações que são transmitidas na documentação. Obviamente que essa informação não é provavelmente a informação que os Srs. Vereadores da CDU estarão a solicitar, e que se em anos anteriores foi entregue, julga que este ano também haverá

A

✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata 125

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

possibilidade de o ser, não havendo qualquer inconveniente que se possa fazer. ---
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, não havendo inconveniente,
se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, pede-se então o relatório, que se junta
e o assunto virá à próxima reunião de câmara para aprovação. -----
Deste modo, fica aprovado o ponto 48 por unanimidade, e o ponto 50 vem à
próxima reunião, pedindo-se então a junção do relatório da Proteção Civil,
tratando o Dr. Paulo Alenquer desse assunto junto dos Serviços Municipais de
Proteção Civil.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do
Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ANA SOFIA SARAIVA GOMES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 420/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Ana Sofia Saraiva Gomes, com a função de enfermeira (serviços de enfermagem inerentes às tarefas do Setor de Gestão de Serviços Sociais), não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 420/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 389/14, de 25/06, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 48 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----




1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ANTÓNIO JOSÉ JESUS CARVALHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 419/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de António José Jesus Carvalho, com as funções de coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 419/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 408/14, de 02/07, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 48 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara. -----



Deliberação nº _____

Pelas 12h30, após a discussão e votação do ponto 50 da ordem do dia, o Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 129

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
CANIL MUNICIPAL -----

Interveio a munícipe, Srª Carla Lança, dizendo morar em São João dos Montes e ter decidido vir à presença da câmara municipal após ter ido ao canil municipal 3 vezes, ver 3 cães que foram recolhidos na sua área de residência. -----

Verificou que os animais estavam bem tratados e as boxes limpas, tal como de todas as vezes em que foi ao canil municipal, até porque também adotou um cão, há 3 anos atrás. Contudo, depois de ter falado com as pessoas que lá trabalham, ficou com a certeza que pouco tem sido feito para melhorar as condições do mesmo. Encontram-se à volta de 10 cães em cada boxe conjunta, onde não deveriam estar mais de 5 cães, que acabam por se envolver em pequenas rixas.----
Gostaria de saber, depois de ter ouvido falar, e de ler nos jornais do concelho, na expansão do espaço do canil municipal, o motivo destas obras nunca seguirem em frente, será porque estas obras não dão votos seguros para ganhar qualquer eleição? -----

Foi-lhe também dito, pelo responsável do canil, que não é aceite trabalho voluntário, que só lá trabalham pessoas vindas do fundo de desemprego, ou da reinserção social, e que só a Srª Vereadora Marina Tiago poderia mudar a situação. Gostaria de saber como a própria, uma cidadã que se preocupa com o bem-estar animal, pode ajudar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que como a munícipe viu, a câmara municipal procura tratar os animais da melhor forma possível, e também reconheceu que há esse cuidado. -----

Regista a questão que mencionou, relativa à necessidade de investimento no canil, sendo uma infraestrutura que vai sempre necessitando de alargamento. -----

Nesta altura têm até aparecido alertas na televisão, e em reunião de câmara também já foi referido que infelizmente, com as dificuldades financeiras, há um crescente abandono dos animais de companhia, o que também causa uma maior pressão sobre os canis municipais, não só no de Vila Franca de Xira, mas em todos, sobretudo nas zonas urbanas. -----

São investimentos que a câmara municipal vai tentando fazer à medida das necessidades e à medida do número de animais que entretanto forem surgindo. ----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata 130

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Não queria deixar de assegurar à munícipe a permanente atenção da câmara municipal para aquela área, e o veterinário municipal, que está praticamente entregue a 100% àquele canil, tem sido uma pessoa muito profissional nos cuidados que tem tido.-----

Disse ainda que nenhum investimento é feito por causa dos votos que dá ou que não dá, é verdade que os cães não votam, mas os donos votam, portanto, essa situação também preocupa sempre a câmara municipal, tal como qualquer outra situação. Essa expressão será só uma forma de falar, mas não corresponde de maneira nenhuma às preocupações imediatas da autarquia.-----

Prosseguiu, mencionando que, em relação ao voluntariado, é natural que tenham respondido à munícipe dessa forma, e talvez não lhe tenham explicado bem, mas a câmara municipal tem em funcionamento um banco local de voluntariado, onde a munícipe se deve inscrever, e existem voluntários num conjunto de serviços, quer da câmara municipal, quer até de instituições, nomeadamente IPSS. -----

Pode também dirigir-se às juntas de freguesia, as quais têm o contacto direto do banco local de voluntariado, no entanto posteriormente a Srª Vereadora Marina Tiago dar-lhe-á um contacto de e-mail, para onde poderá dirigir o seu pedido. Depois do pedido recebido a câmara municipal entrará em contacto, e caso haja necessidade por parte do canil, e se adequar à disponibilidade da munícipe, é celebrado um protocolo com a câmara municipal. -----

A câmara municipal tem umas dezenas de voluntários a trabalhar, inclusivamente nesta área, nomeadamente na Quinta Municipal da Piedade, onde existe uma quinta pedagógica, e o trabalho que alguns desses voluntários escolheram foi exatamente acompanhar os animais directamente. Portanto, é uma questão da munícipe abordar a câmara municipal, não via canil, porque não são os trabalhadores daquele serviço que tratam dessa matéria, mas através do banco local do voluntariado, onde há este serviço a funcionar. -----

Terminou, dizendo que a câmara municipal contará certamente com a munícipe, no canil, ou noutro local que melhor se adequar, e a Srª Vereadora Marina Tiago não esquecerá esta sua disponibilidade.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

ASFALTO NA ZONA DA FONTE SANTA - VIALONGA-----

Interveio a munícipe, Srª Maria Joana Teixeira Pereira, dizendo que mora na Fonte Santa há quase 30 anos, desde 1987, quando foi para lá morar não havia alcatrão, luz, nem água, e tem as suas infraestruturas todas pagas à câmara municipal. -----

Quando foi feito o asfalto na rua Belo Horizonte, para a camioneta ir à Fonte Santa, a própria veio diretamente à câmara municipal, na altura seria outro presidente, tendo ficado escrito e assinalado no seu processo, porque tem dois meninos pequenos, e quando está a chover aquilo abre crateras, que quando abrisse outro concurso o seu processo iria entrar, uma vez que estava tudo pago e tinha dois meninos, mas só com concurso aberto, de outro modo nada poderiam fazer. -----

Se agora foi feito o asfalto na rua da Bela Vista, que é a que vai para os depósitos de água, e sendo a sua a rua Soeiro Pereira Gomes, que é uma paralela à rua Belo Horizonte e à rua da Bela Vista, não é uma perpendicular, pergunta porque é que a sua rua não foi incluída na empreitada da câmara municipal, que foi realizada há meia dúzia de meses. É a sua pergunta, e gostaria de ser esclarecida. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, passando a palavra à Engª Rita Campos, uma vez que se trata de uma AUGI, sendo uma questão muito particular do serviço em que a engenheira está. -----

Interveio de novo a munícipe, dizendo que enviou um e-mail diretamente ao Sr. Presidente, e não obteve qualquer resposta. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que provavelmente terá seguido para o serviço respetivo, por isso é que é a engenheira que lhe irá responder. -----

Interveio a Engª Rita Campos, referindo que, dada a grande dimensão do loteamento, a pavimentação da Fonte Santa tem sido feita por fases, está de facto prevista a pavimentação na totalidade, mas por fases. -----

No que diz respeito à rua onde a munícipe mora, não sabe dizer exatamente se é a próxima que está prevista, só ficando com o seu contacto para depois informar. -----

Tomou a palavra a munícipe, referindo que a situação já vem de há muitos anos. Quando foi feita a pavimentação da rua Belo Horizonte, para a camioneta ir à Fonte Santa, aquela zona não tinha nada, nem luz, nem alcatrão, nem sequer nomes de ruas havia. -----




A Engª Rita Campos interveio, dizendo que a munícipe tem conhecimento que a pavimentação tem que ser feita por fases. -----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, pedindo desculpa mas a munícipe e a engenheira não podem entrar em diálogo, a não ser depois da engenheira responder.-----

Insistiu a munícipe, Srª Maria Joana Pereira, em perguntar por que é que a sua rua não foi incluída na empreitada que foi realizada há meses, se já estava para ser feita há tanto tempo.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a engenheira irá agora responder, provavelmente a munícipe não ficará pessoalmente satisfeita com a resposta, pelo que sugere que a munícipe deixe a engenheira responder, e se depois for preciso retiram-se para conversarem as duas sobre algum detalhe do processo, ou a munícipe vem ao atendimento.-----

A Engª Rita Campos interveio, esclarecendo, relativamente à rua que a munícipe disse que foi pavimentada, paralela à sua, foi uma obra dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, feita até aos depósitos, não tendo a ver com a pavimentação da AUGI da Fonte Santa em termos de loteamento, foi uma obra à parte, por isso é que não foi incluído o arruamento da rua onde a munícipe mora.-----

Interveio ainda a munícipe, perguntando para quando é que está prevista a pavimentação do arruamento. Há pessoas que foram viver para a Fonte Santa muitos anos depois e têm alcatrão, a própria tem dois meninos pequenos e quer saber para quando o arruamento, porque aquilo são só crateras, é uma coisa que já está mais que paga à câmara municipal, e esta não faz um esforço. Sabe que pessoas que foram para lá depois já têm todos os confortos, e pergunta onde está o seu conforto, depois de ter todas as infraestruturas pagas.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, pedindo à Engª Rita Campos para verificar se há alguma previsão relativamente ao lote da munícipe, mas deve acrescentar, porque é de justiça, que a situação das AUGI é muito complicada. Quando as pessoas foram para aqueles locais, foram para zonas que não estavam urbanizadas, ou que estavam urbanizadas de forma ilegal, são loteamentos ilegais.-----

A câmara municipal tem feito um grande esforço para regularizar situações, e não




foi de facto a câmara municipal a tomar iniciativa de as criar de forma ilegal, mas tem vindo sistematicamente a fazer investimento, não só no terreno, e por isso se diz, e é natural o sentimento da munícipe, uma vez que vê outras zonas que foram arrançadas, e a sua ainda não foi. Porém, diga-se, que se a zona da munícipe tivesse sido, provavelmente a sua vizinha do local onde já foi arrançada, estaria aqui a dizer o mesmo que a senhora. Estas obras que são faseadas têm, inevitavelmente, esta realidade, vão sendo feitas, vai-se satisfazendo os que já estão abrangidos, ficam os outros insatisfeitos, porque estão à espera de um investimento que ainda não chegou.-----

Seguindo o investimento que a câmara municipal tem vindo a fazer, não só na Fonte Santa, mas no conjunto das AUGI que o concelho tem, há de haver investimento e regularização da zona urbana onde a munícipe reside. Pede à Engª Rita Campos que verifique quais são as previsões existentes e que contacte a munícipe para lhe dar uma informação um bocadinho mais concreta. Isto não impede, como é evidente, que a munícipe peça reuniões com o serviço ou com a câmara municipal, eventualmente, com o Sr. Presidente, ou até, que volte à reunião de câmara, para colocar as questões que entender. Agora, efetivamente a situação é exatamente esta. -----

Dentro de dias, pede que a Engª Rita Campos que telefone à munícipe, uma vez que na ficha não tem indicação do e-mail, para dar a resposta. -----

Terminou, agradecendo a ambas, e espera que a munícipe obtenha a resposta, provavelmente o e-mail que enviou terá seguido internamente, poder-se-á tentar localizar, mas a Srª Engª irá telefonar-lhe. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 134

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CONSTRUÇÃO DO MCDONALD'S – MALVAROSA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Carlos Alberto Carvalho de Oliveira, referindo que está presente em representação dos 6 lotes frontais à construção do McDonald's, tendo verificado "in loco" que nem uma pessoa discutiu publicamente ou foi questionada sobre a elaboração deste projeto.-----

Desde logo parece-lhes uma falta grave, numa sociedade democrática, e consideram a situação inacreditável. -----

Perante o facto que está consumado, têm várias questões que consideram que têm que ser postas, e vão pô-las numa atitude muito reivindicativa e forte. -----

Primeiro foi-lhes prometido pelo promotor imobiliário, a Obriverca, que junto à frontaria haveria um espaço para estacionamento com 100 a 120 lugares, por uma razão objetiva, o estrato familiar vai crescendo, são estudantes, havia um automóvel por família e hoje há 2 ou 3, e não há espaço. -----

Neste momento, como aquele espaço ermo que havia foi vedado, as pessoas estão a meter os carros na escola, e as aulas vão começar no dia 4 de setembro.-----

As pessoas só têm uma possibilidade de estacionar, e são cerca de 150 carros, ou vão para o Pingo Doce, ou para o Jumbo, ou então estacionam na portagem da autoestrada, porque não há mais espaço para estacionar. -----

Este era o ponto nº 1, e até dos mais importantes, o parque de estacionamento junto à entidade, já que não têm ideia de nesta fase embargar a obra. No princípio tiveram, com uma providência cautelar, que esteve quase a ser feita, por razões objetivas e jurídicas fundamentadas, mas não quiseram avançar, e querem que esta situação do estacionamento seja posta perante a McDonald's Portugal, que vai eventualmente poder arranjar uma solução pública ou privada para facilitar esse estacionamento. -----

Quanto ao segundo ponto, referiu a intervenção da Arqtª Teresa Laranjeira em relação à largura do passeio. O próprio já lá esteve a medir e o betão que já está introduzido no passeio, depois do segundo muro, o mais que fica é com 70 centímetros. -----

Tem visto ali cenas lamentáveis de pessoas com carros de bebés a atravessar a rua, a virem para via pública, onde passam carros constantemente, e ainda não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal




Fl. Livro _____

Fl. Ata - 135

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

houve nenhum acidente grave porque não calhou. -----

A própria promotora imobiliária ou a construtora tinham que tomar providências sobre esta situação, porque isso não estava feito no plano inicial, houve alteração. O que estava previsto no plano inicial era uma unidade de saúde, um parque de estacionamento e provavelmente um hotel. Para restauração, como foi dito aqui, é um problema que nunca foi posto.-----

Outro problema é que a entrada do estabelecimento vai ser feita junto onde existe hoje um parque, onde se faz até o estacionamento por cima, quem vai para o restaurante "O Morgado". Essa rua vai ficar de entrada e saída para a restauração, mas se há estacionamento do lado esquerdo e se a estrada não for alargada mais um metro ou um metro e meio, será um engarrafamento que ninguém se entende. Ontem teve o cuidado de perguntar ao mestre da obra, que lhe disse que a entrada será quase no términus que dá acesso à rampa que vai para o restaurante. -----

Outra questão muito importante, e vão fazer questão disso, é o horário de funcionamento da restauração. Sabem que o serviço "take away" no Jumbo funciona até às 2 horas da manhã, e garante ao Sr. Vice-Presidente que não vão permitir esse horário, porque aquela é uma zona residencial.-----

Estão presentes dois administradores, sendo que da frontaria da fração de um senhor do lote 46, em linha reta, são 40 metros, e à frontaria do outro senhor, do lote 44, são 50 metros. São administradores que trouxe consigo, mas poderia trazer mais, e não querem chamar o Ministério do Ambiente. O próprio é o mais favorecido, deve estar a 80 metros.-----

Está-se a falar de coisas muito sérias, de gente que há 7 anos foi enganada e investiu todas as suas poupanças para estar numa urbanização com alguma qualidade, o que é mentira. Não quer falar das infraestruturas desportivas e de outras questões, porque neste momento vem mandatado para esta posição e é esta que lhe interessa, mais nenhuma. -----

Solicitou que a câmara municipal vá verificar a questão dos passeios, porque não corresponde à verdade o que foi dito, o betão está lá, já se informou também, e sabe como funciona, fazem uma dobragem e depois fazem uma zona verde, que disfarça bem e até fica "porreiro", no aspeto estético, mas o passeio não fica com 2,10 metros.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 136

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Por outro lado, tem os postes de iluminação exteriores, como é que o construtor vai fazer, vai metê-los dentro? E a sinalização de trânsito, como é que vai fazer? Com isso nem sequer há espaço para as pessoas passarem agora, com as obras, têm que se encostar. -----

Estes são 3 pontos, haveria muitos mais para falar, mas agora não interessa, só queria definir estes pontos, estacionamento, horário, o alargamento da via para poderem passar as 2 vias de acesso à restauração, e para evitar excessos, bandas sonoras na via de acesso e de entrada, o que é fundamental, porque "os aceleras" vão aparecer, seriam 2 bandas sonoras, na reta que vai funcionar e na entrada. ----

Terminou, referindo uma questão que considera muito importante. Pessoalmente já pediu 2 orçamentos para os estores elétricos, que com as obras, que trazem areias pesadas, já avariaram, e toda a frontaria dos outros prédios estão horrorosas, ninguém abre persianas. É fundamental que a promotora imobiliária, por intermédio da câmara municipal, quando acabar a obra, fique com os encargos de fazer limpeza aos prédios, porque se assim não for, os moradores vão fazê-la e apresentar a fatura à câmara municipal. -----

Por fim, entregou ao Sr. Vice-Presidente um abaixo-assinado de cerca de 70% dos proprietários dos lotes fronteiros ao McDonald's. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que fica registado que foi entregue um abaixo-assinado que depois será junto à ata. -----

Saudou pessoalmente o munícipe por estar na reunião de câmara, dizendo-lhe que algumas respostas às questões que colocou provavelmente não serão respostas definitivas da câmara municipal, uma vez que o processo está a decorrer. -----

Quanto à questão da alteração do loteamento, referiu que essas alterações estão na liberdade de quem é o proprietário do loteamento propor e depois são decididas na câmara municipal com um procedimento que está perfeitamente definido na lei. Esse procedimento, nalguns casos, noutros não, dá origem a consulta pública pelos meios que também estão definidos na lei. -----

Esses passos foram feitos, vai falar livremente, pode haver algum detalhe técnico que não seja absolutamente correto, e depois a Arqtª Teresa Laranjeira complementar, mas grosso modo as duas alterações fundamentais neste processo foram pequenas, tendo em conta o conjunto do loteamento. Foram a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 137

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

questão do acesso à rua que vai dar a Vialonga, que foi colocada a discussão pública e está neste momento em construção, e foi a alteração dos lotes referentes à atividade comercial, que estavam dados com um determinado fim, e que hoje em dia, tendo em conta as condições económico-financeiras do país, os investidores não tinham condições para lhe pegar.-----

A preocupação principal da câmara municipal relativamente a este processo foi a manutenção completa, quer da legalidade do que estava a ser proposto para ali, quer da não alteração substancial do tipo ou da quantidade de construção que estava prevista para o lote, porque efetivamente, o lote em concreto que o munícipe está a falar estava vazio, não tinha nada que lá acontecesse, estava "ao abandono", e não estava vedado, porque se estivesse não teria havido essa apropriação por parte das pessoas que entretanto foram estacionando os carros naquela zona, a qual nunca foi estacionamento e cujo fim nunca será estacionamento, pelo menos de acordo com o que está no alvará de loteamento. ---

O alvará de loteamento, sob o ponto de vista do final dado a esse terreno, nunca foi estacionamento, já era construção, pelo que, sob esse ponto de vista final, naquele lote iria sempre ser construída alguma coisa. Não houve uma alteração substantiva, houve um pedido de alteração para a criação de um outro investimento em termos de construção, que no caso se traduz na construção que está neste momento a ser feita. Não sabe exatamente se é um restaurante da McDonald's que está a ser construído, mas isso não é relevante, o relevante é que está a ser construído e sob o ponto de vista da formalidade, tecnicamente e juridicamente está cumprida, pelo menos é assim que diz o processo. -----

No que se refere à construção em si, o munícipe levantou 3 ou 4 questões relativamente às quais também vai expender algumas considerações.-----

Quanto à questão específica do estacionamento, porque é relevante, o facto do munícipe referir, e bem, não põe em causa, que as pessoas antes estacionavam ali o carro e agora não conseguem estacionar, é uma situação que existiria sempre que aquele lote fosse intervencionado, independentemente do que lá fosse feito. ---

No bom rigor das coisas, e tal e qual como está feito noutros lotes da urbanização, provavelmente aquele lote nunca deveria ter estado aberto de maneira a que as pessoas o utilizassem. O que provavelmente aconteceu foi que não se vedou,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 138

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

deixou-se aberto exatamente porque ia dando jeito a quem ali vivia, ou eventualmente ia ali tratar de algum assunto, o que teve vantagens, que foi durante este tempo as pessoas poderem utilizar, e desvantagens, que foi ficarem com a falsa impressão de que tinham ali um parque de estacionamento, que deixam de ter, o que não é verdade, porque aquilo nunca foi um parque de estacionamento, e nunca seria.-----

Não pode deixar de explicar isto, porque independentemente do que foi dito aos moradores, é o que está no alvará de loteamento, e já estava.-----

Quanto ao que lá está construído, pede à Arqtª Teresa Laranjeira que, se for necessário, possa introduzir alguma questão, e pede-lhe para verificar, porque sob o ponto de vista da explicação às pessoas isso pode ter interesse, provavelmente o número de lugares de estacionamento gerados pela construção que lá está hoje a ser feita é maior do que o número de lugares de estacionamento que seria criado pela construção que estava definida. Não consegue dizer isto agora com toda a certeza, mas diria que quase de certeza é assim. -----

Nesse ponto de vista a câmara municipal tem pouca margem de manobra, de qualquer maneira regista o pedido do munícipe para ser analisado, no entanto diz-lhe já que considera muito difícil, tendo em conta as regras urbanísticas, não só do alvará, mas da lei sobre estas matérias. Contudo, não custa nada, antes pelo contrário, que a Srª Arqtª dedique uma parte do seu tempo de análise a esta questão que foi levantada e que é concreta, que não é da responsabilidade da câmara municipal e também não é da McDonald's, mas se pudesse haver algum entendimento se calhar ficava toda a gente satisfeita. -----

Na semana passada estive na Malvarosa e a situação que o Sr. Carlos Oliveira levantou, da circulação pedonal durante a obra, também lhe chamou a atenção. A circulação pedonal durante a obra não deve ser prejudicada pela mesma, embora muitas vezes seja, e a câmara municipal, que faz muitas obras, sabe que às vezes é muito difícil fazer com que os peões tenham o total conforto que tinham antes da obra começar, mas, e chama a atenção à Srª Arqtª, pode eventualmente ser necessário que o construtor, mesmo durante obra, assegure alguma segurança suplementar aos peões que possam passar por ali. Faz esta chamada de atenção, uma vez que o munícipe levantou a questão, vão começar as aulas e o próprio não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **139**

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

tinha chamado a atenção publicamente, fazendo-o agora.-----

Pode fazer sentido, sobretudo agora, com o aproximar do meio do mês de setembro, haver ali algum assegurar da largura do passeio ou de guardas que possam ser necessárias para esta zona.-----

Outro problema que o munícipe levantou, e que o próprio também já levantou, embora não em reunião de câmara, é a questão da largura final dos passeios face ao que estava previsto, e efetivamente a Srª Arqtª assegurou-lhe, tal como assegurou no início da reunião, em que o munícipe já estava presente e também ouviu, que os passeios ficarão exatamente como estavam previstos, e a ideia que tinha era de que seria com a largura de 2,10 metros. Pede-lhe que tome atenção a esta questão, porque é relevante, uma coisa é os passeios não terem a largura atual agora porque a obra precisou de utilizar e intervencionar aquela zona calçada, outra é no final da obra os passeios terem que ficar, como está previsto no licenciamento do alvará, exatamente como estava assegurado.-----

Referiu ainda a questão dos problemas de circulação de entradas e saídas que o munícipe levantou.-----

Interrompeu o munícipe, referindo que o estacionamento do lado esquerdo de quem entra desaparece, porque não há espaço.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente não saber exatamente, mas pedia à Srª Artª que visse, porque o assunto terá sido estudado na altura do licenciamento da obra.-----

Quanto à questão do horário, o estabelecimento comercial praticará seguramente o horário que de acordo com a lei puder praticar, a câmara municipal acompanhará essa questão com todo o cuidado, e isso significa que pode ser até à hora que a lei permitir. Nem sequer sabe se a câmara municipal já recebeu o pedido, provavelmente ainda não, mas quando for feito será analisado pelos técnicos. Pode ser um horário que à partida agrada ou não agrada, isso já não consegue medir, mas não pode impedir que funcione de acordo com a lei.-----

Tomou a palavra o munícipe, dizendo que não vão permitir gente às 2 horas da manhã ali, nem que rebente aquilo à granada.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que essa já é uma afirmação do Sr. Carlos Oliveira que, tendo em conta o método, o próprio não pode subscrever, nem a câmara municipal, e também nem sequer se pode comprometer.-----




A empresa há de pedir um determinado horário, que será avaliado de acordo com a lei.-----

O que era importante que saísse desta reunião, em termos de segurança da parte do munícipe, se é que é possível haver este sentimento de segurança, é que da parte da câmara municipal pugnará para que nada ali aconteça fora do que está previsto na lei e fora do que está previsto no alvará, e isso será sempre o que a câmara municipal, esta ou qualquer outra, pode propor. -----

Quanto à questão da limpeza da fachada dos prédios, é uma relação entre particulares e o próprio sugeria que, à cautela, os moradores façam já uma comunicação ao dono de obra, chamando a atenção para essa matéria e solicitando que o dono de obra tome essa atitude de lavagem das zonas circundantes. Não sabe como funciona exatamente entre particulares, mas é uma questão que por vezes quem realiza obras tem necessariamente que fazer, se por via dessas obras causar danos, e normalmente esses danos de sujidade são facilmente resolvíveis. -----

Crê que em termos legais a câmara municipal não tem margem de manobra, de qualquer maneira diria que, à cautela, os proprietários comuniquem já ao construtor. Já levantaram a questão na reunião de câmara e o próprio já incumbiu os serviços de olharem para a mesma, no sentido de perceber se a câmara municipal tem ou não tem alguma margem de manobra sobre essa matéria.-----

Terminou, solicitando à Arqtª Teresa Laranjeira que, tendo em conta o que respondeu, esclareça mais um ou outro aspeto de detalhe que possa ser agora prestado, pedindo no entanto alguma contenção, tendo em conta o tempo. -----

Interveio a Arqtª Teresa Laranjeira, dizendo já ter tentado esclarecer o Sr. Carlos Oliveira, não conseguiu, mas pensa que o Sr. Vice-Presidente falou tudo agora. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a questão dos passeios era importante, bem como a questão da avaliação que foi feita da entrada e da saída das viaturas face à segurança.-----

A ideia das bandas sonoras, que na sua opinião não podem ser das pequenas, porque essas só fazem barulho, pode fazer sentido, colocando aquelas bandas sonoras que os carros têm mesmo que subir e depois descer, como se veem nas zonas residenciais. -----




Não sabe se esta ideia está prevista ou não, está a falar de cor, mas esta ideia que o munícipe deu é capaz de não ser uma má ideia, e agradecia que a Srª Arqtª pensasse também nisso. -----

A Arqtª Teresa Laranjeira interveio, referindo que os serviços irão analisar a questão das bandas, ver-se-á depois se não haverá reclamações de barulho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, a fazer bandas, que sejam aquelas em que os carros têm mesmo que abrandar, subir e descer. -----

Prosseguiu a Arqtª Teresa Laranjeira, referindo que relativamente à questão do sentido de tráfego está prevista uma alteração, tendo só um sentido, pelo que quando se entra na zona do McDonald´s entra-se logo na primeira entrada e sai-se. Clarificou o Sr. Vice-Presidente que, no fundo, saem em mão e entram em mão, referindo crer não haver grande espaço para mais respostas. -----

Solicitou à Srª Arqtª que analise a questão da circulabilidade das viaturas e se há ou não problemas de entrada de saída. À partida não haverá, tendo em conta que quem entra sai na mesma mão, não volta a atravessar para a outra mão, o que à partida resolve o problema, porque essa via passa a ter saída, e hoje não tem. -----

Interveio a Arqtª Teresa Laranjeira, informando que na alteração que foi aprovada ao alvará de loteamento, onde foi depois definido este lote, está prevista a continuação da via. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a via passa a ter saída, e hoje não tem, no fundo é um beco. -----

Sugeriu que a Srª Arqtª explicasse em particular ao munícipe um pouco com mais detalhe, mas os técnicos estudaram a questão e a ideia foi exatamente facilitar o circuito, não foi complicar, e o facto de criar saída naquela rua vai em princípio facilitar muito o trânsito. -----

Terminou, dizendo esperar ter respondido ao munícipe, mas como levantou muitas questões a câmara municipal vai estudá-las. -----

A

✓

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MARIA HELENA DUARTE MONTEIRO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 421/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Maria Helena Duarte Monteiro, com funções de apoio ao Notariado, nomeadamente ao serviço de solicitadoria, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 421/14, de 21/07, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 388/14, de 25/06, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 48 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: PROTOCOLO – FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO – INSTITUTO DE
FORMAÇÃO TECLIFORM-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 356/14, de 06/06, do
DGAFJ/DRH, para aprovação da minuta do protocolo de formação em contexto de
trabalho, a celebrar com a Tecliform, para a realização de um estágio de
conclusão do curso de Técnico Superior de Segurança no Trabalho, pela
trabalhadora Ana Sofia da Costa Santos, com a duração de 120 horas.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 356/14, de 06/06, do
DGAFJ/DRH, requerimento da interessada, e minuta de regulamento e protocolo de
formação em contexto de trabalho, documentos que se dão por inteiramente
reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do
Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 144

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº 532

1. Assunto: QREN-E – OPERAÇÃO LISBOA-02-0741-FEDER-000753 – NÚCLEO MUSEOLÓGICO – COMUNIDADE AVIEIRA/BARCOS DO TEJO/ARRANJOS EXTERIORES E RECINTO DE ESPETÁCULOS – 1ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL CELEBRADO EM 2011/12/07 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 100/14, de 06/08, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável celebrado em 2011/12/07 com o IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento, IP, que ajusta o valor do contrato de 1 017 493,93€ para 721 476,53€, referente ao QREN-E – Operação Lisboa-02-0741-FEDER-000753 – Núcleo Museológico – Comunidade Avieira/Barcos do Tejo/Arranjos Exteriores e Recinto de Espetáculos.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 100/14, de 06/08, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----





1. Assunto: ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU 2014 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 52/14, de 08/08, do DGAFJ/SE, para aprovação da transferência de verbas para as juntas de freguesia do concelho, no total de 2 461,44€, referente à comparticipação nos encargos administrativos suportados pelas juntas de freguesia no ato eleitoral de 2014/05/25, referente à eleição para o Parlamento Europeu 2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 52/14, de 08/08, do DGAFJ/SE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.02/04.05.01.02-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 146

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº 534

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "L", SITA NO LOTE 2, Nº 1, DA RUA FERNANDO PESSOA – ALVERCA DO RIBATEJO – CHASA, CRL---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 225/14, de 04/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da fração "L", sita no lote 2, nº 1, da rua Fernando Pessoa, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 76 000,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 225/14, de 04/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE RECARGAS DE PAVIMENTOS 2014 – MINUTA DO CONTRATO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 240/14, de 19/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra de recargas de pavimentos 2014, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 477 000,01€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 240/14, de 19/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar contra, seguindo a sequência da posição que tomaram quando foi feita a adjudicação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: HASTA PÚBLICA – REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO REFERENTE À SALA 109 DO EDIFÍCIO CINEMA E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 23/14, de 24/07, do DGAFJ/DAJ, para aprovação do regulamento de alienação do direito de propriedade, em hasta pública, relativo à fração correspondente à sala 109 do Edifício Cinema, em Alverca do Ribatejo, bem como da nomeação dos elementos que integrarão a comissão que deverá presidir à hasta pública. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 23/14, de 24/07, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam, em certa medida, de pedir para retirar o ponto, porque não sabem se esta é uma venda isolada e qual a razão pela qual a câmara municipal pensa tomar esta decisão, se tem alguém interessado e se neste momento a referida fração está desocupada. -----
Gostariam de analisar o assunto no enquadramento de uma alienação de várias propriedades e de variado património que a câmara municipal possa ter. Por isso gostariam que em certa medida lhes fosse fornecida uma relação do património que a câmara municipal pensa alienar, e ao mesmo tempo perguntar o que é que a faz realmente vender, se ficou agora disponível em termos de ocupação, pois não sabem qual era a situação em que se encontrava esta fração. -----
Interveio o Sr. Vice-Presidente solicitando aos serviços, relativamente à questão um pouco mais vasta, que fizessem essa relação para depois se poder enviar, de qualquer forma o que vem hoje a reunião de câmara, no fundo, é um espaço de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 149

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

escritório dentro do edifício, que neste momento está devoluto, e pertence ao município desde a altura em que o edifício foi construído. Não sabe se é no primeiro ou no segundo andar, mas é a única coisa que o município lá tem, numa zona de serviços, que pode vir a interessar a alguém.-----

É daquelas coisas que sob o ponto de vista da câmara municipal acaba por ser praticamente só o custo do condomínio, uma vez que é um espaço que não tem sequer acesso direto para a rua. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que a câmara municipal já tem aquele espaço há bastante tempo.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que deve ter vindo à posse do município naquela altura. O espaço esteve entregue há muitos anos a um centro de investigação que estava ligado com a Força Aérea, que entretanto deixou de o utilizar, ficando disponível. É daquelas coisas que não acrescenta propriamente nada a Alverca em termos de vivência pública, porque não dá sequer para a rua, e que teria mais interesse para aquela zona, que já tem escritórios, podendo ter ainda mais escritórios, e animava-se um pouco aquele edifício.-----

Se esta informação chegar para o Sr. Vereador, aprovar-se-ia o ponto, se não chegar também se retira o ponto, não é o fim do mundo, pensa-se um bocadinho sobre esta matéria. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva manifestou-se no sentido da retirada do ponto, tendo o Sr. Vice-Presidente referido que o ponto é retirado para análise, tendo em conta os contributos dos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo, podendo numa fase posterior vir de novo à câmara municipal. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: DOAÇÃO DE OBRA DA AUTORIA DO PINTOR NUNO SAN-PAYO, POR HELENA SAN-PAYO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 154/14, de 14/08, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação da obra “Varinas no Cais”, da autoria do pintor Nuno San-Payo, por Helena San-Payo, com o valor de 12 000,00€, efetuada ao abrigo da Lei do Mecenato, para incorporação no acervo de artes plásticas do Museu do Neo-Realismo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 154/14, de 14/08, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CURSO "CULTURA CONTEMPORÂNEA – PRÁTICAS CRÍTICAS, ARTÍSTICAS E CURATORIAIS", MINISTRADO PELA PROFª DRª SANDRA VIEIRA JÜRGENS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 155/14, de 18/08, do DEC/DCTPM/MNR, para aprovação dos valores propostos para as inscrições de 30,00€, para o público em geral, e de 15,00€ para funcionários, relativas ao curso "Cultura Contemporânea – Práticas críticas, artísticas e curatoriais", para pagamento à formadora, Profª Drª Sandra Vieira Jürgens.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 155/14, de 18/08, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata 152

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº 538

1. Assunto: III SALÃO AUTOMÓVEL E MOTOCICLOS CLÁSSICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 334/14, de 25/07, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação, na sequência da deliberação de câmara de 2014/07/23, da constituição de um fundo de maneio, para fazer face a despesas de carácter urgente e inadiável, resultantes da preparação do III Salão Automóvel e Motociclos Clássicos, que se realizará nos dias 5, 6 e 7 de setembro, no valor total de 500,00€, o qual ficará à responsabilidade da assistente técnica, Anabela Fernandes. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 334/14, de 25/07, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: EVOCAÇÕES DO CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA – PROTOCOLOS A CELEBRAR COM A DIREÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, LIGA DOS COMBATENTES, ISCTE E SOCIEDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA ---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 342/14, de 11/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação das minutas dos protocolos de colaboração a celebrar com a Direção de História e Cultura do Exército Português, Liga dos Combatentes, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, no âmbito do programa das Evocações do Centenário da Grande Guerra. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 342/14, de 11/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – ALTERAÇÃO NA LISTAGEM DA SELEÇÃO DE CANDIDATOS COM LUGAR ATRIBUÍDO - TALHÃO A (PISTA DE AUTOMÓVEIS)-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 269/14, de 19/08, do DEC/Turismo, para aprovação da atribuição do talhão A ao candidato posicionado em 2º lugar, “Interdiversões, Lda”, para instalação de pista de automóveis, no âmbito da Feira Anual de Outubro 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nº 269/14, de 19/08, e nº 263/2014, de 08/08, do DEC/Turismo, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: HORÁRIOS DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 180/14, de 06/08, do DEC/DBD, para aprovação dos horários de funcionamento ao público das bibliotecas municipais. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 180/14, de 06/08, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que os membros da CDU pretendem aprovar a proposta, não deixando porém de lamentar o encerramento às segundas-feiras, o ideal seria realmente que se conseguisse ter as bibliotecas disponíveis de segunda a sábado, enfim, esperam que melhores tempos venham para este serviço público ter maior disponibilidade. -----
Em todo o caso acrescentavam também uma nota, da qual já falaram há algum tempo, que tem a ver com a programação cultural e didática das bibliotecas. Parece-lhes que continua a persistir alguma dificuldade na transmissão aos diversos públicos da vasta programação que os técnicos vão proporcionando aos utilizadores das bibliotecas. -----
A câmara municipal tem na sua página principal um motor de busca para iniciativas, mas é frequente não ser encontrado nada, nomeadamente, por exemplo, para a infância, ou outras, mas de facto depois verifica-se que existem atividades, que acabam por ser divulgadas de uma forma um pouco dispersa e avulsa. Não sabem se o mesmo se passa com o planeamento, esperam que não, mas pelo menos com a sua divulgação assim parece ocorrer. -----
Os membros da CDU consideram que, quer o esforço dos técnicos, quer os

Handwritten signature

utilizadores das bibliotecas mereciam realmente conseguir ter acesso atempadamente à programação que estas proporcionam, e pensam que existe uma grande margem de melhoria nesta área. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que essa preocupação é também uma preocupação da câmara municipal, que tem vindo a trabalhar muito nas questões da comunicação, sobretudo para sistematizar a quantidade enorme de coisas que se fazem. -----

A Srª Vereadora referiu, e bem, que não só nas bibliotecas, mas até noutras áreas, a câmara municipal é conhecida por ter um programa muito vasto ao longo de todo o ano e com muitas atividades diferentes para públicos diferentes, da infância, aos idosos, a vários. -----

Às vezes é difícil, com tanta informação, sistematizá-la de uma maneira fácil, por isso mesmo estão-se a fazer três coisas distintas: Está-se a reformular o site da câmara municipal, já estava em tempo, e o trabalho que se está a fazer neste âmbito é exatamente para agregar esta informação em termos de agenda de atividades de forma mais simples, mas tem-se uma preocupação suplementar, que é procurar simultaneamente divulgar ao máximo o que outras entidades, que não a câmara municipal, fazem no território concelho, ou seja, que seja uma divulgação do concelho, mais do que uma divulgação do município. Felizmente a câmara municipal tem tantos parceiros locais que, com o seu apoio, ou individualmente, desenvolvem tantas coisas, que era bom que essas atividades fossem introduzidas também na programação global do concelho. -----

Este esforço não é nada fácil, o próprio tem acompanhado o assunto com os técnicos de comunicação, e realmente reconhece que é difícil, mas acha que o resultado que se vai ver é um bom resultado, e pensa que é um caminho que se vai ter. -----

Está-se também a avançar na construção da página do facebook, que permite repartir essa informação em pequenos momentos e chega a toda a gente de uma forma mais dirigida. As pessoas acabam por ver o que há para a infância ou em termos de desporto no fim de semana. -----

Está-se a trabalhar nisso e conta que seja mais ou menos simultâneo, o novo site e o facebook, em princípio no mês de setembro ou outubro. -----





Nada do que está a dizer corresponde a uma preocupação exclusiva do Partido Socialista, porque tanto a Coligação Novo Rumo como a CDU têm levantado esta questão bastantes vezes. -----

Outro aspeto também importante é o aspeto do boletim municipal ir chegar agora a casa das pessoas. Era uma coisa que fazia falta e que a câmara municipal realmente não tinha. -----

O primeiro número, para o qual os Srs. Vereadores também já deram o seu contributo, irá sair no início de setembro e vai-se ver como corre. Hão de haver com certeza contributos de melhoria, mas também esta forma de ir chegando às pessoas com mais informação vai facilitar seguramente, porque as pessoas não estão todas ligadas à internet e às vezes não é fácil obter esta informação, sem ser da forma tradicional. -----

Outro aspeto que também é importante é pegar e reformular a parte dos sites que estão anexos a outros, nomeadamente o das bibliotecas, pois as bibliotecas têm um site autónomo do da câmara municipal, tal como por exemplo o Museu do Neo-Realismo, porque depois trabalham, no caso das bibliotecas, com o Instituto Português do Livro, e têm um conjunto de ligações grandes, para que possa haver uma interação mais imediata nestas informações e elas se tornarem todas mais fáceis. -----

Reconhece, secunda e está-se a trabalhar no sentido de melhorar a questão da informação. -----

Relativamente à segunda-feira, é um dia tradicionalmente de encerramento dos equipamentos culturais, as pessoas estão habituadas que à segunda-feira os museus e as bibliotecas estejam fechados ao público, mas está lá gente a trabalhar, que aproveita aquele dia para pôr as coisas em ordem para as atividades da semana seguinte, e os técnicos, nomeadamente das bibliotecas, têm trabalho reconhecido a nível nacional nessa matéria. -----

De qualquer forma o que acontece noutros municípios que já não têm condições para acompanhar estes custos e esta organização, é que acabam por fechar durante o fim de semana todo. Porém é no fim de semana que as pessoas precisam mais das bibliotecas, e a câmara municipal nesse período quer alargar ao máximo o horário disponível, sendo que o horário que é proposto hoje também



alarga o horário de funcionamento de algumas bibliotecas nesse sentido. -----

Terminou, perguntando, quanto ao sentido de voto, se é positivo das duas bancadas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo ainda não se ter pronunciado. --

O Sr. Vice-Presidente pediu desculpa à Srª Vereadora, dando-lhe a palavra e solicitando que em situações idênticas o chame logo a atenção, para que lhe dê a palavra antes de fazer a sua própria intervenção.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, aceitando as desculpas, e dizendo não interromper ninguém. -----

A questão dos membros da Coligação Novo Rumo era de facto o porquê de fechar à segunda-feira, até porque não há nenhuma consequência positiva, não se retira e não se dá nada em troca aos munícipes, portanto queriam perceber qual foi de facto o motivo que levou à tomada desta decisão.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo ter no fundo acabado um pouco por responder antes, mas a decisão não foi alterada, porque tradicionalmente é à segunda-feira que as bibliotecas fecham no país. Não fecham apenas por uma vontade de estar fechado um dia, é porque faz falta esse dia para os técnicos se encontrarem, refletirem sobre as matérias e prepararem as atividades. -----

Por exemplo, em Vila Franca de Xira, que tem uma rede de bibliotecas já muito invejável, essa segunda-feira é muito utilizada para um encontro entre os técnicos de todas as bibliotecas, porque nenhuma biblioteca funciona sozinha, o grande princípio das bibliotecas públicas é que todas se devem articular em termos de ação umas com as outras. Esse trabalho precisa de qualidade, e essa qualidade obriga também a que haja um dia de encerramento, procurando-se fazê-lo no dia que menos prejudica o público, porque a segunda-feira é o dia menos procurado para atividades culturais, pelo que mantém-se esse dia, que é o mais fácil para os serviços e para o público, sendo essa a razão principal.-----

Terminou, voltando a pedir desculpa à Srª Vereadora por não lhe ter dado a palavra antes de dar as respostas. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que neste caso o que está a acontecer, ou o que irá acontecer, é que de facto o munícipe passará a ter apenas 5 dias para se poder dirigir às bibliotecas, para não falar do escasso





horário, em que qualquer pessoa que exerça uma atividade profissional dificilmente conseguirá ter acesso sem ser ao sábado.-----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que o que vem a reunião de câmara prevê a abertura ao domingo, de qualquer maneira não há uma alteração para menos, é uma alteração para mais, para aumentar os horários, provavelmente não estará bem explicado.-----

Interveio a Srª Ana Paula Bayer, dizendo que, nesse caso, pelo que percebeu, ao domingo passará a estar aberto e fecha à segunda-feira, o dia inteiro.-----

Respondeu afirmativamente o Sr. Vice-Presidente, salientando que já não estava aberto à segunda-feira.-----

Interveio de novo a Srª Ana Paula Bayer, dizendo que então foi um lapso seu, consultou o documento e concluiu que na segunda-feira estaria fechado no período da manhã e aberto no período da tarde.-----

Interveio o Chefe da Divisão de Bibliotecas, Dr. Vitor Figueiredo, esclarecendo que à segunda-feira está fechado todo o dia.-----

O Sr. Vice-Presidente reafirmou que à segunda-feira está fechado todo o dia, mas já estava, não houve alteração.-----

Prosseguiu o Dr. Vítor Figueiredo, dizendo que começou-se a verificar cada vez mais a necessidade de fechar à segunda-feira também por outras razões, se bem que as referidas são pertinentes e são eventualmente a razão principal, mas o afluxo de visitas guiadas já era bastante intenso, e vai ser ainda mais intenso, e não se conseguem fazer visitas guiadas com a biblioteca aberta ao público. Está-se a falar de muitos grupos de crianças, é de todo impossível.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, complementando, porque realmente se esqueceu dessa parte, que o facto de estar fechado ao público em geral é para concentrar nestes dias as atividades mais diretas de grupos que pedem para visitar a biblioteca.-----

Interveio de novo o Dr. Vítor Figueiredo, dizendo que se imagina a nova biblioteca invadida, e ainda bem, por diversas escolas de todo o concelho, e não são só da freguesia de Vila Franca de Xira. Inclusivamente a biblioteca proporciona, sempre que é possível, autocarros para transportar os miúdos de todo o concelho, e a segunda-feira é realmente o dia aproveitado para este efeito, em que os miúdos





estão à vontade, sendo isso que se pretende, porque causam o barulho normal de crianças, e uma biblioteca pública já por si não é normalmente uma biblioteca universitária, nunca terá um silêncio absoluto, aproveitando-se a segunda-feira para fazer isto de uma forma muito mais intensa, e imagine-se o que vai ser com a biblioteca nova, em relação à qual existe uma curiosidade natural.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo crer que as explicações foram dadas, e se estiverem todos de acordo considera-se o ponto aprovado por unanimidade.-----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, dizendo ter acabado de aceder pela internet à biblioteca de Alverca do Ribatejo, e pelos vistos lá não menciona que o horário de domingo está em funcionamento, perguntando se o horário que está no site da câmara municipal não estará correto.-----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que o horário que está divulgado não é o horário que consta da proposta, mal seria que os serviços pusessem um horário em vigor antes de ser aprovado em reunião de câmara.-----

Perguntou a Srª Vereadora Ana Paula Bayer se é agora que se pretende fazer esta alteração. A dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo era que agora estar-se-ia a aprovar o encerramento à segunda-feira.-----

Aquilo que percebeu então é que ao domingo está em funcionamento e vai-se passar a fechar à segunda-feira, todo o dia.-----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que já fechava à segunda-feira, o que é proposto é o alargamento do horário, e pede ao Dr. Vitor Figueiredo que, se por acaso não explicar bem, que complemente.-----

Em termos gerais o que vem a reunião de câmara para aprovação foram pequenos acertos nos horários, para alargamento, nomeadamente por causa da abertura da biblioteca de Vila Franca de Xira, que tendo uma dimensão muito maior do que a atual, há de ter muito mais pessoas a visitá-la. Deste modo, alargou-se o horário de funcionamento da biblioteca de Vila Franca de Xira, que já estava encerrada à segunda-feira para o público em geral, mas estava aberta, esta e as outras, para visitas do público, só que é natural que essas visitas pré-marcadas cresçam, sendo concentradas na segunda-feira, como disse o Dr. Vítor Figueiredo.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo não se estar a referir à biblioteca de Vila Franca de Xira, mas por exemplo à de Alverca do Ribatejo ou da



Póvoa de Santa Iria.-----

O Sr. Vice-Presidente solicitou ao Dr. Vítor Figueiredo que explicasse o que foi alterado.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o ponto já está votado. -

O Sr. Vice-Presidente pediu desculpa, mas trata-se de um questão que não ficou bem esclarecida e crê que poderiam ser um bocadinho benevolentes nesta parte da explicação, mas efetivamente o ponto já está aprovado.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que tem de apanhar um transporte, e só por isso é que pretendia passar ao ponto 66.-----

O Sr. Vice-Presidente solicitou um esclarecimento rápido pelo Dr. Vítor Figueiredo, tendo este esclarecido que as outras bibliotecas estavam abertas à segunda-feira à tarde, mas as queixas de quem estava de serviço naquele período, em que recaíam as visitas guiadas para dar a conhecer a biblioteca e os serviços, na maioria com público infantil, mas também com pessoas de lares da terceira idade, eram de tal maneira que não havia modo de dar volta à questão se não solicitar e propor também o encerramento à segunda-feira à tarde.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que nesse caso são dois dias, fica encerrada ao domingo e à segunda-Feira, tendo o Dr. Vítor Figueiredo respondido afirmativamente.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A ANA CRISTINA DA SILVA GUERREIRO, NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO NOS JOGOS EQUESTRES MUNDIAIS-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/08/11, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio financeiro, na modalidade de subsídio, no valor de 1 500,00€, a Ana Cristina da Silva Guerreiro, a título de comparticipação nas despesas subjacentes à sua participação nos Jogos Equestres Mundiais, que decorrerão na cidade de Caen, em França, no período temporal compreendido entre 3 e 7 de setembro de 2014.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que na carta que a Srª Ana Cristina Guerreiro escreve à câmara municipal, a solicitar ajuda para a deslocação a França, vem também um pedido para a filha. A questão que os membros da Coligação Novo Rumo colocam é se os 1 500,00€ são para as duas, ou se mais tarde, caso este apoio seja aprovado, virá o pedido para a filha.-----

O Sr. Vice-Presidente respondeu não saber qual o serviço responsável pela proposta, pelo que o ponto fica em suspenso para se conseguir esclarecer, voltando-se à discussão mais tarde.-----

No final da reunião o Sr. Vice-Presidente informou que tal como consta da proposta, que é muito clara, o apoio é apenas para uma pessoa. Foi feito o pedido para duas pessoas, a câmara municipal apoia uma, depois se quiserem dividir por ambas já é um problema delas.-----

A proposta é específica para aquela cavaleira em concreto.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 309/14, de 21/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para elaboração do Plano Municipal do Ambiente, à qual não se aplica a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 309/14, de 21/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que os membros da CDU como já disseram noutras ocasiões, entendem que este tipo de situações, que tem a ver com a elaboração do Plano Municipal do Ambiente por uma empresa exterior, deve ser feito pelos serviços da câmara municipal, pelo que não concordam e vão votar contra. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo concordam e votam a favor. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, informando e pedindo licença ao Sr. Vice-Presidente para se ausentar, uma vez vai ter de fazer centenas de quilómetros. -----
O Sr. Vice-Presidente autorizou e disse ficar devidamente justificada a ausência, concluindo que o ponto fica aprovado com os votos contra dos Srs. Vereadores da



Deliberação nº _____

CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 165

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: AGENDA DA SUSTENTABILIDADE - CANDIDATURA AO PROJETO
“ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS” -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 308/14, de
11/06, do DASDEDS/DASEP, para conhecimento da parceria do Município de Vila
Franca de Xira no Projeto “Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações
Climáticas”.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 308/14, de 11/06, do
DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte
da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
conhecimento.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2014 – RESULTADOS DAS VOTAÇÕES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 411/14, de 05/08, do DASDEDS/DASEP, para conhecimento dos resultados das votações no âmbito do Orçamento Participativo 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 411/14, de 05/08, do DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento, referindo dois aspetos que lhe parecem relevantes, sendo o primeiro o grande crescimento da participação pública neste processo. Multiplicou-se mais do que por dez a participação das pessoas neste orçamento participativo, que tem sido uma insistência da câmara municipal neste processo novo, enfim, ainda um pouco inovador, no conjunto dos municípios do país. -----
Registaram-se mais de 11000 participações, quando o ano passado não tinha chegado sequer às 1000. -----
Isto logo à partida diz que houve também um maior número de apresentações de projetos, sobretudo por parte de associações, ou de pessoas ligadas a associações, o que foi interessante, porque se percebe que motivou, nomeadamente os parceiros locais, a procurar mobilizarem-se em torno desta matéria.-----
Agora, cabe à câmara municipal fundamentalmente duas coisas importantes, a primeira, conseguir a concretização e a estruturação dos investimentos decorrentes da votação das pessoas, que foi maciça, mas também, numa segunda fase, mais fina e mais técnica, olhar para a forma como decorreu, e procurar continuar, porque este processo é evolutivo, a introduzir as alterações que possam ser necessárias, no sentido de estimular a participação pública. -----

O crescimento foi de facto muito grande e espera que continue assim. Não é possível estar sempre a multiplicar por dez a participação das pessoas, senão para o ano ter-se-ia que ter toda a gente residente no concelho a votar no orçamento participativo, até acabavam por participar mais no orçamento participativo do que nas próprias eleições, e isso não é credível, mas o que espera é que esta dinâmica e esta vontade continuem para o ano que vem. Para isso tem que contribuir, naturalmente, o grau de execução por parte da câmara municipal das obras com que entretanto se comprometeu. -----

Só é possível avançar para a concretização das obras que foram escolhidas caso, como é evidente, a câmara municipal venha a ter um plano e orçamento devidamente aprovados para o ano que vem, com esta verba e com esta fatia que se decidiu aplicar no âmbito do orçamento participativo. -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU não podem deixar de dar algumas notas, a primeira delas relativa ao desfasamento temporal que existe entre as votações, ou o resultado destas, e a implementação das obras. -----

A seguir já referirão um pouco do que pensam sobre o funcionamento deste orçamento, no entanto realmente lamentam que exista um desfasamento temporal tão grande em grande parte das obras, ou dos projetos que são aprovados. -----

Além disto há efetivamente uma questão que tem a ver com os próprios moldes do orçamento participativo, que tem este nome, é um orçamento, e é participativo, mas a participação acaba por ser, a seu ver, não a melhor. São moldes que não lhes parecem os adequados e que promovam efetivamente a participação da forma que consideram mais eficaz. -----

Do que têm vindo a ver no decorrer do processo, já foram eliminadas as mesas de debate, que existiam em versões anteriores. Nas mesas de debate e quando se conversa com as populações, aí sim, conseguem-se recolher as suas opiniões. -----

Na forma como aconteceu o orçamento participativo deste ano, realmente existe um crescimento quantitativo a assinalar, mas o que os preocupa realmente seria um crescimento qualitativo, que não lhes parece que nos moldes de participação que estão a acontecer se verifique. -----

No fundo, os projetos ganham consoante a capacidade de marketing que as




pessoas que os promovem conseguem ter, consoante o número de amigos que têm no facebook ou consoante a quantidade de endereços que têm na sua caixa de correio.-----

De facto é uma competição, é uma forma de competir ideias na praça pública, no entanto não lhes parece que seja a forma mais saudável, mais eficaz e mais integradora das vontades e das opiniões dos cidadãos na gestão do município. Nesse sentido, realmente esperam que esta ideia consiga vir a ter outros moldes no futuro, em que de facto exista gestão participada, que é por isso que a CDU pugna, por uma gestão participada em que se oiçam as pessoas nas suas situações concretas do dia a dia, que possam realmente sentir esse ouvido disponível para elas. Esta forma de funcionar não lhes parece que garanta esta tal gestão participada, com a qual gostariam de concordar.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que os números de que a câmara municipal dispõe, mesmo das participações nas sessões públicas, contrariam um pouco o que a Srª Vereadora referiu. -----

A câmara municipal fez um esforço de ir a todos os antigos territórios das juntas de freguesia, e foi realmente fazer a apresentação e a discussão do plano, e o que houve foi uma abertura para que os projetos levados a votação não fossem exclusivamente os escolhidos por aquelas pessoas, que às vezes eram poucas, que iam àquela reunião.-----

Fez-se a reunião, as pessoas foram à mesma, nalguns casos mais pessoas do que as que tinham indo nas versões anteriores, deram as suas opiniões, mas aceitou-se que durante um período de tempo, não sabe se um mês ou dois, mas está no cronograma, crê que um mês, quaisquer pessoas pudessem dar ideias e projetos, ou seja, foi uma coisa muito mais aberta à participação pública do que a versão anterior. -----

De qualquer maneira, como este é um processo totalmente evolutivo, e novo, não só em Vila Franca de Xira, como no país, não é ainda uma coisa muito conhecida, a câmara municipal está totalmente abertas às propostas que entretanto vierem a ser feitas neste entremeio, quer pela CDU, quer pela Coligação Novo Rumo, quer também por cidadãos que entretanto têm vindo a mandar e-mails sobre esta matéria, porque as pessoas começam a estar despertas para esta situação.-----

Um aspeto que foi muito importante para o número de participações na fase seguinte dos votos, foi a de se ter deixado de fazer apenas a votação por meio eletrónico, passando para o telemóvel, embora o custo seja da câmara municipal, mas tornou a participação tão fácil, que crê que é uma das razões principais pelas quais as pessoas participaram muito. A percentagem de pessoas que participou via SMS, em relação às participações na página do orçamento participativo é muitíssimo maior, porque é muito mais fácil. -----

Fica a informação dos resultados deste ano, mas o executivo PS está totalmente aberto e disponível para ouvir sugestões e propostas para o formato do ano que vem, e a preocupação que a Srª Vereadora levantou é também uma preocupação que o executivo tem tido, que é procurar que as decisões sejam todas feitas com a maior antecedência possível, para que as pessoas consigam ver rapidamente a obra em que votaram a acontecer. -----

Tem-se vindo a conseguir fazer isso praticamente em todas as obras do orçamento participativo, mas existem alguns problemas, nomeadamente em situações em que a execução da obra depende de licenciamentos externos, ou seja, embora a obra seja da câmara municipal, ou eventualmente pudesse ser desenvolvida pela junta de freguesia, mas assumida pela câmara municipal via orçamento participativo, por vezes, necessitam de licenciamentos ou de pareceres obrigatórios de entidades externas, que não chegam e não se consegue arrancar com a obra. Está-se a referir, por exemplo, a uma obra na Castanheira do Ribatejo, que não sabe se todos conhecem, porque nesta reunião a composição da câmara municipal é um bocadinho diferente do habitual, mas que já foi falada em reunião de câmara, que é a perspetiva da instalação de ginásios ao ar livre, por cima do caminho por cima do cano da água da EPAL, em que ainda não se conseguiu resolver o problema sob o ponto de vista da EPAL nas autorizações necessárias. A outra parte, porque era em dois sítios, já está feita, na urbanização da entrada da Castanheira, esta parte ainda está um bocadinho presa, mas não depende da câmara municipal. No entanto, na sua opinião, de uma forma geral, a câmara municipal está a conseguir tornar eficaz este seu serviço. -----

Agradece a intervenção que foi feita, e agradece sobretudo se os Srs. Vereadores quiserem fazer chegar sugestões sobre esta matéria, este processo é mesmo



Deliberação nº _____

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A

1. Assunto: PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1615/14, de 29/07, do DASDEDS/DDS, para aprovação da submissão a apreciação pública, pelo período de 30 dias, do projeto de alteração ao Regulamento de Habitação Municipal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1615/14, de 29/07, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que, na prática, o que os membros da CDU gostariam de saber é o que é que no fundamental está subjacente à proposta do aditamento para o nº 3 do artigo 10º, ou seja, percebendo e estando a CDU de acordo, de que há necessidade de garantir a permanência do agregado familiar, independentemente de haver uma mudança do titular a quem se atribuiu o original da licença de habitação, linguagem encontrada para justificar este aditamento, parece-lhes suscetível de gerar algumas interpretações, com as quais eventualmente poderão não estar totalmente de acordo. -----

Deste modo, antes de mais gostariam de perguntar exatamente quais são os condicionamentos, ou as condições prévias, para que toda e qualquer mudança de titularidade para essa licença de habitação possa ser igualmente garantida. -----

Não tendo diretamente a ver com o processo da discussão pública, gostariam de chamar a atenção que continuam a aguardar a informação respeitante à dimensão dos fogos de habitação propriedade municipal que estão necessitados de obras, e que por isso não estão ao serviço das populações, e se a câmara municipal tomou em boa conta a sua sugestão de voltar a ter um programa de habitação a custos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 172

Reunião de 2014/08/27

Procº _____

Deliberação nº _____

controlados e desenvolvimento de habitação cooperativa.-----

Interveio a Srª Vereadora Marina Tiago, relembrando que esta necessidade, como consta do documento, foi sentida após o decurso dos concursos, portanto são situações específicas que levaram a equipa a refletir e a propor a questão, não obstante a situação da linguagem que o Sr. Vereador colocou e que poderá ser explicável. -----

Interveio a Vereadora Ana Paula Bayer, recordando que no período antes da ordem do dia foi colocada uma questão que até ao momento não foi respondida, que diz respeito ao acesso à zona pedonal da zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, ainda não percebeu quando se vai falar sobre ela, mas continua à espera, e só está a dar a dica porque está-se mesmo no final da reunião e a resposta ainda não veio. -----

Sobre este assunto em análise tem muita coisa a dizer, como já teve oportunidade, pelos vistos em 2010, “o tempo passa a voar”, de numa sessão da assembleia municipal ter feito uma intervenção totalmente exaustiva. Na altura a Srª Vereadora Marina Tiago não era responsável por esta área, não sabe se agora, mudando a pessoa, vai haver uma outra recetividade. Recomendaria que de facto se ouvisse a gravação dessa ata, porque já nem se recorda daquilo que disse, mas disse imensas coisas.-----

Em relação a estes pontos, não sabe se o técnico, o Dr. Ricardo Lucas, se encontra presente, mas há algumas questões que gostaria de esclarecer. -----

O primeiro aspeto é em relação à questão de ausência do titular. No regulamento tem que estar prevista a atualização de agregado, e já teve oportunidade novamente de o ler e não encontra nada sobre a matéria, exceto na questão do óbito e na questão de nascimentos. Se houvesse um artigo específico para a atualização do agregado, não se estaria agora a incorrer, e no caso está de acordo com o camarada Vereador, na questão da legalização dos ocupantes. Esta terminologia nem sequer deveria existir, porque se presume que o ocupante está legal, se faz parte do agregado, à partida estará legal, se não fizesse, então aí é que se estaria a falar de uma legalização. Caso contrário está-se sempre, apenas e meramente a falar de uma mudança de titularidade. -----

Depois, questionar o porquê de se estar a falar na aplicação da renda e só permitindo caso ela seja inferior à renda técnica para fogo em questão. Isto



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 173

Reunião de 2014/08/27

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

levanta-lhes outra série de questões, que é quais são os valores médios das rendas técnicas, e porque é que não se está então a usar os indexantes de apoios sociais, que é aquilo que é usado noutros municípios, que, recorda, é no valor de 419,22€. - Passou à questão do artigo 2.^o, "a atribuição e reserva de 3 frações municipais para situações de violência doméstica", concorda totalmente com o princípio, mas pergunta de quantos fogos se está a falar, quantos neste momento estão devolutos e vagos, prontos a atribuir, e quando forem atribuídos, como é que se resolve esta questão? Ou será apenas um artigo que vai ser colocado e depois nunca mais vai ser usado, porque a câmara municipal atribui as habitações às famílias de facto vítimas de violência doméstica, e depois acabou, só havia 3 e acabaram. Como é que se está a pensar processar esta renovação? Se calhar está-se a falar de uma atribuição provisória, única e exclusivamente pelo período de 1 ano, findo o qual cessa.-----

A respeito da documentação, mais uma vez discorda, compreende o princípio, mas discorda com a aplicação desta situação. Já vivemos num país totalmente burocrático, e se se vai estar a pedir a documentação antes que esteja concluído o concurso, vai-se estar a pedi-lo a pessoas que são só por si carenciadas e que para a entregar vão ter que gastar imenso dinheiro, dinheiro esse que não têm. Na sua opinião não faz sentido nenhum estar a pedir, para além de se estarem a encher gavetas com papéis, que não sabe onde se pretendem colocar, só se esta câmara for o único sítio onde não há dificuldade a nível de espaço. Portanto, tem-se a questão social, de pedir documentação que depois não vai ser precisa para nada, e as pessoas não têm dinheiro para usar.-----

Na sua opinião esta situação resolver-se-ia através de um protocolo com as redes sociais, em que uma entidade que fosse escolhida assinava o protocolo e ficaria responsável por apoiar o agregado, ou a família, para depois se dirigir aos serviços, seja às Finanças ou onde for, para obter esta documentação. -----

Recorda também que se os serviços da câmara municipal pedirem à pessoa que tenha acesso à password, podem eles próprios, através do computador, solicitar, por exemplo, informação de bens imóveis, e o custo é zero. -----

A nível das transferências, compreende a situação, nada que já não tenha sido alertado, só apenas acrescentar, no artigo 8.^o, no seu n.^o 5, que "não serão



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 174

Reunião de 2014/08/27

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

permitidas as trocas por outras frações municipais, requeridas pelos residentes, efetuadas num período de dois anos, contados a partir da data da atribuição da fração na qual residam, exceto por comprovadas questões de mobilidade de algum dos membros do agregado familiar”, e quando não for posto em causa o interesse do município, também propõe que houvesse uma alteração, porque este regulamento foi feito efetivamente apenas para a abertura do concurso, e está-se a falar já num regulamento de acesso e gestão da habitação, pelo que faria todo o sentido haver uma alteração da terminologia do regulamento.-----

Prosseguiu, dizendo achar interessante, a alínea f), do artigo 1.^o, referente à renda técnica, “o valor da renda calculada nos mesmos termos em que é calculada a renda condicionada, tendo em conta o respetivo nível de conforto, estado de conservação, coeficiente de vetustez e área útil, e o preço da habitação por metro quadrado”, a questão que se impõe é o que é a renda condicionada. Ficam todos na mesma, só quem percebe do assunto é que olha para aquela alínea e fica a perceber, porque, de facto, a renda técnica é calculada da mesma forma que é calculada a renda condicionada, mas onde é que está o cálculo da renda condicionada? Não está, ninguém sabe.-----

No artigo 5.^o faria sentido explicitar, por ser prático, que não é a recusa da apresentação ou inexistência de qualquer declaração de rendimento, é a não apresentação dos documentos solicitados, logo aí é um motivo de exclusão do processo de candidatura, o que faz todo o sentido.-----

A tal questão da atualização de agregado vem mencionada, presume o próprio, no artigo 8.^o, no seu ponto 3.-----

Interrompeu o Sr. Vice-Presidente, referindo que o ponto não é presente para aprovação final, é presente para se aprovar o princípio que vai a discussão pública, ou seja, vai haver um período de tempo de 30 dias em que esta proposta pode ser “livremente”, enfim, livremente é um bocado relativo, porque não pode ficar tão diferente que seja outra coisa qualquer, mas pode ser livremente alterada por parte dos técnicos de acordo com os contributos que, entretanto cheguem.-----

Assim, sugeria, apenas porque é impossível aos técnicos responderem à quantidade de questões que a Sr.^a Vereadora levantou, se estivessem de acordo, e sob o ponto de vista das questões colocadas pela Coligação Novo Rumo, aprovar-



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

✓

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 175

Reunião de 2014/08/27

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

se-ia o projeto de regulamento, que iria para discussão pública, e se a Sr^a Vereadora tivesse condições de fazer chegar o documento que tem, porque tem tudo sistematizado, os técnicos poder-se-iam dedicar a olhar para o mesmo com todo o cuidado e perceber se é incluível ou não na proposta que fica em discussão pública, e no momento em que vier a reunião de câmara para aprovação final, que será daqui a cerca de 40 dias, já viria com as alterações que ambas as bancadas quisessem introduzir, e eventualmente outras que o público em geral também quisesse introduzir. É impossível estar a introduzir quaisquer alterações agora nesta documentação, para depois ainda ser aprovada.-----

Se a Sr^a Vereadora estivesse de acordo, como não é nada que seja absolutamente gravoso, aprovava-se o projeto, ia para discussão pública, o executivo PS comprometia-se a incluir o que fosse incluível neste documento, que posteriormente viria com cor, como vem normalmente, para se perceber o que foi incluído e o que foi alterado, e depois logo se via. Fazia-se uma discussão se calhar com mais propriedade na altura, porque os Srs. Vereadores teriam acesso ao documento final a tempo da reunião de câmara.-----

Interveio a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer, manifestando o acordo dos membros da Coligação Novo Rumo.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não estão de acordo, e não é uma questão de agora, sempre disseram que um documento quando vai para discussão pública deve representar a maior quantidade possível de opiniões do órgão câmara municipal.-----

Se o próprio órgão municipal, neste caso a maioria, pelo que se constata, coloca dúvidas sobre o conteúdo deste documento, não está em condições de ir para discussão pública, sem prejuízo da liberdade que assiste aos vereadores de poder participar individual ou institucionalmente nesse mesmo processo.-----

Não é correto, já tiveram esta discussão várias vezes, mas quem sentir que assim deva ser que se pronuncie. Os membros da CDU, mesmo sendo esta pequena questão de precisão, entendem que a mesma deve ser, se possível, hoje devidamente esclarecida, e se não for possível esclarecê-la hoje, o ponto deve ser retirado até à próxima reunião de câmara, para dizerem se estão ou não de acordo com a sua remessa para discussão pública.-----

Quer recordar que este documento resulta de um esforço de integração de todas as bancadas e que portanto dificilmente acontecerá diferente quando ele tiver que ser discutido e remetido para discussão pública. -----

Pensa que daria tempo, se os serviços e o Partido Socialista analisassem os contributos de ambas as bancadas para que, em consciência, se pudesse remeter um documento que fosse o mais representativo possível da opinião do órgão câmara municipal. Esta coisa dos vereadores participarem num processo de discussão pública é um direito que lhes assiste, mas não é seguramente um bom contributo que estão a fazer, porque, de duas uma, ou prescindem da discussão, que deve acontecer antes da sua remessa, ou não prescindem, e os membros da CDU não querem prescindir, mesmo sendo um aspeto muito particular em comparação com a dimensão das questões colocadas pela outra força política.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que, relativamente à questão colocada pela CDU, não se referiu a ela propositadamente, porque é muito específica, é uma questão de técnica jurídica. -----

Está presente o advogado que acompanha a área da habitação, a sua formação e o seu trabalho é exatamente esse, e crê que a explicação que o mesmo vai dar é capaz de ser suficiente, por isso é que não retirou logo o ponto, porque efetivamente, sob o ponto de vista da intervenção dos membros da CDU, a questão não lhe parece relevante a ponto de não poder ir para discussão pública.-----

Tomou a palavra o Dr. Ricardo Lucas, dizendo, antes de mais, para se tentar enquadrar a questão, que se está a referir a uma legislação muito específica e muito técnica, e a propósito do que a Srª Vereadora disse, quando o próprio se refere ao "ocupante", é precisamente a expressão que a lei que prevê a elaboração deste regulamento utiliza, e não quis fugir à mesma. Ocupante não quer dizer que seja legal, ocupante porque é a pessoa que ocupa.-----

Quanto à intervenção do Sr. Vereador Nuno Libório, os serviços têm verificado e sentido que quando o titular se ausenta de uma fração municipal isso constitui fundamento para a cessação da licença de utilização dessa fração. A maior parte das vezes acontece que o titular se ausenta porque se separou da mulher, ou porque se zangou com ela, vai para o estrangeiro, e isso legitima e quase que obriga a câmara municipal a iniciar o procedimento para cessação da licença, o que seria



uma situação injusta para os familiares e para a mulher, tendencialmente mulheres e filhos que lá continuam a residir, daí ter-se entendido que, embora seja uma legalização que não é feita através de concurso público, como tem sido a regra, seria uma forma de legitimar e de evitar que caia numa situação de fragilidade uma família que continua a residir numa fração e cuja culpa da ausência do titular não é dela. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que tem que se encontrar uma outra redação, ou então simplificá-la, passando a ler a questão: “Se verifique que nestes últimos anos estão socialmente carenciados de habitação” o que se pressupõe que se mantenha, “ou seja quando a renda a aplicar, em função dos rendimentos”, a nova renda, depreendem os membros da CDU, “seja inferior à renda técnica para o fogo em questão”, resultando esta última parte numa eventual alteração do valor da renda técnica, mas não deveria ser assim. -----

Depois, o pior da sua dúvida é na proposta de novo regulamento a redação já ser outra, já não é exatamente este, pelo que gostariam de tentar perceber afinal em que redação se situam para fazer o aditamento ao nº 3 do artigo 10º. -----

Interveio o Dr. Ricardo Lucas, informando que a renda técnica é precisamente o limite que a lei encontrou para determinar quais são as famílias carenciadas, é um conceito legal matemático, que a lei diz que é calculada nos mesmos termos da renda condicionada. -----

Poderia perder muito tempo nesta reunião a tentar explicar isto, mas são questões muito práticas e muito técnicas. A renda técnica é como se fosse um teto máximo para aquele fogo, para o qual se deixa de considerar que determinada família é carenciada de habitação. -----

Presumindo se para aquela família a renda aplicada for, por exemplo, 300 e tal euros e a renda técnica for de 280,00€, aquela família deixa de ser considerada, daí os serviços terem achado que a renda técnica seria o teto máximo para a legalização daquele agregado familiar. -----

Pode ausentar-se o titular e passado um mês entrar, e a habitação social é muito específica e muito característica neste aspeto, os agregados familiares são muito voláteis, estão a mudar constantemente, e tão depressa sai um hoje como amanhã entram três. Deste modo entendeu-se que, embora o titular possa ausentar-se da



fração, poder-se-ia legalizar o agregado residente, desde que a renda técnica a aplicar a esse agregado que lá fique a morar, posteriormente, enquanto os serviços analisam a questão, permita concluir que aquele agregado, em função da renda a aplicar, é carenciado de habitação social. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é isso que está escrito no artigo 10º. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, solicitando ao Dr. Ricardo Lucas que verifique a redação do artigo 10º e veja se lê a questão dessa forma. -----

Aproveita esse tempo em que o Dr. Ricardo Lucas está a refletir para referir dois aspetos que são importantes neste pedido de alteração ao regulamento, nomeadamente a questão que foi levantada da violência doméstica, porque é uma preocupação que tem vindo à câmara municipal, e é sensível. -----

O que se pretende com esta alteração é incluir as situações de violência doméstica como fatores de ponderação positiva suplementar nas candidaturas a habitação, ou seja, criar algumas condições de “escape” para a vítima, e isso acontece em dois momentos, no momento da candidatura, ou no momento em que a câmara municipal eventualmente consiga, no próprio concurso, reservar determinados fogos que possam ser predestinados a situações de vítimas de violência doméstica. Esta é uma preocupação que, ou está escrita e é permitida, ou não está escrita e não é um fator de ponderação que possa fazer com que a vítima, que precisa de sair de casa, por razões sempre altamente condenáveis, mas que acabe por ficar em pé de igualdade com outras pessoas que também têm dificuldades, embora não tenha aquela dificuldade, que muitas vezes redunde na morte da vítima, e todos sabem que o número de mortes causadas por violência doméstica tem vindo a crescer no país. Esta preocupação está aí, e é por isso que os técnicos inseriram esta alteração no processo. -----

Quanto à volatilidade dos agregados familiares face à renda chamada social, que é a renda que os municípios estão obrigados a aplicar no caso do parque habitacional municipal. A renda é determinada pelos rendimentos das famílias, face depois a outros fatores, dos quais se conclui esse encontro da renda técnica, mas isso significa que a câmara municipal tem que estar em permanência, tal como as famílias, com a obrigação de atualizar essa renda social de acordo com o



que efetivamente entra dentro daquele agregado familiar sob o ponto de vista do rendimento, face ao número de pessoas, etc. Por isso, cada vez que se mexe no agregado familiar, se for a câmara a mexer-lhe ou na situação do agregado familiar, tem de ser a câmara a atualizar; se for o agregado familiar, que por razões diversas altere o seu rendimento, e infelizmente nos últimos anos tem havido esse problema por causa das situações de desemprego, têm que ser as próprias famílias a dar conta à câmara municipal, mas é sempre esta que depois tem que voltar a fazer as contas todas para aplicar a renda social, e impende então sobre as famílias, quando encontram emprego, vierem elas também comunicar isso, para lhes ser atualizada a renda social.-----

São de facto conceitos jurídicos e técnicos um pouco complexos, e não sabe se entretanto o Dr. Ricardo Lucas já leu o artigo 10º e consegue explicar ao Sr. Vereador Nuno Libório. -----

Tomou a palavra o Dr. Ricardo Lucas, referindo que o nº 3 que o Sr. Vereador referiu é aditado ao artigo 10º, o documento que está anexo à informação é o documento antigo, para comparação com as alterações que se estão a propor.-----

Deste modo, no documento a que o Sr. Vereador se estava a referir, tem que considerar o nº 3, que é aditado ao artigo 10º, passando-se a ter três situações em que pode haver mudança de titularidade: No caso do titular denunciar, vai-se embora, toma a iniciativa e passa a titularidade para a esposa, em que isso acontece, porque a pessoa assume que se vai embora e passa para os filhos e no caso de morte.-----

Pode dar um exemplo, em que esta semana o próprio ligou para um senhor, para a Guiné, que se foi embora e não quer saber dos familiares e dos filhos. Disse-lhe para por favor assinar uma denúncia de titularidade à esposa, para que a família não fique numa situação de fragilidade, porque nos termos do regulamento agora em vigor a câmara municipal pode pôr as pessoas na rua, e ele disse, não quero saber, por mim podem ir todos para a rua, e não assinou, por pura maldade.-----

Concluiu, esclarecendo que o nº 3 que o Sr. Vereador estava a ler é aditado ao artº 10º, e pode ter sido lapso seu ter anexado o regulamento anterior e não ter anexado o texto integral do novo regulamento, tendo apresentado só as alterações. -----

O Sr. Vice-Presidente solicitou que os serviços entretanto remetessem para os gabinetes dos vereadores o regulamento atual com as propostas de alteração numa coluna ao lado, porque é mais fácil para os Srs. Vereadores lerem. -----

Nesse caso, quando a Srª Vereadora Ana Paula Bayer quiser mandar as suas sugestões, poderia eventualmente utilizar aquela base. -----

O documento seria enviado aos Srs. Vereadores em formato editável, que eventualmente podiam, numa coluna ao lado, fazer algumas sugestões de detalhe, a cor diferente, que facilita também depois os serviços. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer dizendo haver uma questão que é muito importante, os fogos são cada vez mais velhos e a renda técnica vai sendo cada vez mais baixa, independentemente de se estar a falar de rendimentos baixos. -----

Imaginando, a área de um fogo T1 é mais pequena, facilmente o valor técnico pode ser ultrapassado. -----

Esclareceu o Dr. Ricardo Lucas que em termos jurídicos a lei determina um preço técnico de renda máxima para um determinado fogo em função da área, da idade e do coeficiente de conservação. Por exemplo, um T1 muito degradado, e a câmara municipal tem essa experiência em função da prática do dia a dia, dificilmente terá uma renda máxima superior a 110,00€ ou 150,00€, e 50% dos agregados familiares têm rendimentos tão baixos que a renda nunca atinge esses valores. Há muita gente com uma renda de 4,85€, que é a renda mínima. -----

Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente, dizendo que com a redução das pessoas abrangidas pelas prestações sociais há muitas situações em que as pessoas deixaram de receber seja o que o for, pelo que a renda acaba por cair muito, até chegar à renda técnica falta muito. A câmara municipal até gostava que as pessoas todas chegassem à renda técnica, significava que tinham condições para ir à procura de habitação no mercado normal e deixavam vagos fogos para outras. ----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que para alcançar ou ultrapassar o preço técnico de 110,00€ o agregado não de ganhar mais de 10 000,00€. Se lhe disserem que ganhar mais de 10 000,00€ é muito, não pode considerar e não está de acordo, daí que acha que é preferível usar-se um indexante de apoios sociais como um valor de terminologia, para se garantir de facto algum apoio social. -----

Respondeu o Dr. Ricardo Lucas que isso é absolutamente impossível, porque há legislação específica que determina como é que a renda é aplicável, e a câmara municipal não pode estar a fugir. -----

Terá todo o prazer em falar com a Srª Vereadora e depois explicar-lhe a questão mais concretamente, mas trata-se do Decreto-Lei nº 166/93 e da Lei nº 21/2009, que apesar de ser uma legislação provisória, já se sabe que acaba por ser definitiva, e não se pode fugir aos parâmetros balizados por estas disposições legais e achar outro tipo de critérios. -----

Nos mesmos termos em que a Srª Vereadora estava a referir-se à atribuição de casas ser feita em protocolo ou em parceria com as instituições, também é absolutamente impossível. -----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, referindo que não disse isso, tendo o Dr. Ricardo Lucas dito que nesse caso percebeu mal e pede desculpa. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer que o que disse foi que a câmara municipal deveria ajudar, e em vez de estar a aplicar um novo artigo, o que deveria ser feito era um protocolo com as instituições da rede social de modo a apoiar de facto os agregados, porque o que acontece é que as pessoas têm um nível de escolaridade muito baixo e quanto se lhe é pedido, por exemplo uma nota de liquidação, a pessoa nem sequer sabe o que é. É importante que exista um técnico que acompanhe a família, que se dirija aos serviços, quer seja às Finanças ou onde for, para de facto poder pedir os documentos, porque o que acontece muitas vezes, e a própria sabe porque também trabalha no terreno, é que as pessoas andam para lá e para cá, para entregar a documentação, porque pensam que é uma coisa, vão às Finanças e as Finanças dão-lhe outra, vêm outra vez, entregam, nos serviços dizem “não é este o papel, é outro”, e lá vai a pessoa outra vez para as Finanças. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que provavelmente consegue esclarecer a Srª Vereadora sobre essa matéria em duas ordens de razões. No processo da candidatura, tal como está hoje no regulamento, a família não consegue suprir os problemas que forem encontrados no âmbito dos documentos que entregar, ou seja, se não estiverem os documentos todos, ou os que existam não comprovem determinadas situações, a pessoa não pode suprir em prazo nenhum, porque não

está lá previsto, e é isso que neste regulamento se permite, é que exista um prazo em que a pessoa que entregou mal, por essas razões todas que a Srª Vereadora referiu, ou outras quaisquer, tenha um prazo para conseguir então entregar os documentos corretos. -----

Outra parte da questão é que no período da candidatura o júri e a câmara municipal não podem interferir no processo familiar de construção da própria candidatura, ou seja, por lei a câmara municipal avalia o que lhe é entregue nessa fase da candidatura, e neste momento está presa a “ou está tudo, ou não está tudo”, se não está tudo fica excluído. Considera que isso não deve ser assim, mas não pode dar o passo atrás, as famílias têm que vir com o que está, os serviços depois vêm que falta isto ou aquilo e dão um prazo para a pessoa ir buscar.-----

Coisa diferente é quando já são agregados residentes no parque habitacional municipal, precisam ainda assim de fazer a entrega de vários comprovativos, e têm de a fazer porque têm um regime de renda social e pagam muito menos do que qualquer pessoa na sua vida normal, e não sabem fazê-lo, porque não sabem ler ou porque não sabem ir às Finanças. Os técnicos da câmara municipal estão totalmente disponíveis e passam o dia a resolver esses problemas às pessoas, e isso está já fora deste regulamento, é um trabalho que se faz todos os dias a partir dos centros comunitários, que até estão instalados nos bairros sociais, as pessoas não têm que vir a Vila Franca de Xira tratar de nada, vão ao gabinete de apoio social da freguesia respetiva e há parcerias com juntas de freguesia, ou até com instituições particulares de solidariedade social que fazem esse atendimento. A câmara municipal não pode ir mais além do que a lei permite, no entanto, pede à Srª Vereadora que faça chegar todos os dados, para que os serviços possam incluir o que for incluível nesta proposta e dar as explicações do que não for incluível, também para que a Srª Vereadora fique esclarecida. -----

Terminou, agradecendo a ambas as bancadas as questões que levantaram, em termos da questão dos membros da CDU ficou esclarecido, sendo assim perguntou quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº _____

Após a votação do ponto 69 da ordem do dia o Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo crer que se está em boa altura para dar fim à reunião, tendo em conta que já se ultrapassou um pouco as 14h00, e se os Srs. Vereadores não se importassem os pontos 70 e 71 passariam para a reunião seguinte, tendo todos os membros concordado e considerado a ata em minuta da reunião aprovada por unanimidade.-

final



Reunião de 2014/08/27

Deliberação nº 545

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____



Esta ata foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Ana Lúcia Cardoso, Paulo Rodrigues e Rui Rei, na reunião de câmara de 2014/10/08, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

- Fernando Paulo Ferreira -